

**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade**

**FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM VITÓRIA  
DA CONQUISTA (FFPVC): MEMÓRIA E HISTÓRIA DE UMA  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

**Luciana Canário Mendes**

Vitória da Conquista  
Dezembro de 2013

**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade**

**FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM VITÓRIA DA  
CONQUISTA (FFPVC): MEMÓRIA E HISTÓRIA DE UMA  
INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

**Luciana Canário Mendes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientador (a): Dra. Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho

Co-orientador (a): Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro.

Vitória da Conquista  
Dezembro de 2013

M5226f Mendes, Luciana Canário.

Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (FFPVC): memória e história de uma instituição de ensino superior; orientador(a) Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro; co-orientador(a) Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho - - Vitória da Conquista, 2013. 129f.

Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2013.

1. Educação Superior. 2. Instituição. 3. Memória coletiva. I. Casimiro, Ana Palmira Bittencourt Santos I.I. Castanho, Maria Eugênia de Lima e Montes. III. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. IV. Título

Título em inglês: Faculty of Teacher Education in Vitória da Conquista (FFPVC): memory and history of an institution of higher education.

Palavras-chaves em inglês: Higher Education. Institution. Collective Memory.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (Orientadora), Profa. Dra. Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho (Co-orientadora), Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (titular), Profa. Dra. Moema Maria Badaró Cartibani Midlej (titular), Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos (Suplente).

Data da Defesa: 10 de dezembro de 2013.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E  
SOCIEDADE

**BANCA EXAMINADORA**

*M. E. Castanho*

Profa. Dra. Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho (UESB)  
(Orientadora)

*Ana Palmira B.S. Casimiro*

Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (UESB)  
(Co-orientadora)

*Ana Elizabeth S. Alves*

Profa. Dra. Ana Elizabeth Santos Alves (UESB)

*Moema Maria Badaró Cartibani Midlej*

Profa. Dra. Moema Maria Badaró Cartibani Midlej (UESC)

**Suplente**

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos (UESB)

Local e Data de Defesa da Dissertação: Vitória da Conquista-Ba, 10 de dezembro de 2013.

**Resultado:**

*Aprovada.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade e à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

À Coordenação do Programa em Memória: Linguagem e Sociedade, em nome das professoras Livia Diana Rocha Magalhães e Maria da Conceição Fonseca Silva, bem como aos docentes e funcionários.

À CAPES, pela concessão da bolsa e do auxílio-moradia, os quais me permitiram dedicar, exclusivamente, ao desenvolvimento desta pesquisa, como também realizar uma missão de estudos na Unicamp.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro, pela amizade e pelos momentos dedicados a orientação e apoio à pesquisa.

À Profa. Dra. Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho, pela coorientação, por ter acreditado em mim, investido em meu trabalho e confiado em meu esforço.

À professora Ana Elizabeth Santos Alves, membro da banca de qualificação e de defesa, pelo cuidado na leitura e pelas questões pertinentes a pesquisa.

À professora Moema Maria Badaró Cartibani Midlej pelas ricas sugestões e pela disposição em acompanhar e avaliar a defesa dessa dissertação.

À professora Livia Diana Rocha Magalhães, quem primeiro abriu-me as portas para o mundo da pesquisa, dando-me a oportunidade de ter a sua orientação na especialização e no grupo de pesquisa.

À professora Elzir Villas Bôas pela disponibilidade em atender as minhas inquições, bem como pelo olhar que vislumbrou a importância de recolher documentos e depoimentos, em um tempo pretérito oportuno.

Agradeço a Maximiliano Coelho Machado, Isa Mary Medeiros, Durval Lemos Menezes, Iracema Oliveira Lima pela disponibilidade de acesso ao arquivo particular. E, em especial ao professor Ruy Medeiros, que, além do material cedido para a pesquisa me proporcionou diálogos produtivos.

Aos professores José Raimundo Fontes, Fernando Eliodoro e Núbia Nadja por abrirem mão de precioso tempo para relatarem suas memórias.

A Daniela Moura, pela amizade, carinho, orientação teórica e por estar presente nas horas em que mais precisei.

Às minhas colegas dos Grupos Fundamentos em Educação (Camila, Maria Cleidiana, Daniella Miranda, Edileusa, Hergon e Paula) e Memória geracional, Políticas educacionais e

Trajetórias sociais (Andressa, Carlos, Daisy, Estácio, Irma, Keylla, Nereida, Paulo, Polliana, Thalita e Shirlene).

Agradeço aos depoentes, que compartilharam comigo as suas lembranças e seus momentos de intimidade com o passado.

À equipe do Museu Pedagógico, por ter articulado oportunidades significativas de pesquisa, bem como aos eventos que os sucederam.

Registro aqui as felizes experiências de carinho, amizade e solidariedade, nestes dois anos. A gratidão é imensa e todas me ajudaram a vencer os desafios:

Camila Nunes Duarte Silveira

Gilneide de Oliveira Padre Lima

Girlane Costa Ribeiro

Ivana Patrícia Almeida da Silva

Joseane Aguiar Novaes

Maria Cristina Nunes Cabral

Daniella Almeida

Edinalva Padre Aguiar

Zizelda Lima Fernandes

Maria Cleidiana Oliveira de Almeida

Enfim, agradeço especialmente:

A Deus pela vida, saúde, pelas bênçãos e por ter me permitido chegar até aqui.

Aos meus pais, Paulo e Marinalva, que me colocaram de pé e, muitas vezes, ergueram-me sem dia, hora ou lugar nesta caminhada. Que me ensinaram e transmitiram valores imprescindíveis de caráter e personalidade.

A Clauber, meu esposo, companheiro de todos os momentos significativos de minha vida, pelo apoio, amor, compreensão e incentivo nesta trajetória permeada de cansaços, angústias, incertezas e desânimos, oferecendo sempre o porto seguro tão esperado.

Às minhas irmãs, Fernanda e Elizabeth, cunhados e sobrinhos, pelo constante carinho, incentivo e disponibilidade, no impagável acolhimento durante todo esse tempo.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram na realização da pesquisa, expresso aqui o meu agradecimento.

## RESUMO

Esse estudo teve como objetivo analisar o início da educação superior em Vitória da Conquista – Bahia, na década de 1970, tendo como eixo central a implantação da Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (FFPVC) e o impacto desta sobre a comunidade. Com esse intuito, analisamos o Plano Integral de Educação e Cultura (volumes I e II), as bibliografias locais, os diversos registros escritos oficiais e realizamos entrevistas semiestruturadas com sujeitos direta e indiretamente partícipes desse processo. Os pressupostos teóricos sobre os quais a pesquisa se assentou foram centrados em um diálogo entre educação superior, instituição e memória, tratada aqui como recurso de estudo e em seu aspecto coletivo e/ou social. Para tanto, recorremos a autores como Cunha (1987, 2007), Saviani (2007), Halbwachs (2004, 2006), Magalhães e Almeida (2011), Thompson (1992), dentre outros. Com base nos documentos, legislações e relatos de memória, podemos concluir que, a expansão do ensino público superior nesta cidade se articulou dialeticamente com a sociedade estruturada sob o modo de produção capitalista e com a função coercitiva que o Estado assumiu neste período ditatorial.

## PALAVRAS-CHAVE:

Educação Superior. Instituição. Memória Coletiva.

## **ABSTRACT**

This study aimed to analyze the beginning of higher education in Vitória da Conquista - Bahia, in the 1970s, and has centered on the implementation of the Faculty of Teacher Education in Vitória da Conquista (FFPVC) and its impact on the community. With this aim, we analyzed the Comprehensive Plan for Education and Culture (volumes I and II), local bibliographies, the diverse official written registers and conducted semi-structured interviews with participants, directly and indirectly, subject of this process. The theoretical assumptions on which the research was based are centered on a dialogue between higher education, institution and memory, treated here as a resource for study and their collective aspect and/or social. For that, we turn to authors like Cunha (1987, 2007), Saviani (2007), Halbwachs (2004, 2006), and Almeida & Magalhães (2011), Thompson (1992), among others. Based on documents, laws and reports of memory, we can conclude that the expansion of public higher education in this city dialectically articulated with society structured under the capitalist mode of production and the coercive role that the state took this dictatorial regime.

## **KEYWORDS:**

Higher Education. Institution. Collective Memory.



**LISTA DE MAPAS**

<b>MAPA 01</b>	Brasil, Bahia e o município de Vitória da Conquista.....	57
<b>MAPA 02</b>	Região Sudoeste da Bahia.....	58

**LISTA DE FOTOGRAFIAS**

<b>FOTO 01</b>	A Tarde, de 27 de novembro de 1968 .....	61
<b>FOTO 02</b>	Professores, alunos e funcionários da Faculdade de Sociologia e Políticade Vitória da Conquista/BA .....	64
<b>FOTO 03</b>	Membros do Diretório Acadêmico da Faculdade Sociologia e Política de Vitória da Conquista .....	65
<b>FOTO 04</b>	Palestrantes/professores da Escola de Sociologia .....	66
<b>FOTO 05</b>	O Jornal de Conquista, de 14 de março de 1972 .....	80
<b>FOTO 06</b>	O Fifó, de 18 de outubro de 1977 .....	83
<b>FOTO 07</b>	Sede oficial da FFPVC .....	84
<b>FOTO 08</b>	Jornal de Conquista, de 28 de agosto de 1971 .....	94
<b>FOTO 09</b>	Certificado do Curso de Habilitação .....	102
<b>FOTO 10</b>	Certificado do curso de extensão universitária .....	103
<b>FOTO 11</b>	Solenidade de formatura da primeira turma do curso de Letras .....	105

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 01</b> Aspectos demográficos de Vitória da Conquista (1940-1970).....	58
<b>TABELA 02</b> Distribuição de alunos por curso, sexo e faixa etária - Curso de Letras.....	97
<b>TABELA 03</b> Distribuição de alunos por curso, sexo e faixa etária - Curso de Estudos Sociais.....	99
<b>TABELA 04</b> Distribuição de alunos por curso, sexo e faixa etária - Curso de Ciências.....	100

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CNE	Conselho Nacional de Educação
CFE	Conselho Federal de Educação
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CAPES	Capacitação pessoal Docente do Ensino Superior
EPES	Equipe de Planejamento do Ensino Superior
EAPES	Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior
FFP's	Faculdades de Formação de Professores
FFPJ	Faculdade de Formação de Professores de Jequié
FFPA	Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional United (States Agency for International Development)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA</b> .....	20
2.1 DE 1950 A 1970: CONTEXTO DA PRIMEIRA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR .....	26
2.2 A LEI DA REFORMA UNIVERSITÁRIA .....	28
2.3 A LEI Nº 5.692/1971 .....	36
<b>3 A INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA BAHIA DITADA PELA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA</b> .....	41
3.1 SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970.....	43
3.2 EXPANSÃO/INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA BAHIA.....	49
3.3 A EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES... 53	
3.3.1 O pioneirismo da Faculdade de Sociologia e Política: da formação das elites à tentativa de implantação do ensino superior em Vitória da Conquista.....	59
3.3.2 Da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia .....	64
<b>4 A MEMÓRIA COMO RECURSO DE ESTUDO</b> .....	67
4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPO DE ESTUDOS DA MEMÓRIA.....	67
4.2 AS PESQUISAS SOBRE O CAMPO DA MEMÓRIA NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO .....	70
4.3 ORIGEM E EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DA FFPVC: OS RELATOS DE MEMÓRIA .....	74
4.3.1 Os funcionários .....	83
4.3.2 O corpo docente .....	85
4.3.3 O alunado .....	88
<b>5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES</b> .....	103
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	107
<b>APÊNDICE A: Quadro de entrevistados</b> .....	114
<b>APÊNDICE B:</b> .....	115
<b>ANEXOS</b> .....	117
Leis e Decretos .....	118

## 1 INTRODUÇÃO

Ainda na graduação, no curso de Pedagogia, tivemos uma primeira aproximação com uma instituição de ensino superior, quando realizamos o projeto monográfico intitulado “O cenário da pesquisa na UESB (2000-2008)”. Demos prosseguimento ao referido tema no grupo de pesquisa “História das Reformas Educacionais e Memória: trajetórias sociais e geracionais”, do Museu Pedagógico e no curso de especialização em Fundamentos Sociais e Políticos da Educação/UESB, promovido pelo mesmo Museu.

Mediante as discussões teóricas e o primeiro levantamento documental que empreendemos, observamos que ainda havia muito o que explorar em torno desse nível de ensino em Vitória da Conquista, uma vez que percebemos lacunas significativas referentes ao processo embrionário desta Universidade, como ressaltou a Professora Albertina Vasconcelos: “Diante de uma história que começava a ser esquecida, havia um embrião, e esse embrião, de onde tudo começou, era a FFPVC<sup>1</sup>”. Por isso, resolvemos estudar a história dessa Instituição de ensino superior que, posteriormente, junto com a Faculdade de Formação de Professores de Jequié, com as Escolas de Administração em Vitória da Conquista e com a Escola de Zootecnia de Itapetinga, veio a transformar-se na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)<sup>2</sup>.

A presente pesquisa teve como finalidade analisar o início da educação superior em Vitória da Conquista – Bahia, na década de 1970, tendo como eixo central a implantação da Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (FFPVC) e o impacto desta sobre a comunidade. No percurso da investigação, procuramos compreender os motivos pelos quais e de que forma a Faculdade foi implantada em Vitória da Conquista.

Tivemos como objetivos específicos:

- \* Investigar os antecedentes de implantação do ensino superior em Vitória da Conquista (BA), observando os interesses econômicos, políticos, sociais e educacionais que culminaram com a criação da FFPVC;
- \* Analisar a memória coletiva e social construída sobre a FFPVC, por meio de fontes escritas, orais e documentais;
- \* Investigar a repercussão social e educacional deste estabelecimento de ensino, por meio dos sujeitos partícipes de sua implantação (professores, funcionários e alunos).

---

<sup>1</sup>Vasconcelos, 2001, p. 43.

<sup>2</sup>Boaventura, 2009.

O recorte temporal escolhido, década de 1970, foi quando efetivamente a Faculdade começou a funcionar, com os primeiros vestibulares, primeiros cursos implantados (Letras, Estudos Sociais e Ciências), primeiras contratações (professores e funcionários), primeiras sedes, etc. Contudo, não nos prendemos à delimitação do período com uma rigidez que nos impedisse, quando necessário, de fazer algumas incursões para antes ou adiante deste recorte.

A problemática deste estudo nos remeteu à necessidade de analisar os aspectos que levaram à agregação de segmentos da comunidade conquistense (políticos e autoridades executivas, religiosas, etc.) no empreendimento dessa Instituição.

As preocupações aqui expressas se fundamentaram no pressuposto de que a educação não é um fator isolado do todo social, mas que, pelo contrário, só pode ser compreendida se for imbricada na multivariada prática social. Isso implica, necessariamente, em discutir as experiências coletivas, herdadas socialmente, bem como os acordos, as tensões e os conflitos que decorreram desse processo.

Nesta pesquisa trabalhamos com as categorias<sup>3</sup>: instituição escolar, educação superior e memória coletiva.

Segundo Saviani (2007, p.3-4), a palavra “Instituição” deriva do latim *institutio, onis*, e é um vocábulo que apresenta uma variação de significados: “a) disposição; plano; arranjo. b) instrução; ensino; educação. c) criação; formação. d) método; sistema; escola; seita; doutrina”. Para o autor, apesar das várias acepções do termo, a própria ideia de educação já estaria contida em seu conceito.

Complementando, Magalhães (2005) enfatiza que a expressão instituição educativa “envolve uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos mediante papéis e representações diferenciados” (p. 97).

Para além da concepção do termo, as instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional; mas, sim adquirem uma identidade, que é fruto dos laços de determinações externas a elas e, “acomodadas” dialeticamente no seu interior (SANFELICE, 2007).

Uma instituição apresenta estrutura material constituída para atender a determinada necessidade humana, mas, não qualquer necessidade. Uma necessidade de caráter permanente – pois uma instituição é criada para permanecer. Mas, por serem históricas, como todos os

---

<sup>3</sup> Chamamos de categorias ou conceitos classificatórios mais importantes, dentro de uma teoria, que podem ser consideradas um caminho de ordenação teórica dos fatos (MINAYO, 1999).

produtos humanos, são também transitórias. Sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não pelo tempo cronológico ou psicológico (SAVIANI, 2007).

No tocante ao aporte teórico da categoria educação superior, dialogamos especialmente com Cunha (1987, 2007), a respeito da organização e estrutura desse nível de ensino, sendo, portanto uma referência importante nesse campo de estudo e Fávero (1991, 2000, 2006), pesquisadora que desenvolve trabalhos no campo da História da Educação, especialmente a respeito do pensamento educacional brasileiro, sendo que parte significativa de seus estudos está articulada com as discussões no campo do ensino superior.

Partimos do princípio de que a Faculdade de Formação de Professores, como uma instituição educacional, foi vivenciada por grupos que compartilharam experiências mais comuns, próximas, e de outros sujeitos que mesmo externamente partilham do processo de constituição da mesma e de tantos outros que legislaram sobre a sua criação e implantação. Para compreender essas lembranças comuns, nos embasamos na categoria memória coletiva, cunhada por Halbwachs (1877-1945) que foi o primeiro teórico a analisar, de maneira sistemática, o caráter social da memória<sup>4</sup>.

Naturalmente, outras abordagens mais recentes são imprescindíveis, como as de Peralta (2007) e Magalhães et al (2009), quando estas ressaltam as tensões e conflitos presentes nas memórias coletivas e/ou sociais, pois, essas experiências comuns nos permite visualizar o que foram essas Instituições, quais as relações econômicas, políticas, sociais e culturais que elas desenvolveram com as comunidades adjacentes e com os governos contextualmente instalados.

Apoiando-nos nas assertivas dessas autoras, vislumbramos a existência de uma relação dialógica entre a memória coletiva e a memória social, visto que as memórias coletivas se relacionam com os diferentes grupos sociais que, por sua vez, estão integrados nas relações todo e parte da sociedade concreta.

Realizamos uma pesquisa de caráter histórico-documental, bem como, recorremos aos depoimentos de pessoas que foram partícipes desse processo e que revelam as singularidades e temporalidades da trama constituída nestas narrativas, tendo em vista as percepções e apreciações, as correlações e tensões materializadas em seus discursos e, ao mesmo tempo, os materiais escritos que dão legitimidade legal a Instituição.

---

<sup>4</sup> Desde o século XIX a memória já era objeto de investigação científica ainda que fosse estudada no âmbito da filosofia (BERGSON, 1999) ou no âmbito da psicologia (FREUD, 1973) e em contextos laboratoriais e isolados do meio social.



Inicialmente, localizamos alguns documentos escritos e iconográficos, no acervo do Museu Pedagógico/UESB, no Arquivo Público Municipal e em arquivos particulares sobre a FFPVC que, praticamente, estavam guardados sem serem mobilizados. Tais documentos foram localizados e submetidos à nossa análise, sobretudo, pela necessidade de se compreender a trajetória de uma instituição de ensino superior pública localizada no interior da Bahia.

Os procedimentos metodológicos seguiram os seguintes passos: revisão bibliográfica referente à educação superior, tanto do contexto nacional, regional quanto local, bem como um levantamento de documentos oficiais promulgados pelo MEC/INEP, LDB's (especialmente as Leis nº 4.024/61 e nº. 5.692/71), Lei nº. 5.540/1968 e o Plano Integral de Educação e Cultura, volumes I e II<sup>5</sup>.

Coletamos uma razoável quantidade de decretos-lei publicados neste período, tais como: Lei nº 1.802, de 26/10/1962 (que cria as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória da Conquista, Ilhéus, Jequié, Caetité, Feira de Santana e Juazeiro), Decreto Estadual nº 21.363, de 30/07/1969 (dispositivo onde se efetivam os meios para sua instalação), Decreto nº 68.219, de 11/02/1971 (autorização para o funcionamento da Faculdade), dentre outros.

Posteriormente, coletamos em arquivos públicos e/ou particulares, informações históricas sobre o nosso objeto de estudo. Nas buscas realizadas nos arquivos da própria FFPVC, que estão disponibilizados no Museu Pedagógico/UESB e que são custodiados pela Secretaria Geral de Cursos/UESB, debruçamo-nos no regimento interno e nos relatórios escritos pelos diretores da Faculdade. Neste arquivo localizamos: livros de registros de matrícula; relatório sucinto dos diretores<sup>6</sup>; atas das provas finais dos cursos Letras (1972), Estudos Sociais (1978) e Ciências (1980); diários de classe dos referidos cursos; livro de inscrições dos candidatos ao concurso de docentes, de 1986; livro de termo de posse de representantes do corpo discente junto ao departamento, de 1985; regimento interno da FFPVC, dentre outros documentos.

Na Biblioteca Pública do Estado da Bahia<sup>7</sup>, localizamos no jornal A Tarde, notícias referentes ao contexto e ao processo de implantação das Faculdades de Formação de Professores no Estado (décadas de 1960 a 1970).

---

<sup>5</sup> São documentos que estruturaram a política educacional baiana no período em foco, dentre outros, de âmbito político-educacional baiano.

<sup>6</sup> Neste, estavam elencados todos os sujeitos institucionais, ou seja, os professores (seus salários, disciplinas ministradas, ano de ingresso), discentes e funcionários.

<sup>7</sup> Popularmente chamada de Biblioteca Central dos Barris, devido a sua localização – bairro Barris, em Salvador, Bahia.

No Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista capturamos dados nos seguintes jornais: O Sertanejo (anos 1967 a 1971), Tribuna do Café (1971 a 1977), Tribuna de Conquista (1971 a 1974) e o Jornal de Conquista (1972). A consulta aos jornais permitiu mapear diversos acontecimentos ocorridos durante o período estudado. Além disto, mais do que descrições, tivemos acesso aos discursos jornalísticos sobre a FFPVC. É sabido que não há cobertura jornalística neutra, pois os jornais são resultado de opções político-ideológicas de determinadas forças sociais.

No arquivo particular do professor Ruy Hermann Araújo Medeiros, também encontramos jornais que circulavam tanto no município, como no nível estadual e nacional, sobre o nosso tema. Coletamos referências nos jornais: O Combate (1959-1961), O Prelo (1981), Tribuna do Café (1977), O Labor (1960), O Fifó (1977) e O Jornal (1958-1975).

Num outro arquivo particular, o do professor Durval Lemos Menezes, tivemos acesso a documentos escolares e fotografias dos professores, alunos e funcionários da Escola de Sociologia e Política de Vitória da Conquista, instituição privada, mas, que representou a primeira iniciativa de implantação de educação superior nesta cidade.

Também, localizamos uma cópia da Carta Consulta da UESB, no arquivo do professor Maximiliano Coelho Machado, datada de março de 1986. Neste documento, consta o pedido oficial ao Governo do Estado para a criação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, porque, até então, o regime jurídico da Instituição era o de Autarquia, denominada de Autarquia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Para nosso objeto, foram imprescindíveis as informações referentes aos aspectos socioeconômicos e educacionais da região, o significado do ensino superior para a região, a área de influência da Instituição, dentre outras.

Recorremos também ao segundo volume da obra *Revista Histórica de Conquista*, de Aníbal Viana Lopes e *História de Conquista: crônica de uma cidade*, de Mozart Tanajura. Esses memorialistas apresentam o contexto econômico, político e educacional nesta cidade, dentro de uma perspectiva imprescindível já aceita pela história regional e local<sup>8</sup>.

Partindo da compreensão de que os depoimentos também se constituem como “fontes de pesquisa” e, como percurso metodológico, realizamos entrevistas semiestruturadas com os sujeitos que compartilharam do processo de constituição da educação superior em Vitória da Conquista, bem como da implantação e desenvolvimento da FFPVC.

---

<sup>8</sup> (MEDEIROS, 2012).

Sob essa ótica, nos apoiamos na contribuição teórica de Thompson (1992), cujas ideias sustentaram a interpretação dos relatos. Para ele, a fonte oral é tão antiga quanto a própria história, na verdade ela foi a primeira espécie de história. Ela propicia o contato e, pois, a compreensão, entre classes sociais e entre gerações (THOMPSON, 1992).

Importante destacar que, nesta pesquisa, utilizamos a história oral como técnica e, além disso, supusemos que existisse “uma documentação paralela escrita ou iconográfica e que os depoimentos seriam mais um complemento e não o objeto central” (MEIHY, 2012, p. 43).

Optamos pela não identificação nominal dos entrevistados, especialmente pela resistência de alguns sujeitos quanto à identificação de suas falas. Como se tratam de informações importantes, os depoentes foram referenciados segundo o seu grupo de pertencimento na Instituição (funcionário, professor ou aluno) e, os demais como representantes da comunidade.

No que se refere à estrutura do trabalho, no primeiro capítulo, inserimos o objeto no plano contextual e optamos por focar na discussão o ensino superior no Brasil, bem como as leis, planos e reformas destinados a este nível de ensino. Com esse intuito, buscamos os registros que asseguram a comunicação do presente com o passado.

No segundo capítulo, contextualizamos a organização do ensino superior público no Estado da Bahia. Nesse momento, apresentamos a história da expansão/interiorização da educação superior baiana, mediante iniciativa dos governantes do Estado, destacando os modos de organização das faculdades de formação de professores<sup>9</sup>. Neste Capítulo, abordamos a articulação existente entre o plano de desenvolvimento econômico para a Bahia e o projeto de interiorização do ensino superior público estadual.

Buscamos, no último capítulo deste trabalho, apresentar uma discussão sobre o campo teórico da memória, em suas dimensões de entendimento e de análise do objeto. Pensar a FFPVC por meio dos processos de memória permitiu-nos posicioná-la a partir da dimensão social da história de vida cotidiana dos atores institucionais que lhe deram origem e sentido. Além disso, articulamos as singularidades e temporalidades da trama das relações sociais constituída pelos documentos e narrativas de memória (s)<sup>10</sup>, tendo em vista as percepções e apreciações, as correlações e tensões, materializadas pelas práticas e discursos dos seus sujeitos vivos ou dos materiais escritos.

---

<sup>9</sup> Segundo Boaventura, o Plano Integral de Educação e Cultura optou por essas Faculdades de Formação de Licenciados, seguindo o exemplo do Estado de Pernambuco (2009, p. 49-50).

<sup>10</sup> Segundo Thompson (1992) as narrativas de memória depois de gravadas e registradas por escrito, tornam-se documento.

Ciente dos limites deste trabalho que ora se apresenta, tecemos algumas considerações resultantes das análises realizadas. Não tivemos a intenção de esgotar a discussão sobre a problemática levantada e sim contribuir para a explicação das contradições inerentes ao processo de implantação do ensino superior em Vitória da Conquista, por meio da recuperação, compilação, organização e análise de um importante patrimônio histórico. Na verdade, outro não foi o papel da pesquisa senão o de responder a algumas indagações acerca da cognominação da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, como “embrião” originário da UESB – que aconteceria pouco tempo depois.

## 2 APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Falar em educação em qualquer país requer uma revisita ao contexto econômico, social, político e cultural, deste, bem como à sua história. Em se tratando da educação superior no Brasil, pensamos logo na vinda da corte portuguesa, em 1808. Neste período, o príncipe regente D. João criou uma série de cursos em nível médio, superior, bem como militar. Foi assim que nasceu o Curso de Cirurgia na Bahia e o Curso de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro. No decorrer, nasceu o Curso de Medicina no Rio de Janeiro e, em seguida, em 1910, surgiu a Academia Real Militar (que mais tarde tornou-se a Escola Nacional de Engenharia).

Segundo Morosini (2005), em 1808, por uma carta régia do Príncipe Regente, é permitida a criação do curso médico na Bahia, que, embora muito rudimentar, apresentava-se sob a forma de um curso regular, sistematizado e com um regime escolar. Também neste ano, é concedido o título do “primeiro professor do ensino superior brasileiro”, e são estabelecidas as determinações para o desempenho dessa função. Nas *Instruções para lente de cirurgia*, que se constitui no Primeiro Estatuto de Ensino Superior Brasileiro, o curso deveria ter a duração de quatro anos, desenvolvido por aulas teóricas, em salas do Hospital Militar, e por aulas práticas duas vezes por semana, em uma das enfermarias, ao fim do qual seria concedido um certificado ao praticante.

Entretanto, Cunha (2007b) assegura que o ensino superior já era ministrado antes desse período, nos colégios jesuítas, que ofereciam os cursos de Filosofia e Teologia, sendo que “a Igreja Católica era, então, uma instituição privada que se mesclava ao Estado pelo regime do padroado” (p. 39).

Devido às transformações socioeconômicas e políticas que a Europa vivenciava nas últimas décadas do século XVIII (mudanças decorrentes de fatos como a Revolução Industrial, pela difusão das ideias liberais iluministas, Revolução Francesa e Revolução Americana) e, especialmente, com a chegada da família real no Brasil, a formação em nível superior passou a ser cada vez mais requisitada, sobretudo, para o atendimento das necessidades da Corte, pois, “foram criados cursos e academias destinados a formar, sobretudo, profissionais para o Estado, assim como especialistas na produção de bens simbólicos, e num plano, talvez, secundário, profissionais de nível médio” (CUNHA, 2007, p.138).

Da Proclamação da República, em 1889, até 1930, período que é chamado comumente de República Velha ou da Primeira República<sup>11</sup>, o federalismo tornou-se a principal orientação do novo regime o qual correspondia aos interesses da burguesia cafeeira. Neste contexto, ocorre também a laicização do Estado e, no plano educacional, a influência das ideias positivistas. A educação superior teve, então, uma expansão significativa, pela multiplicação de instituições que procuravam atender aos interesses da classe latifundiária. Segundo Cunha (2007, p. 157):

o resultado de todo esse movimento expansionista foi a alteração quantitativa e qualitativa do ensino superior. Os estabelecimentos de ensino se multiplicaram e já eram todos subordinados ao setor ao setor estatal nem a esfera nacional: os governos estaduais abriram escolas, assim como pessoas e entidades particulares. As estruturas administrativas e didáticas se diferenciavam, quebrando a uniformidade existente no Império.

Na visão deste autor, foi também nesse período que surgiram as demandas que propiciaram os primeiros estabelecimentos oficiais de ensino superior no Brasil com o nome de universidade, sendo a do Rio de Janeiro<sup>12</sup>, em 1920, (constituída pela aglutinação de escolas – Medicina, Politécnica e Direito) e a de Minas Gerais, em 1927 (formada pela união de cinco faculdades – Engenharia, Medicina, Direito, Farmácia e Odontologia), as que vingaram (idem, p. 134)<sup>13</sup>. Segundo Fávero (1999), a criação desse primeiro modelo de universidade propiciou a retomada das discussões sobre o ensino superior, especialmente no tocante a sua forma simplificada e modesta de funcionamento.

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil foi marcado por várias transformações. Em parte, decorrentes das mudanças que ocorriam na Europa, palco da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como, também, em consequência da intensificação da vinda de imigrantes e, com esses, a chegada dos ideais de “esquerda”.

A partir dos anos de 1920, com a progressiva urbanização provocada pelas transformações econômicas decorrentes da reconfiguração da denominada “política café-com-leite”, pela multiplicação de iniciativas rumo à passagem de uma sociedade preponderantemente rural-agrícola para uma que tentava viabilizar-se como urbano-industrial e, ainda, pela eclosão de movimentos políticos, econômicos, religiosos, culturais, enfim, o país foi palco de movimentos que visavam à modernização. Esse período histórico é caracterizado como o ápice da passagem da “sociedade fechada” para uma sociedade aberta, a

---

<sup>11</sup> Essa demarcação, comum na historiografia, é conveniente para o estudo das transformações sofridas pelo ensino superior.

<sup>12</sup> Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920, assinado pelo presidente Epitácio Pessoa.

<sup>13</sup> Sguissardi (2004) destaca que nos anos de 1910 existiram três experiências de instituições denominadas universidades, a de Manaus, a de São Paulo e a do Paraná, que, por diversas razões, não perduraram.

fase em que o capitalismo moderno começou a se fixar definitiva e hegemonicamente no Brasil (FREIRE, 1995).

Foi também nesse período que foram criadas, no Rio de Janeiro, a Academia Brasileira de Ciências (ABC), em 1916, e a Associação Brasileira de Educação (ABE), instituída em 1924. Essa Associação visava “sensibilizar o poder público e a classe dos educadores para os problemas mais cruciantes da educação nacional e a necessidade urgente de se tomarem medidas concretas para equacionar e resolver esses problemas” (ROMANELLI, 1986, p.129).

Fávero (2006) assegura que, com a organização dessas entidades, deu-se início a um movimento pela modernização do sistema educacional brasileiro em todos os níveis, incluindo o ensino superior.

Em 1930, o Brasil foi cenário de uma revolução, também conhecida como Golpe de 1930, quando a Aliança Liberal formada por Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, tomou o poder dos latifundiários paulistas e entregou a presidência do país a Getúlio Vargas.

Segundo Romanelli (1998), o contexto pós-1930 acabou determinando o aparecimento de novas exigências educacionais e fazendo emergir novas propostas de reformas de ensino, em todos os níveis principalmente nas áreas mais afetadas pela industrialização, através da expansão das demandas sociais educativas. Contudo, para essa autora, a expansão capitalista não se fez de maneira igual em todo o território nacional. Acabou gerando contradições sérias no sistema educacional, uma vez que essa demanda escolar só se desenvolveu nas zonas onde se intensificaram as relações de produções capitalistas, ou seja, o tipo de escola que passou a se expandir foi o mesmo que educar as elites, e foi controlada por elas.

Ao nosso ver, na década de 1930, os principais acontecimentos relacionados ao ensino superior são: a Reforma Francisco Campos, em 1931, o Manifesto dos Pioneiros, em 1932, e a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Os dois primeiros fatos estão diretamente relacionados, pois, a Reforma Francisco Campos, além de autorizar e regulamentar o funcionamento das universidades também autorizava a cobrança de anuidades por parte destas, uma vez que o ensino estatal à época não era de caráter gratuito.

Francisco Campos acreditava que a reforma da sociedade se concretizaria mediante a reforma da escola, da formação do cidadão e da produção e modernização das elites. Em resumo, Campos considerava a educação como um processo destinado a criar, conservar ou recuperar certos valores perdidos: a Religião, a Família e a Pátria, nota-se a identidade desses valores com a divisa máxima dos integralistas: Deus, Pátria e Família (CUNHA, 2007).

Sendo assim, pela primeira vez, uma reforma atingiu os vários níveis de ensino (secundário, comercial e superior) e foi imposta a todo território nacional. Nesse ínterim, foi instituído o sistema universitário no Brasil, através do Estatuto das Universidades Brasileiras e o primeiro efeito de sua promulgação foi a reforma da Universidade do Rio de Janeiro<sup>14</sup>.

Especificamente em relação ao ensino superior, a Reforma determinava que para ter *status* universitário, as instituições de ensino superior deveriam reunir, pelo menos, três das quatro unidades seguintes:

Art. 5º A constituição de uma universidade brasileira deverá atender as seguintes exigências:

**I - congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras;**

II - dispôr de capacidade didactica, ahi comprehendidos professores, laboratorios e demais condições necessarias ao ensino eficiente;

III - dispôr de recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiencia da atividade universitária;

IV - submeter-se às normas geraes instituidas neste Estatuto.

Art. 6º As universidades brasileiras poderão ser creadas e mantidas pela União, pelos Estados ou, sob a fórmula de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federaes estaduais e livres (BRASIL, 1931, grifo nosso).

Esse Estatuto, dentre outras coisas permitia a constituição do corpo docente de professores catedráticos (um para cada cadeira do curso) e docentes livres (aprovados em concursos de títulos e de provas). Estes últimos teriam os encargos principais de lecionar em cursos equiparados aos cursos normais.

A admissão dos estudantes dependeria da aprovação em exames vestibulares, além da apresentação, pelos candidatos, de certificado de conclusão do curso secundário e de “prova de idoneidade moral”, entre outras exigências.

Apesar da exigência desse Estatuto, permitia-se as universidades ampliarem sua “capacidade didática” pela realização de convênios com institutos e serviços técnico-científicos. Além disso:

---

<sup>14</sup> Antes ela era constituída apenas das Faculdades de Direito e de Medicina e da Escola Politécnica, depois passou a ter os seguintes institutos: Escola de Minas (de Ouro Preto), Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Escola Nacional de Belas-Artes e Instituto Nacional de Música. Deveria ter, também, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a Escola de Higiene e Saúde Pública e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, quando fossem criadas de fato (CUNHA, 2007, p. 269).



A Faculdade de Educação, Ciências e Letras teria, como objetivos específicos, “ampliar a cultura no domínio das ciências puras, promover e facilitar a prática de investigações originais, desenvolver e especializar conhecimentos necessários ao exercício do magistério”. Teria três seções: a de *Educação*, a de *Ciências*, compreendendo esta os cursos de Matemática, Física, Química e Ciências Naturais; e a de *Letras*, com os cursos de Letras, Filosofia, História, Geografia, e Línguas vivas. Seriam esses os cursos de *licenciatura*, e os diplomados deveriam, preferencialmente, lecionar as disciplinas de sua especialidade no ensino normal (licenciados em Educação) e no ensino secundário (licenciados em Ciências e Letras) (CUNHA, 2007, p. 269).

O contexto histórico impunha a valorização da cultura nacional e a universidade teria, também, este papel a cumprir. É justamente dentro desta nova estruturação que foi criada a Universidade de São Paulo<sup>15</sup>, em 1934.

Já o Manifesto propunha que o ensino superior fosse público e gratuito, com a finalidade de oferecer a todas as crianças e jovens, uma educação compatível com a realidade do aluno e do país, bem como com o estágio de civilização alcançado pela humanidade. Realizada desta forma, a escola estaria democratizada, porque permitiria igualdade de acesso e permanência do aluno na escola (NIELSEN NETO, 1980, p. 317).

Assim, a Primeira República representou um período de multiplicação de faculdades isoladas, tais como Medicina, Engenharia e Direito. As primeiras universidades resultaram, já na terceira década do século XX, da reunião formal dessas faculdades. Conforme Cunha, esse caráter fragmentado de nossas instituições de educação superior já sofre críticas desde o tempo do Império e, neste período, é decorrente da estreiteza cultural resultante da especialização das faculdades na mera formação profissional (2007, p. 19).

Em 1937, Getúlio Vargas desfechou o golpe que institucionalizou o “Estado Novo”, redirecionando a política educacional, traçada pelo Estado ditatorial. Uma nova legislação foi implementada em 1942, a Reforma Capanema<sup>16</sup>, que apontava para a formação de elites dirigentes e profissionais liberais. Além disso, nesse ano, a Universidade do Rio de Janeiro foi transformada em Universidade do Brasil, uma vez que, essa era uma das prioridades da gestão Capanema no Ministério da Educação e Saúde do governo Vargas (CUNHA, 2005).

Entre os anos de 1945 até 1964 foram retomadas as discussões sobre a necessidade de modernização do ensino superior brasileiro, especialmente devido às mudanças de ordem

---

<sup>15</sup> Essa Instituição teve, dentre outros idealizadores, Fernando de Azevedo, que defendia o cultivo de um saber livre e desinteressado, capaz de contribuir para o progresso da nacionalidade em formação e para o enriquecimento da educação.

<sup>16</sup> Uma alusão ao então Ministro Gustavo Capanema.

socioeconômicas e políticas, decorrentes da intensificação da industrialização, a urbanização, a internacionalização da economia, dentre outras, além das alterações no campo da educação.

Naquele momento, os defensores da política desenvolvimentista<sup>17</sup> - representantes do governo que passaram a utilizar, como parâmetro a ser seguido, os países considerados desenvolvidos, como os Estados Unidos – vão colocar em xeque o modelo de *college*, importado da Inglaterra e implantado no Brasil, passando a tomar como referência para análise o modelo do ensino superior norte-americano, cuja estrutura era considerada mais funcional e menos onerosa.

Seguindo estas orientações, foi criado, em 1947, no Rio de Janeiro, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA. Segundo Cunha (1983), esse Instituto congregou inovações acadêmicas modernizadoras, articuladas com o projeto político em voga, ou seja, instituiu uma nova estrutura para a carreira docente, priorizando a pós-graduação e tendo como fator para progressão o merecimento comprovado; substituiu o regime de cátedras pelos departamentos como unidades básicas para o ensino superior; propôs uma maior flexibilidade curricular que comportava um núcleo comum e outro profissional, dentre outras mudanças.

Essa nova estrutura do ensino superior, começa a vigorar a partir da segunda metade da década de 40, em substituição do modelo francês de cátedras profissionalizantes, para o modelo flexível dos departamentos da universidade estadunidense, ou seja, acompanhou a inserção do poder político dos Estados Unidos na América Latina e o seu avanço tecnológico, principalmente a partir do fim da II Guerra Mundial.

Em sua análise, Fernandes (1977) considera que:

ao concretizar seu destino nacional cada sociedade latino-americana forjou algo que não pode ser diluído no patrimônio comum, embora lance nele suas razões. Por conseguinte, cada sociedade nacional possui a “sua” ou suas universidades e não pretendemos omitir esse fato. Em termos de organização, funcionamento e valores tais universidades dificilmente poderiam ser reduzidas a uma mesma realidade sem perderem o que as caracteriza nos respectivos cenários nacionais e que lhes dá vigor, que explica, a um tempo, as suas grandezas e as suas misérias (p. 144).

Para alguns, a inserção do modelo norte-americano era a possibilidade de retirar o país do subdesenvolvimento, no entanto, para outros, essa medida representou um atraso, considerando que, transplantar um modelo universitário, organizado numa realidade díspar,

---

<sup>17</sup> Para Fausto (2001), entre as décadas de 40 e 50 do século XX, principalmente em função dos resultados advindos com a Crise de 1929 e da II Guerra Mundial, o governo brasileiro adotou iniciativas para acelerar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Foram realizados investimentos no sistema de transporte e energia em nível nacional. Foi também nesse período fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

como a do Brasil, apenas reafirmava o laço de dependência do país e sua incapacidade de implementar um projeto educacional que estivesse de acordo com a sua própria realidade.

As décadas de 1940 a 1950 foram marcadas politicamente pelo populismo e constituíram palco da expansão do ensino superior, concedida principalmente pelo governo federal. Este criou faculdades onde não havia, garantiu a gratuidade do ensino, contrariando a legislação em vigor, “federalizou” instituições estaduais e privadas ao integrá-las às universidades. Esse cenário se justificou porque,

O Brasil apresentou crescimento econômico real e marcante, ocorrendo uma enorme expansão da produção industrial. [...] O setor privado (nacional e estrangeiro), bem como os investimentos públicos (internos e externos) contribuíram para que a maior parte das metas governamentais fossem alcançadas. Deve-se ressaltar, no entanto, que na agricultura e na educação os resultados não foram os esperados (MOREIRA, 1985, p. 112).

Especialmente nos anos de 1950,

outros fatores interferiram no crescimento da demanda da educação escolar, intensificando-a. A transferência das populações rurais para zonas urbanas fez com que elas logo se apercebessem da importância da posse dos conhecimentos de leitura, escrita e cálculo para as transações mais elementar na cidade, [...]. (CUNHA, 1989, p. 73)

Para esse autor, a demanda por instituições refletia-se não apenas na expansão da escola secundária, como também nos mecanismos de articulação que promovessem a equivalência entre as escolas profissionais e o ensino secundário, de modo a favorecer o ingresso dos diplomados ao ensino superior.

## 2.1 DE 1950 A 1970: CONTEXTO DA PRIMEIRA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

A passagem das décadas de 1950-1960<sup>18</sup> constitui-se como período de mudanças socioeconômicas e políticas singulares no país, que ocorreram no período pós-guerra, tais como industrialização, urbanização, internacionalização da economia, migração interna, que, dentre outras, propiciaram também alterações no campo educacional.

O aumento no número de matrículas, tanto no primário quanto no ginásio, visando atender às novas demandas, culminou com a necessidade de ampliação do número de vagas no ensino superior. Durante a década de 50, do século XX, o movimento estudantil retomou a

---

<sup>18</sup> A política nacionalista de Getúlio Vargas (1951-1954) foi substituída pela política internacionalista de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

discussão sobre a necessidade de a universidade tornar-se mais democrática, passando a exigir a modernização de sua estrutura administrativo-pedagógica e, também, a ampliação de vagas.

As discussões que vinham sendo feitas em períodos anteriores foram retomadas e aprofundadas no decorrer da década de 1960. Esse período representou um marco nas mudanças que a sociedade brasileira viria a sofrer, a partir da ruptura com o pacto populista de governo e seus posteriores desdobramentos. Além disso, o país foi assolado com uma crise econômica e política que envolveu diversos segmentos da sociedade.

Dentro desse contexto, a situação da educação superior, tendeu a agravar-se. No início da década, o governo de Jânio Quadros desenvolveu uma política de retração nos investimentos dos recursos públicos no ensino superior, justificada pela necessidade de ampliação do ensino básico.

Na década de 1960, tanto a história política quanto educacional presenciaram avalanches de legislações que ordenaram a nova estrutura político-educacional. Logo no início da década de 1960, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/1961.

Para o ensino superior, essa Lei estabeleceu os seguintes objetivos: “Art. 1º. O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário.” (BRASIL, 1961). Atribuía ao Conselho Federal de Educação (CFE) a responsabilidade de supervisionar as instituições de ensino superior, portanto, regulamentar o ensino superior, contudo, não fazia nenhuma menção à regulamentação do exercício docente; limitava-se a definir a obrigatoriedade da presença do professor na universidade, determinando que as faltas poderiam ser motivo para seu afastamento da educação superior.

A formação de professores primários, segundo essa Lei, seria realizada em escolas de Ensino Normal ao nível de ensino médio<sup>19</sup> e dos professores da educação de grau médio seria feita nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Diante da urgência de medidas que objetivassem as modificações do ensino superior, o Conselho Federal de Educação realizou uma avaliação dos estatutos das universidades, objetivando, o quando possível, adequá-los ao que estava estabelecido na LDB e conduzir o processo construtivo da reforma universitária. Segundo Cunha (1983), o CFE, utilizando-se de sua prerrogativa de acompanhar e normalizar o funcionamento da educação nacional,

---

<sup>19</sup>A referida Lei utilizava o termo ensino médio para a educação de grau médio, que seria “ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.”

emitiu tantas normas que, após cinco anos, fazia-se necessário um aparato jurídico para consolidar todas as suas deliberações.

Assim, a inclusão da Lei nº 5.540/1968 na pauta governamental tornara-se premente, não apenas em função da necessidade de abrandar os ânimos dos universitários, que, mesmo com a União Nacional dos Estudantes (UNE) na ilegalidade desde 1964, continuavam transformando o espaço da universidade no *locus* ideal para a contestação política e social<sup>20</sup>, mas, especialmente, em função da necessidade de modernizar a estrutura universitária, bem como de torná-la contemporânea às demandas apontadas pela nova ordem econômica, social e política.

Essa discussão nos remete às proposições de Teixeira (1969), que enfatizava o caráter efêmero de nosso ensino superior que se deve ao fato de este nível de ensino ser órfão de um verdadeiro projeto educacional<sup>21</sup> (p. 86-93). Daí, nascer e difundir-se a exigência de uma reforma radical do ensino superior brasileiro, a começar pela criação de estruturas mais orgânicas e flexíveis.

## 2.2 A LEI DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

A implantação de uma nova ordem político-institucional no país, a partir de 1964, teve como característica básica<sup>22</sup> o gerenciamento do Estado por sucessivos governos militares até 1985. Tal período se caracteriza, não somente como uma época de consolidação e apogeu do autoritarismo, mas, também, de realização de reformas institucionais, na perspectiva de inserir o país na esfera de controle do capitalismo internacional, inclusive no campo da educação. A partir das ideias de Germano (1993, p. 196), esclarecemos esta questão:

[...] é a partir do golpe de 1964 que as empresas educacionais vão alcançar notável expansão. Isto ocorreu na medida em que o Estado criou mecanismos de ordem legal, muito expressivos – como a Constituição, que abriram espaço à iniciativa privada, à educação como negócio lucrativo. Com efeito, os governos militares tentaram não somente se desincumbir de

---

<sup>20</sup> A promulgação da Lei nº 4.464/1964 decretou o fechamento da UNE que, somente a partir de 1985, por meio da promulgação da Lei nº 7.395/1985, voltou, legalmente, a participar das questões que envolviam o ensino superior.

<sup>21</sup> O autor refere-se às primeiras iniciativas dos jesuítas, no século XIX, passando pelo Império e chegando até a década de 1930, quando “nasce” um projeto de universidade no país. Para Teixeira, “o país viveu esse longo período de mais de cem anos a multiplicar vegetativamente aquelas primeiras escolas profissionais” (1969, p. 92).

<sup>22</sup> As pressões estadunidenses e os projetos de reforma do presidente João Goulart, levaram os militares a derrubarem o governo e implantarem a ditadura militar no Brasil.

financiar a educação pública e gratuita, mas também cuidaram de estabelecer as condições legais que permitissem a transferência de recursos públicos para a rede particular.

Para o referido autor, a política educacional gestada nesse período “privilegiou o topo da pirâmide social” (p. 152), na medida em que se constituiu num instrumento de conservação da estrutura social de desigualdade, pois “seguiu a estrutura de desigualdade social e regional existente no Brasil”. Essa política também imprimiu à educação superior um caráter utilitário, na medida em que estabelecia uma relação direta e imediata com o mercado de trabalho e com a produção. Por conta disso, a política e a legislação educacional se propunham a “negar autorização de funcionamento a cursos que não fossem compatíveis com as exigências do mercado de trabalho” (Idem, p. 153).

Tal situação contextual exigiu a reorganização da sociedade política e da sociedade civil, de forma que o Estado se torne novamente mediador dos interesses da reprodução ampliada do capital nacional e internacional. Assim,

A política educacional, ela mesma expressão da reordenação das formas de controle social e político, usará o sistema educacional reestruturado para assegurar esse controle. A educação estará novamente a serviço dos interesses econômicos que fizeram necessária sua reformulação (FREITAG, 1980, p. 77).

As reformas institucionais que vão ocorrer nesse período, notadamente entre 1964-1974, inclusive no campo educacional, contribuíram efetivamente para a reprodução da força de trabalho e a disseminação da concepção de mundo dominante, necessária à legitimação do sistema político e da sociedade estabelecida e a regulação dos requisitos necessários ao funcionamento do sistema educacional como um todo visando adaptá-lo às necessidades do mercado do trabalho, do desenvolvimento produtivo, etc. (GERMANO, 1993).

Ao lado da contenção e da repressão, que bem caracterizaram essa fase, constatou-se uma aceleração do ritmo do crescimento da demanda social de educação (ROMANELLI, 1986), sendo esta a justificativa para a assinatura, em junho de 1965, de uma série de convênios entre o Ministério de Educação e Cultura/MEC e seus órgãos e seus órgãos e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional/Usaid, a pretexto de beneficiar todos os níveis de ensino no Brasil e, inclusive, construir o projeto de reforma universitária.

Segundo Vieira (1982, p. 28), os acordos entre o MEC/USAID tinham, entre outras finalidades, resolver os seguintes problemas: o baixo índice de matrículas, o baixo rendimento

dos alunos, rever a estruturação curricular, que se apresentava pouco flexível e muito fragmentada, avaliar a inexistência de tempo integral dos professores e alunos para a academia, avaliar os espaços físicos e materiais da universidade.

Arapiraca (1982), que estudou a influência dessa Agência, na década de 1960, assegura que não existiu ajuda neutra, pois “[...] não há como exercer qualquer atividade de cooperação senão pelos mecanismos da ideologia dominante, que, em última instância, são provenientes dos países detentores do capital”.

Neste ínterim, diferentemente dos processos ditatoriais dos países latino-americanos, no Brasil, houve uma:

[...] aliança tácita de militares com pesquisadores, aliança essa concretizada nas agências de fomento, como o BNDE, a Finep, o CNPq e a Capes, inovações que vinham se desenvolvendo desde 1940 não foram suspensas, mas sim intensificadas (CUNHA, 2007b, p. 10).

Com o propósito declarado de construir a autonomia das nações, as agências multilaterais ajustavam as instituições aos padrões de desenvolvimento dependente. Sinteticamente, a intenção se resumia em “sincronizar a educação com as necessidades do desenvolvimento econômico e social” (CUNHA, 2003, p. 172).

Cunha destaca as iniciativas de “modernização do superior”, citando, em primeiro lugar, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica/ITA e a Universidade de Brasília/UnB. Depois, menciona uma aliança tácita dos militares com os pesquisadores, concretizada nas agências de fomento como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES, a Financiadora de Estudos e Projetos/Finep, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Capes, inovações que começaram a se desenvolver desde 1940 e se intensificam no contexto ditatorial (CUNHA, 2007b).

A propósito, embora esse “ideal de modernização” tenha se intensificado nos anos de 1960, já havia intenções “modernizadoras” desde a segunda metade dos anos de 1940, as quais ganharam forças nos anos de 1950 e, depois do golpe civil-militar de 1964, foram introduzidas na política educacional implantada pelo governo, pois:

[...] o Ministério da Educação não tardou a contratar norte-americanos para que disseminassem como organizar nossas universidades e convocá-los para assistirem o governo brasileiro no planejamento desse grau de ensino (CUNHA, 2007, p. 167).

No entanto, este autor adverte que é preciso relativizar a influência desses sujeitos, tendo em vista que o movimento interno em favor da reestruturação da universidade já existia desde 1940. Nas palavras do autor:

A concepção de universidade calcada nos modelos norte-americanos não foi imposta pela Usaid, com a conivência da burocracia da ditadura, mas antes de tudo foi buscada, desde os fins da década de 40, por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente aqueles com um imperativo da modernização e, até mesmo da democratização do ensino superior no nosso país. Quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram, encontraram um terreno arado e adubado para semear suas ideias (Ibid., p. 24).

Por iniciativa dos militares, em março de 1964, desembarcou no Brasil um grupo formado por quatro norte-americanos<sup>23</sup>, que aqui permaneceram por três semanas, com o objetivo de adequar o ensino superior às normas da USAID, conforme já fora executado em outras áreas.

Desse modo, foi firmado um convênio entre o MEC (Ministério de Educação e Cultura), através da Diretoria do Ensino Superior e a USAID, visando constituir uma Equipe de *Planejamento* do Ensino Superior (EPES), composta por “cinco educadores brasileiros de alto nível” e cinco assessores estadunidenses. Entretanto, esse convênio não foi aceito facilmente pelos membros do Conselho Federal de Educação e, por conta disso, um novo convênio firmado em 1967 entre a Usaid e a Equipe de *Assessoria* ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES).

A concepção educacional norte-americana foi intensamente difundida por meio desses convênios. Assim, percebemos a importância da instituição universitária para o regime civil-militar e a mudança qualitativa educacional, porque nessa política desenvolvimentista estava imbricada a dependência aos centros hegemônicos do capitalismo internacional (MARTINS, 1988).

No período de 1965-1968, a USAID disponibilizou como consultor Rudolph P. Atcon<sup>24</sup>, uma figura que se destacou na articulação e na implantação desses convênios. Sua principal proposição era a de que a mudança no ensino superior era o verdadeiro ponto de partida para o desenvolvimento da América Latina.

---

<sup>23</sup> A saber: Rosson L. Cardwell, Raymond D. Larson, W. Nelson Peach e Charles Wagley, este último, veterano de muitas viagens ao nosso país (CUNHA, 2007b, p. 156).

<sup>24</sup> “Se autodenominava especialista em planejamento de universidade, grego de nascimento, tendo estudado na Alemanha e se naturalizado norte-americano, dizia ter se dedicado à reestruturação de universidades em diversos países da América Central” (CUNHA, 2007b, p. 187).



Segundo o Relatório do Acordo entre MEC/USAID, datado de 1969, Atcon havia prestado serviços à Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – Capes, do Ministério da Educação de 1953 a 1956. Retornou após o golpe de 1964 com o intuito de auxiliar na concatenação entre o impulso modernizador articulado com a perspectiva tecnocrática. Dentre suas propostas estavam: crítica ao monumentalismo dos edifícios, transferência das sedes universitárias para fora das cidades, independência econômica das instituições universitárias, contudo, jamais a independência administrativa, jurídica e, sobretudo política. Em suma:

O modelo do prof. Atcon respondia a uma das tendências do regime pós-64, a da privatização do ensino ou da desobrigação do Estado, em termos financeiros, com a educação superior, mas contrariava a tendência da descentralização do poder e ao controle político da educação (SGUISSARDI, 1985, p. 69).

Essa concepção de ensino superior sugeria às instituições um caráter tecnocrático, fundamentado numa organização política e social baseada na predominância dos técnicos, que estivessem estruturalmente a serviço do projeto desenvolvimentista do governo militar.

Mesmo com a mobilização de estudantes, que exigiam do Governo “medidas no sentido de buscar soluções para os problemas educacionais mais agudos, principalmente o dos excedentes” e o da autonomia universitária<sup>25</sup>, em 28 de novembro de 1968, foi promulgada a Lei 5.540, conhecida como a Lei da Reforma Universitária. Nesta Lei, dentre as medidas propostas, com o objetivo de aumentar a eficiência e produtividade da universidade, sobressaem o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, os cursos de curta duração, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, a expansão do ensino superior, bem como a carreira do magistério e a institucionalização da pós-graduação (FÁVERO, 2000).

Complementando, Carvalho (2003) considera que essa Reforma de 1968 é a expressão da inserção definitiva da política e da economia nas esferas de controle do capital internacional, que vem até os dias de hoje, a direcionar o funcionamento das instituições de ensino superior brasileiras. Evidentemente, este nível de ensino incorporou várias características da concepção universitária norte-americana, a saber:

- a) vínculo linear entre educação e desenvolvimento econômico, entre educação e mercado de trabalho;
- b) estímulo às parcerias entre universidade e setor produtivo;
- c) instituição do **vestibular unificado, do ciclo básico ou primeiro ciclo geral, dos cursos de curta duração**, do regime de créditos e

---

<sup>25</sup> Fávero, 2006.

matrícula por disciplinas, todas estas medidas visando uma maior racionalização para as universidades; d) fim da cátedra e a instituição do sistema departamental; e) criação da carreira docente aberta e do regime de dedicação exclusiva; f) expansão do ensino superior, através da ampliação do número de vagas nas universidades públicas e da proliferação de instituições privadas, o que provocou uma massificação desse nível de ensino; g) a ideia moderna de extensão universitária; h) ênfase nas dimensões técnica e administrativa do processo de reformulação da educação superior, no sentido da despolitização da mesma (p. 65, grifo nosso).

Esta reorganização iria atribuir uma nova função ao ensino superior, justificada como um imperativo da industrialização, a ser promovida nos moldes da pesquisa produzida nos países centrais, e de uma ampla reforma da sociedade, ávida de benefícios trazidos via desenvolvimento científico.

[...] Ao que parece, **a reforma universitária deveria dar prioridade indiscutível aos requisitos propriamente científicos da formação intelectual dos estudantes, preparando a universalização de condições mínimas eficientes de iniciação à pesquisa científica**, de treinamento no uso de técnicas fundamentais de investigação e na construção de uma mentalidade científica acurada (FERNANDES, 1975, p. 254, grifo nosso).

Entretanto, não era, senão, a “implantação de uma nova estrutura administrativa baseada no modelo empresarial, cuja finalidade é o rendimento, a eficiência, e não a produção acadêmica, científica e cultural” (FÁVERO, 1991, p.57). No tocante ao Estado, este apresentou como orientador de políticas públicas para a educação superior, que naquele momento:

- (i) assumiu diretamente o controle (através de intervenções e patrulhamento ideológico) de várias instituições;
- (ii) passou a orientar gastos e investimentos (para expansão de vagas, financiamento da estrutura de pesquisa);
- (iii) tentou formar uma rede de relações entre atores acadêmicos e o setor produtivo (ao estimar uma demanda de pesquisa e estimular formação de competências em áreas estratégicas), e entre Universidade e sociedade (via programas de extensão) (MENEGHEL, 2001, p. 15).

A mesma autora afirma que, rigidamente controladas pelo Estado, as instituições de ensino superior foram alvo de duas políticas bastante distintas: (a) expansão: houve ampla liberdade de atuação para o setor privado que, nos moldes do capitalismo, fez da educação superior um negócio rentável; (b) modernização: o apoio estatal promoveu a implementação da pesquisa e da pós-graduação apenas em áreas consideradas prioritárias pelos empresários e militares.

Tal discussão nos remete ao Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, que permite a criação e expansão de instituições de ensino superior isoladas, apenas se estas forem pautadas em conformidade com a política vigente:

Art. 2º Será negada autorização para funcionamento de universidade instituída diretamente ou estabelecimento isolado de ensino superior quando, satisfeitos embora os mínimos requisitos prefixados a sua criação não corresponda às exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional.

A letra da lei reflete a ideia de que a educação é um fenômeno quantitativo e econômico e, por isso, estava à disposição das necessidades mercadológicas. Além disso, o Estado Autocrático se arvorava em conceder ou impedir o funcionamento das instituições em pauta.

A mencionada legislação nos conduz ao Decreto-Lei nº 63.341, de 01 de outubro de 1968, que estabelece os critérios para a expansão do ensino superior:

**Art. 1º** No exame dos pedidos de autorização e reconhecimento de universidades e de estabelecimentos isolados de ensino superior, bem como de financiamentos de programas e projetos de instituições existentes ou a serem criadas, observar-se-ão, conforme o caso, os seguintes critérios, além de outros legalmente estabelecidos:

I - Evitar-se-á a expansão de vagas e a criação de novas unidades para as profissões já suficientemente atendidas, exceto nos casos em que a iniciativa apresente um alto padrão, capaz de contribuir efetivamente para o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa no setor abrangido.

Para as agências internacionais, algumas das alternativas para a reestruturação e expansão educacional seriam:

- 1. Ampliar o sistema de ensino médio público em quatro Estados: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, o que incluía construção de novas escolas.**
2. Aprimorar o treinamento de professores para o nível médio em todo o país.
3. Ampliação e melhoria dos atuais seis Centros de Treinamento de Professores em Ciências.
4. Criação de novos Centros de Treinamento de Professores de Matérias Técnicas Educacionais e ampliação dos já existentes. Estes professores lecionam matérias, tais como artes industriais, agricultura, práticas comerciais, economia doméstica, etc.
5. Distribuição de bolsas de estudo (BRASIL, 1969, p. 50, grifo nosso).

Deve ser assinalado, desde logo, a existência do Plano Nacional de Educação, logo após a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e o Salário-Educação<sup>26</sup>, como fontes geradoras de receitas, que fizeram crescer os índices de matrículas no ensino fundamental e médio, impulsionando a demanda pelo ensino superior.

Ademais, para implementar tais medidas, seria necessário investir na formação de professores. Por isso, disponibilizaram bolsas de estudos aos docentes das Universidades, para que estes se qualificassem especialmente nos Estados Unidos, totalizando 3.800 bolsas entre os anos de 1965 a 1970 (BAHIA, 1969).

A Lei 5.540/1968, dentre outros aspectos, acentuou as licenciaturas, a fragmentação dos cursos e a separação entre a formação pedagógica e a específica e enfatizava somente a formação prática. Neste ensejo, Saviani (1991) enfatiza que essa inspiração liberal é reflexo da Lei 4.024/1961 que aqui cede lugar a uma inclinação tecnicista, que buscava transpor para a escola a forma de funcionamento do sistema fabril, ignorava a articulação entre a escola e o processo produtivo, que se dá de modo indireto e por meio de complexas mediações (SAVIANI, 2011, p. 383).

Para Ferreira Júnior e Bittar (2008), os tecnocratas defendiam como pressuposto básico a aplicação da “teoria do capital humano”<sup>27</sup> como fundamentação teórico-metodológica instrumental para o aumento da produtividade econômica da sociedade. Dessa forma:

Durante a ditadura militar, as relações que se estabeleceram entre planejamento econômico, modernização acelerada das relações capitalistas de produção, tecnocracia e educação tinham na “teoria do capital humano” o seu elemento vital, a seiva ideológica que alimentava o projeto societário materializado no *slogan* “Brasil Grande Potência” (FERREIRA JR.; BITTAR, 2008, p. 344).

Era, assim, uma concepção de educação era fundamentada na ideologia da igualdade de oportunidades e das aptidões naturais, de natureza profundamente economicista e dissimuladora das contradições sociais (FRIGOTTO, 1995). Uma concepção caracterizada por Saviani (1985) como tecnicista educacional. Por isso, foram utilizados mecanismos

---

<sup>26</sup> O salário-educação foi criado pela Constituição de 1946, que previa que as empresas com mais de cem funcionários eram obrigadas a “manter ensino para seus servidores e os filhos destes” (Art. 178, inciso III), mas, tal cláusula só entrou em vigência com a Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964. Queremos ratificar que parte dos recursos deveria ser destinada para a antiga instrução primária ou que tais empresas poderiam ofertar esse nível de ensino.

<sup>27</sup> Teoria desenvolvida por Schultz que relaciona diretamente a educação com a economia, na medida em que atribui a primeira a capacidade de incrementar a produtividade da segunda (FERREIRA JR.; BITTAR, 2008, p. 342).

diversos que auxiliavam no processo de aquisição de “habilidades e competências” para o ingresso no mundo do trabalho.

Foi embasada nessa concepção da função social da educação que as instituições de educação superior e, no seu interior seus cursos de graduação, se proliferaram no Estado baiano.

### 2.3 A LEI Nº 5.692/1971

Estruturalmente, a culminância dos acordos MEC-USAID resultou ainda na implementação da Lei nº 5.692/1971 que completou o ciclo de reformas educacionais destinadas a ajustara educação brasileira perpetrada pelo golpe de 1964. A referida Lei, dentre outras coisas, modificou os antigos cursos primários e ginasiais e transformou o 2º grau em curso profissionalizante, também como influência do tecnicismo.

Em relação à formação do professor de 1º e 2º graus, o então Ministro da Educação, coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, afirmou:

Outro capítulo de extrema importância é o “dos professores e especialistas” [...]. No que toca a formação, previu-se a graduação superior, de duração curta e plena, para o exercício até o 1º e 2º graus, respectivamente, e habilitação de 2º grau para o exercício até a metade do 1º. Para o preparo superior de curta duração, reforçando a rede existente, concebeu-se um tipo novo de faculdade, mais modesta, a surgir “nas comunidades menores”. Não há dúvida de que este esquema “permanente” só a longo prazo poderá ser implantado em âmbito nacional (PASSARINHO, 1971 *apud* FERREIRA JR; BITTAR, 2006, p. 1.164).

A política imposta configurou outra composição de professores para o 1º e 2º graus.

Em relação ao currículo, o Conselho Federal de Educação fez desaparecer a divisão entre Português, História, Geografia, Ciências Naturais, etc., e trouxe uma nova denominação para esses cursos com os seguintes nomes: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências.

A referida Lei também incluiu na grade curricular, tanto do 1º como do 2º graus, as disciplinas: Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde, conforme estava previsto no Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Segundo o decreto, nos estabelecimentos hoje equivalentes ao grau médio, além da Educação Moral e Cívica também deveria ser ministrada a disciplina Organização Social e Política Brasileira<sup>28</sup> e,

---

<sup>28</sup>Vale lembrar que os conteúdos dessas novas disciplinas incluídas no currículo tinham o suposto objetivo de manter a “ordem” e representavam uma sólida fusão do pensamento reacionário, do catolicismo conservador e da doutrina da segurança nacional. Em suma, objetivavam e livrar o país da ação comunista. A ideia-força da

no ensino superior, inclusive nos cursos de pós-graduação, a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros<sup>29</sup>.

Para o exercício do magistério a lei exigia como formação mínima:

- a) no ensino do 1º grau, da 1ª à 4ª série, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 1ª a 8ª série, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em **curso de curta duração**;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena (BRASIL, 1971, grifo nosso).

Foi ainda estabelecida a possibilidade de realização de Estudos Adicionais (uma espécie de supletivo), com mais um ano de formação pedagógica, para que os formados em nível médio pudessem lecionar nas séries finais do 1º grau e para que o portador de licenciatura curta pudesse atuar no 2º grau. Esses diversos tipos de formação inicial poderiam ocorrer em diferentes locais: universidades, faculdades, centros, institutos e “outros tipos de estabelecimentos criados ou adaptados para esse fim, com autorização e reconhecimento na forma da lei” (Art. 31).

A esse respeito, Cunha (2000) observa que, após o golpe de 1964, acontece uma expansão acentuada do ensino superior no Brasil, acompanhada de uma importante tendência de diversificação de unidades.

Ambas as legislações apresentadas tinham como objetivo principal estabelecer uma disposição orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. Com essas reformas educacionais, emerge uma nova configuração profissional do professorado público de 1º e 2º graus (FERREIRA JR.; BITTAR, 2006).

A política de implantação dos cursos de licenciatura curta já havia sido promulgada na Constituição de 1946, mas, ganhou impulso em 1964, por meio da indicação do Conselheiro Federal Newton Sucupira<sup>30</sup>, quando se institucionalizou a figura do professor polivalente para

---

ênfase na educação física era a seguinte: o estudante cansado e enquadrado nas regras de um esporte, não teria disposição para entrar na política. Esta ideia era, aliás, adaptada de outra que os militares desenvolveram para os recrutas e os alunos das escolas militares. Na prática, especialmente a disciplina Educação Moral e Cívica foi lugar preferencial para padres, freiras e militares (CUNHA & GÓES, 1985).

<sup>29</sup>Nos cursos superiores, o conteúdo a disciplina Educação Moral e Cívica, travestida em Estudos dos Problemas Brasileiros, deveria contemplar, explícita e detalhadamente, as políticas da ditadura para resolver os “problemas sociais, políticos e econômicos”: política habitacional, de transportes, de comunicações, monetária, previdenciária, educacional, etc. (IDEM, 1985).

<sup>30</sup> Newton Sucupira foi o relator do parecer nº 977/1965 que regulamentou a pós-graduação no Brasil, a justificativa estava na urgência de dotar o país de espaços especializados para o aprofundamento dos estudos e pesquisas, espaços que facilitassem a emergência e avanço na área de ciência e tecnologia em um momento de

o antigo ginásial nos seguintes setores curriculares: Letras, Estudos Sociais e Ciências. Segundo o parecer 106 do Conselho Federal da Educação, de 04 de fevereiro de 1966:

As licenciaturas são as seguintes: Letras, Ciências e de Estudos Sociais. Com estas licenciaturas podemos fornecer professores polivalentes para as matérias fundamentais do primeiro ciclo, onde se verifica o maior índice de expansão da escola média. Sendo das mais modestas exigências, tais licenciaturas se tornam mais acessíveis as faculdades do interior que embora continuem a ostentar o nome de Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras são na realidade como *Teachers Colleges* Americanos [...]. É desejável mesmo que as novas faculdades a se instalarem no interior comecem com as licenciaturas de 1º ciclo podendo, posteriormente, evoluir para Faculdades de Filosofia com as licenciaturas tradicionais (p. 98).

Neste quadro, a formação de professores via licenciatura curta estava prevista na lei com o intuito de formar professores rapidamente e a baixos custos, com uma carga horária reduzida e o processo formativo bastante aligeirado, para suprir a demanda existente. A propósito, Chauí (1977) destaca que esses cursos surgem por uma necessidade de formação rápida e generalista de professores para atenderem à demanda de alunos no país. Como legitimação dessas novas políticas educacionais:

Duas coisas são fundamentais no projeto MEC-USAID: primeiro transformar a escola em empresa, facilitando, pois, o controle institucional do ensino; segundo, implantar a reforma gradualmente, sem grandes choques com a antiga estrutura, de modo a evitar alarido. Do ponto de vista legal é o que ocorreu sem falhas. O mesmo, porém, não pode ser dito quanto aos gastos sociais da sua implantação. Não se fizeram esperar dificuldades, e o caso dos Estudos Sociais e da licenciatura curta é exemplar (CHAUÍ, 1977, p. 130).

A autora acrescenta:

O que é um professor curto? Um licenciado encurtado é curto em todos os sentidos: formação em tempo curto; a curto preço para a escola (mas a alto custo para o estudante), intelectualmente curto. Portanto, um profissional que dará aulas medíocres a baixo preço remunerado apenas pela hora-aula, sem condições de prepará-las. Incapacitado para a pesquisa – por falta de formação anterior e de condições para cursar uma pós-graduação – é um professor dócil. Dócil às empresas porque é mão-de-obra farta e barata; dócil ao Estado porque não pode refletir face à sociedade e ao conhecimento. Com esta degradação do professor em termo sociais e intelectuais, trazida pela reforma, reduz-se o nível do ensino e prepara-se a morte da pesquisa (Idem, p. 131).

---

crescente demanda social por qualificação. Dentre os itens desse parecer estavam: as hierarquias dos cursos de mestrado doutorado, a definição dos níveis de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), as atribuições de cada um desses níveis, duração de cada um, expectativa dos trabalhos de dissertação e tese, condições de matrícula, duração mínima dos cursos, dentre outros. Sucupira então tivera atuação incisiva na Lei da Reforma Universitária (BOMENY, 2001).

Tais legislações, então, dentre outros objetivos, propunham o esvaziamento dos conteúdos, trazendo assim uma despolitização, ao mesmo tempo em que iria preparar e aumentar a mão-de-obra “qualificada”, que atenderia à demanda do desenvolvimento econômico emergente. Para isso, seria necessário apenas “qualificar tecnicamente” os recursos humanos (SILVA, 1983).

Os cursos foram organizados com duração de dois anos e, segundo o Parecer 81/65, poderiam atender tanto os “estudantes mais dotados” como os mais “lentos”, uma vez que sua duração poderia ser encurtada ou alongada de acordo com as necessidades dos alunos.

Sob essa ótica, Silva Jr. e Sguissardi (1999) indicam que a formação de mão-de-obra seria uma das benesses do diploma de nível superior, justificada pela flexibilidade na abertura das instituições, seja nos grandes centros, seja no interior dos Estados. A propósito, após o golpe de 1964, foi acentuada uma expansão do ensino superior no Brasil. Como vimos acima, o governo militar, via Conselho Federal de Educação propiciou uma abertura indiscriminada de escolas isoladas privadas de ensino superior.

Nesta perspectiva, as políticas educacionais, em geral e, especificamente, as que envolvem a educação superior normatizando sua expansão, sempre estiveram atreladas às intencionalidades. Tais intencionalidades decorrem principalmente de fatores econômicos como também fatores sociais, políticos, culturais e ideológicos.

Diante do exposto, devemos enfatizar que as legislações implementadas neste período só podem ser entendidas com “uma feição predominantemente organizacional, com clara inspiração taylorista e economicista” (CUNHA, 2003, p.180. Vale lembrar que, por meio do acordo MEC/USAID, foi estabelecido um importante canal de relacionamento entre os representantes das classes dominantes brasileiras e os interesses do capital norte-americano.

Não obstante, foram estabelecidas novas bases e novos planos de reestruturação do ensino superior, com o intuito de “resolver” problemas como a formação de quadros de docentes para vencer o baixo índice de matrículas; da fragmentação entre ensino, pesquisa e extensão; da falta de dedicação dos professores e definir cursos prioritários ao desenvolvimento econômico (SAVIANI, 2010).

Em presença de tais postulados, podemos inferir que ambas as legislações tinham como base a “teoria do capital humano”, conforme foi sugerido por Ferreira Jr. e Bittar (2006), que estabelece um vínculo direto entre educação e mercado de trabalho, educação e produção. Sob essa ótica, Cunha (2000) observa que o objetivo principal foi estabelecer uma



disposição orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a “modernização” autoritária das relações capitalistas de produção.

Após tratarmos sucintamente da configuração e organização da educação superior no Brasil, neste primeiro capítulo, discutiremos, no seguinte, o contexto baiano para o processo de expansão e interiorização deste nível de ensino com a implantação de Faculdades de Formação de Professores. Complementarmente, em capítulo posterior, falaremos sobre a constituição da Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista.

### **3 A INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA BAHIA DITADA PELA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA**

Durante a década de 1950, a Bahia experimentou um período, mesmo que efêmero, de desenvolvimento econômico, tendo em vista que o governo procurou estabelecer metas de desenvolvimento articulado ao investimento, ao crescimento industrial (LIMA, 2008). Com o intuito de atrair o capital nacional para essa região, o Governo construiu o Centro Industrial e o Polo Petroquímico na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Nessa fase foi verificada:

a instalação de fábricas de tecido e das usinas de açúcar, a partir da Refinaria Landolfo Alves – nos anos 50, seguida da implantação do Centro Industrial de Aratu, do Polo Petroquímico e da indústria sidero-metalúrgica, num processo de recente complexidade produtiva que leva o estado a condição de sexta economia do País no final da década de 1990 (INEP/MEC, 2006, p. 29).

Nesse período, Anísio Teixeira foi Secretário de Educação, na gestão de Otávio Mangabeira (1947-1951). Este, eleito por uma ampla coalização de grupos políticos havia se consagrado como um grande defensor da democracia e opositor ao Estado Novo. Seu governo pretendia realizar ações no sentido de redemocratização da sociedade baiana, ampliando a ação do Estado, em especial na educação, saúde e cultura, cujos planos passavam por um amplo “projeto de modernidade”,

Os planos passavam também por um projeto de desenvolvimento econômico para o Estado, apoiado, entre outras coisas, pelo fortalecimento do cacau como produto de exportação e pelo desenvolvimento das regiões do Estado, em especial a região do São Francisco, que tivera a Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – depois CODEVASF – fortalecida com a destinação de recursos federais; e com os estudos para o aproveitamento hidrelétrico da Cachoeira de Paulo Afonso (MENEZES, 2013, p. 121).

No final dessa década, o Governo do Estado organizou uma comissão para elaborar o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), de vigência entre os anos de 1960 a 1963, para, dentre outras metas, projetar um setor industrial na Região Metropolitana de Salvador, visando a inserção da Bahia no projeto nacional de desenvolvimento. Uma análise das orientações desse Plano nos revela que as ações estavam mais voltadas às questões econômicas e outras áreas sociais, tais como saúde, habitação e educação se subordinavam à economia.

A propósito, Silva (2003) assinala que entre 1963 e 1970 ocorreu uma intensificação de recursos federais para a Sudene<sup>31</sup> e mediante o Banco do Nordeste, em prol de investimentos econômicos para os projetos de modernização da Bahia, em especial Salvador, dirigidos, sobretudo, pelo setor industrial<sup>32</sup>.

Para Dias (2009), a conexão entre a proposta de crescimento nacional e as expectativas da elite nos estados nordestinos tinha como função precípua acelerar o desenvolvimento da região e diminuir a diferença em relação às demais regiões em adiantado estado de industrialização.

Em vista disso, ao término da década de 1960, na Bahia, intensificaram-se os processos de industrialização e urbanização, acrescido de reformas urbanas, sendo que a criação de novos empregos acelerou a migração para a capital e região metropolitana.

Nesse contexto, decorreram significativas mudanças na política educacional,<sup>33</sup> configuradas, principalmente, pela necessidade de formação de recursos humanos para o projeto desenvolvimentista nacional, com o qual o Estado da Bahia estava estritamente vinculado<sup>34</sup>.

Neste período, a Bahia estava sendo governada por Antônio Lomanto Júnior (1963-1967), que, apesar de manter em suas bases políticas o apoio tanto da UDN (de Antônio Carlos Magalhães e de Juracy Magalhães) quanto do PTB (de João Goulart), dada a pressão do regime instalado, decretou apoio irrestrito aos militares.

Durante o regime militar, quem acabou se destacando hegemonicamente no Estado foi Antônio Carlos Magalhães (ACM), como tão bem evidenciou Dias (2009), em sua tese de doutoramento. A hegemonia de ACM se deu na Bahia a partir do Golpe Civil-Militar, por conta da sincronia perfeita com o plano anticomunista e de desenvolvimento, com uso de autoritarismo e truculência, defendidos desde Castelo Branco a Figueiredo. Ele, como líder da

---

<sup>31</sup> A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/Sudene foi criada originalmente pela Lei 3.692, em 1959, no governo do presidente Juscelino Kubitschek e tinha como objetivo principal encontrar soluções que permitissem a progressiva diminuição das desigualdades verificadas entre as regiões geoeconômicas do Brasil.

<sup>32</sup> De um total de 74 projetos aprovados pela Sudene para investimentos no setor produtivo da Bahia, 61 foram destinados à indústria (DIAS, 2009, p. 53 apud Dados recolhidos no Anuário Estatístico da Bahia e do Relatório Bianual da Sudene).

<sup>33</sup> Por política educacional entendemos o conjunto de medidas tomadas (ou formuladas) pelo Estado e que dizem respeito ao aparelho de ensino (CUNHA, 1983, p. 439).

<sup>34</sup> Silva e Pina (2009) asseguram que o período 1940-1970 foi marcado pela perspectiva de “educar para enriquecer”, ensejada pelas visões liberal/desenvolvimentista, então dominante no período. Nessa compreensão, o Estado é quem controla e demarca as políticas públicas, inclusive educacionais, antenados ao processo geral de desenvolvimento mundial do capitalismo. As referidas autoras destacam que as séries de eventos que circunstanciaram as dinâmicas educacionais do período não foram suficientes para produzirem intervenções de espectros mais profundos e capazes de conduzir o estado a patamares educacionais condizentes com as guinadas econômicas sofridas no processo de industrialização (p. 68).

Arena<sup>35</sup>, “foi capaz de promover e manter a integração de um grupo representativo com capacidade de articulação nos principais espaços de decisão política: o diretório regional do partido na Bahia e a Assembleia Legislativa” (DIAS, 2009, p.202), indo além e diferenciando-se assim de seus pares: juracistas, lomantistas e vianistas.

Pela ordem, foram eleitos governadores da Bahia neste período: Luís Viana Filho (1966), Antônio Carlos Magalhães (1970), Roberto Figueira Santos (1974), Antônio Carlos Magalhães - pela segunda vez - (1978) e, finalmente, João Durval Carneiro (1982). Dias acrescenta:

[...] tentaremos demonstrar que o “saneamento”, as reformas e as adaptações legais - providências tomadas durante o primeiro governo da ditadura - foram essenciais para a consolidação das propostas política e econômica da elite brasileira, dispersas num primeiro momento, embora bastante consistentes no início dos anos 1970 (idem, p. 22).

É interessante observar que o Governo do Estado planejou a expansão do sistema público de ensino, em todos os níveis e, evidentemente, contou com a ajuda de consultores internacionais<sup>36</sup>. Inclusive, de acordo com o projeto financeiro, o Estado baiano arcou com 70% dos custos do projeto e o restante foi financiado pelo governo federal e por organismos internacionais (BRITTO, 1991).

### 3.1 SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

No ano de 1968, o Estado da Bahia foi governado por Luís Viana Filho, primeiro governador eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa, por indicação do então Presidente Marechal Castelo Branco, tendo à frente da Secretaria de Educação e Cultura, Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito (1967-1969)<sup>37</sup> e, no final do governo, Edivaldo Machado Boaventura (1970-1971).

<sup>35</sup> Segundo Dias (2009), na Bahia, a referida reforma partidária reuniu, na Aliança Renovadora Nacional/ARENA, os lomantistas, associados ao governador Lomanto Júnior; os vianistas, vinculados a Luís Viana Filho e os juracistas, adeptos de Juracy Magalhães. Na órbita desses grupos, gravitavam outras lideranças com menor poder de influência que também se filiaram ao diretório regional arenista em que todos disputavam a hegemonia partidária, as indicações presidenciais para o cargo de governador e o apoio da Assembleia Legislativa. Indistintamente, ambicionavam o poder político, conscientes de que a estratégia era garantir a confiança dos militares que estavam no poder e o domínio absoluto dos núcleos de decisão.

<sup>36</sup> A saber, Jacques Torfs – perito da Unesco, Albert Hamel – representante da USAID e Teodolindo Cerdeira, representante do Mec (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, vol. I, p. 157).

<sup>37</sup> De acordo com Cunha (2003) a linha de governo de Vianna Filho e de seu secretário de educação refletia-se nos investimentos, por conta disso, as ações desenvolvidas pelo Secretário, não tiveram boa aceitação por parte dos militares e ele foi exonerado. Em seguida, assumiu cargo na Unesco em Paris, convite que, em tempos de AI-5, era recomendável aceitar.

Entre abril de 1967 a abril de 1968, foi realizado um diagnóstico da situação educacional do Estado e organizado dois planos, onde foram traçadas as metas e estratégias de uma nova política educacional: o Plano de Emergência e o Plano Integral de Educação e Cultura para o Estado da Bahia (PIEC), aprovados pelo Conselho Estadual de Educação.

Como parte do Plano de Emergência, o Governo fez aprovar a nova Lei Orgânica do Ensino (nº. 2.463 de 13 de setembro de 1967, com a intenção de adequar a educação aos problemas regionais), a Reforma Administrativa da Secretaria da Educação (Lei nº. 2.464 de 13 de setembro de 1967) e o Estatuto do Magistério Público da Bahia (Lei nº. 2.521 de 23 de fevereiro de 1968, que instituiu o regime jurídico do pessoal docente a serviço do Estado, definindo as atividades do ensino como aquelas pertinentes ao ensino e à pesquisa) (BOAVENTURA, 2009).

O PIEC apresentou como princípios básicos da política educacional:

- a) O Plano está estruturado como resposta a necessidade de preparar recursos humanos visando a aceleração do processo de desenvolvimento econômico, cultural e social do Estado;
- b) A amplitude de ação governamental aliada a limitação dos recursos disponíveis ou mobilizáveis exigirá a opção imediata por prioridades fundamentais;
- c) Integração e articulação da ação do setor público com o setor privado, através de objetivos comuns buscando uma maior eficiência para o sistema de ensino (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, vol. II, p.126).

Além disso, o Plano destacava que, entre os estados brasileiros, a Bahia alcançava o 14º lugar, na proporção entre universitários e habitantes. Essa classificação, acrescida dos contingentes dos níveis primário e médio, iria intensificar o estrangulamento do processo de desenvolvimento do Estado.

O referido Documento pretendia lançar propostas de intervenção, sobretudo em áreas até então consideradas pouco assistidas, de forma a aumentar a oferta de matrículas aos níveis do ensino primário e secundário, atual educação básica, e melhorar a qualidade do ensino, através da seleção racional de professores e treinamento dos já existentes:

- Ampliação da rede escolar – escolas primárias, pré-primárias e educação de adultos;
- Treinamento de professores de 1º ano;
- Treinamento de professores para o ensino pré-primário;
- Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para a educação de adultos;
- Treinamento de professores para a escola complementar;
- Aperfeiçoamento dos professores em exercício;

Elaboração, revisão e implantação do currículo e programas de ensino primário e da educação de adultos;  
 Elaboração e edição de livros didáticos;  
 Avaliação do rendimento de aprendizagem;  
 Formação profissional;  
 Projeto de alfabetização funcional (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, vol. I, p. 154).

Em relação ao ensino público superior, o Plano o direcionou para a iniciativa estadual, promovendo sua interiorização, como pode ser observado:

- Concessão de auxílio financeiro (bolsas) a 270 alunos do Curso Superior, durante o quadriênio 68/70.
- **Instalação no interior do Estado de 04 Faculdades de Educação, para formação de professores de 1º ciclo do ensino médio.**
- Criação da Universidade Estadual, situada no Sul do Estado;
- Implantação de uma Escola Superior de Educação Física no Estado, sediada em Salvador.
- Equipamento e ampliação da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco:
  - a) construção de alojamentos para professores;
  - b) equipamento.
- Financiamento a estabelecimentos de ensino superior vinculados ao Plano Integral de Educação e Cultura, sediado na Capital e no Interior (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, v. 2, p. 65-66, grifo nosso).

Na descrição das metas estratégicas, o PIEC enfatizou que a inexistência de Faculdades, determinava o tipo de Universidade a ser criada. Em relação à demanda pelas Faculdades, o Documento é enfático ao afirmar que “no Estado da Bahia, o crescimento econômico facilmente observável na fase atual, implica um desenvolvimento e este cria necessidades de caráter sócio-cultural” (p. 69). Podemos inferir que o Secretário de Educação – Navarro de Brito tinha a ambição de “[...] promover uma grande transformação na estrutura socioeconômica da Bahia” (op. cit., p. 09).

Em relação à demanda de professores, O Jornal de Conquista<sup>38</sup>, de 07 de dezembro de 1968, já evidenciava uma expansão de instituições no interior do Estado da Bahia, especialmente nas cidades de Feira de Santana, Itabuna, Jequié, Alagoinhas, Vitória da Conquista, Ilhéus, Santo Amaro, Juazeiro e Itapetinga que, conseqüentemente, evidenciava a carência de professores habilitados. Segundo o redator, o governador Luís Viana Filho, em despacho com o Secretário de Educação, Navarro de Brito, desenvolvia o programa

---

<sup>38</sup> Foi fundado e dirigido pelo jornalista Anibal Lopes Viana e pelo seu irmão Asdrúbal Lopes Viana. Sua primeira edição foi lançada no dia 15 de agosto de 1958. Dentre os redatores, Camillo de Jesus Lima, foi um dos seus maiores colaboradores (TANAJURA, 1992).

denominado de “operação escola”, isto é, foram construídas escolas nos municípios baianos que ainda não possuíam grupos escolares oficiais.

Dados trazidos por Boaventura (1978) apontam que, no período entre 1965 e 1975, houve um crescimento expressivo no número de matrículas, para o 1º grau, com taxa do aumento de 7,2%. Já no 2º grau, essa taxa elevou-se para 15,5%.

A perspectiva para o ensino superior era a de que “em 1971, a matrícula no Interior será quase o dobro da matrícula na capital, o que exige de já uma tomada de posição, sobretudo para a solução do problema de pessoal docente”. Portanto, o referido Plano contemplava inclusive o aperfeiçoamento dos profissionais leigos, que já estavam em exercício.

Apesar de tal demanda só existiam duas universidades no Estado: uma pública – a Universidade Federal da Bahia/UFBA, criada em 1946, e outra privada confessional – a Universidade Católica de Salvador, que surgiu em 1952, além de poucas instituições de ensino superior isoladas, algumas ministrantes dos cursos de Filosofia e Sociologia. Convém lembrar que a UFBA resultou da união de oito unidades já existentes, dentre estas, três criadas pelos governantes baianos: Escola Politécnica (criada em 1896), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (criada em 1941), ambas incorporadas à UFBA em 1946; e a Escola Agrícola da Bahia (criada em 1877 e que, no Governo Landolfo Alves, 1838-1942, passou à condição de Escola de Agronomia em Cruz das Almas, incorporada a UFBA, em 1967) (CUNHA, 2003, p. 89).

A respeito da quantidade e localização de faculdades no Estado da Bahia, o jornal *A Tarde*, na sua edição de 19/02/1966, publicou uma reportagem sobre a situação da educação superior no Estado. Nele, esse nível de ensino era ministrado em 39 estabelecimentos, dentre os quais 16 estavam agrupados na Universidade Federal da Bahia: Escola de Administração, Escola de Belas Artes, Escola de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Enfermagem, Escola de Geologia, Escola de Nutricionistas, Escola Politécnica, Escola de Teatro, Escola de Dança (curso de Magistério Superior), Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Medicina e a Faculdade de Odontologia.

Na Universidade Católica da Bahia estavam agrupadas a Escola de Medicina e Saúde Pública, Escola de Serviço Social, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Direito e a Faculdade de Filosofia. Tinham 18 estabelecimentos isolados de ensino, sendo três mantidos pelo Estado: Escola Agrônômica da Bahia (em Cruz das Almas), Escola de Medicina Veterinária da Bahia (na Capital) e Faculdade de Agronomia no Médio do São Francisco.

A reportagem referenciou ainda as dez instituições particulares com sede em Salvador: Escola de Estatísticas na Bahia (Fundação Visconde de Cairu), Escola de Sociologia e Política da Bahia (Fundação Desembargador A. C. de Oliveira), Escola de Serviço Social (Idem), Escola de Bibliotecários e Documentalistas (Idem), Curso Superior de Agrimensura (Escola de Engenharia Eletromecânica da Bahia), Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa do Petróleo (Petrobrás), Seminário Central da Bahia (Arquidiocese), Instituto de Música da Bahia, Escola de Música da Bahia e o Conservatório Baiano de Canto Orfeônico (com duas sedes).

O interior do Estado contava com apenas cinco Instituições de ensino superior, todas particulares, a saber: Faculdade Católica de Direito (Ilhéus), Faculdade de Sociologia e Política (Ilhéus), Faculdade de Filosofia (Itabuna), Faculdade de Ciências Econômicas (Itabuna) e a Escola de Sociologia e Política (em Vitória da Conquista)<sup>39</sup>.

Vale lembrar que, mesmo que a Lei nº 1.802, em 26 de outubro de 1962, tivesse determinado a implantação de cinco faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Juazeiro e em Vitória da Conquista, na prática, o Estado ainda não tinha tomado providência no sentido de instalá-las. Essas instituições teriam como objetivo “preparar professores para o magistério secundário, incrementar a pesquisa científica e difundir a cultura universitária no interior do Estado”. Essas instituições amenizariam a situação pouco lisonjeada da Bahia quanto aos índices de matriculados em cursos superiores em relação à população.

Dentre outros interesses do Estado, no jornal supracitado, estava a formação de técnicos e profissionais qualificados, visando não somente o atendimento da demanda existente e imediata, como a prevista para o mercado de trabalho.

Legalmente, o ensino superior, por excelência, estava previsto para ser ministrado nas Universidades (Lei nº 5.540/1968), contudo, a legislação admitiu sua oferta em faculdades isoladas, como exceção (art. 2º). Aliando-se ao art. 22 do Decreto-lei 464/1969, vemos, neste Estado, a preocupação de fazer corresponder cursos ao mercado de trabalho e concatenar as necessidades de desenvolvimento nacional.

Com tal permissão legal e visando atender a tais objetivos é que, dentre outras medidas, se instalaram as Faculdades de Formação de Professores nos municípios de Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana e Alagoinhas, somando-se à Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), criada na década de 1960. Excetuando a FAMESF<sup>40</sup>, as

<sup>39</sup> Fonte: Jornal A Tarde, de 19/02/1966.

<sup>40</sup> Após ser absorvida pela administração estadual em 1983, a Famesf é integrada às unidades formadoras da Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Além disso, é importante observar que as unidades voltadas para o



faculdades de formação de professores, organizadas no início da década de 1970 e estendidas posteriormente para outros municípios, passaram a ter um importante papel na história da educação superior baiana.

O PIEC justificava que as cidades foram selecionadas porque “desfrutavam de condições favoráveis que as colocava acima das outras, e que, assim sendo, tinha maiores probabilidades de se desenvolverem com maior rapidez e facilidade” (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, v. 2, p. 101). Dentre os critérios de escolha desses polos de desenvolvimento estavam: escolarização, índice populacional, zona de influência, consumo de carne, de eletricidade, de água, de gasolina, movimento postal e de telegrama, depósitos bancários e arrecadação de rendas (idem, p. 101-103).

Segundo o documento do Diagnóstico Estratégico da UESB<sup>41</sup> podemos inferir que a interiorização do ensino superior na Bahia ocorreu,

Visando atender a manutenção e estabilidade social através do atendimento as demandas de setores médios que acompanham e participam do processo de modernização urbana. Embora não possamos afirmar a existência de uma relação direta entre a expansão do ensino superior e o processo de desenvolvimento econômico da Bahia, percebemos a coincidência entre o processo de expansão industrial (instalação da CIA e do Polo Petroquímico de Camaçari) de um lado, e, do outro a criação e a instalação das unidades isoladas de ensino superior, posteriormente incorporadas a categoria de Universidade. Tudo indica que esse conjunto de fatores estimula a ideia de interiorização do desenvolvimento, reforçando a crença de que a educação é um vetor essencial para a dinamização dos fatores econômicos regionais e igualmente necessários para atender aos interesses de instrumentalização política de setores que, marginalizados pelas formas tradicionais, terão que se adaptar as “modernas” formas de produção econômica e de atuação política patrocinadas pelo Estado (UESB, 1993, p. 07).

Nesse ínterim, a educação superior pública passava a ter importância política e social para a manutenção do *status quo* do regime. A identificação do governo baiano com os propósitos do governo civil-militar pode ser vista no processo de condução da política estadual.

Assim sendo, verifica-se a vinculação entre a política nacional e a estadual baiana que favoreceu a implementação do plano de expansão do ensino superior público. Essa vinculação, na década de 1970, contribuiu para uma política de interiorização do ensino

---

setor primário da economia não estavam vinculados a Secretaria de Educação e Cultura, criada em 1935; eram integradas a Secretaria de Agricultura. É com o Plano Integral de Educação e Cultura que ocorreu a mudança da área da agricultura para a educação (BOAVENTURA, 2009, p. 49).

<sup>41</sup> Diagnóstico estratégico para a ampliação da UESB na perspectiva da criação de novos cursos – UESB, 1993.

superior, conforme idealizado pelo Governo Federal, mediante a aprovação da Lei da Reforma Universitária e a sua política desenvolvimentista.

### 3.2 EXPANSÃO/INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA BAHIA

A nosso ver, no plano local e regional, esse momento foi oportuno para reforçar a política da troca de favores entre o governo estadual e os municípios, bem como para dar respostas aos anseios da população baiana pela ampliação de vagas neste nível de ensino. Assim, o processo de constituição e implantação destas instituições de ensino superior público na Bahia ocorreu segundo os interesses políticos de grupos, na esfera do poder, ou seja, da correlação de forças políticas estaduais e locais em diferentes momentos de suas histórias (MIDDLEJ, 2004), mas, ainda, como parte e reflexo do que acontecia em todo o país, na conjuntura ditatorial de então.

Para além das questões nacionais, as necessidades regionais se entrelaçavam com estas. A autora supracitada aponta que:

No processo de instalação de Instituições Universitárias em determinados espaços geográficos, estabelece-se um conjunto de interesses onde estão em jogo relações de poder e hegemonia, sob o ponto de vista político e econômico. Quando instalada em determinada região, a Instituição Universitária ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto local (econômico, político, cultural e histórico). Neste movimento, as Instituições assumem importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento relacionados a questões específicas dos diferentes espaços regionais. A Universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos que a levam a ocupar lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, dadas suas características como Instituição com multiplicidade de funções, o que lhe exige adequação a dinâmicas sociais específicas (MIDDLEJ, 2004, p. 25-26).

Essa mesma autora chama a atenção para o fato de a Bahia estar geograficamente organizada por Regiões Administrativas. Segundo ela, isso contribuiu para que os critérios demográficos, sociais, geofísicos e econômicos, fossem balizados no momento da definição de uma política de interiorização da educação superior, uma vez que:

As Instituições Universitárias, identificadas com o perfil regional, ancoram-se em projetos de aportes para o desenvolvimento regional, baseando suas ações na construção do saber vinculado a realidade local e na melhoria das condições de vida das comunidades onde estão inseridas (Idem, p. 24).

Um aspecto a se analisar é que, sob o modelo vigente, as Universidades Estaduais baianas surgiram via aglomeração de instituições isoladas, mas, mesmo criadas em períodos distintos, todas tiveram características comuns, pois foram:

[...] trazidas das escolas que a antecederam, direcionadas a formação de professores e ao projeto acadêmico-institucional respaldados na sua importância como mola propulsora para o desenvolvimento regional (MIDDLEJ, 2004, p. 117).

Por outro lado, Flavo (1990) assegura que o processo de interiorização afigurou-se como estratégia compensatória por excelência, uma vez que, frente a um contexto de dificuldades político-financeiras, o Governo autoritário buscou, através de outros meios deter o progresso. Mormente, os Estados do Nordeste acompanhavam com retardo o processo de mudança no País, incluindo-se aí a Bahia:

Nesse Estado, os efeitos da crise são ostensivos, acentuados pela política interna do Governo quanto a concentração de investimentos na própria Região Metropolitana, em detrimento das áreas interioranas, impeditiva de um desenvolvimento mais harmônico da economia baiana. Esse fato produz o enfraquecimento das regiões já fortemente afetadas com a retração do apoio financeiro do Governo Federal aos Estados e Municípios, fazendo emergir visíveis sinais de insatisfação, além de dificuldades para o Governo (com a retomada do processo eleitoral) manter suas bases, historicamente marcadas por uma relação clientelística que, em muitos casos, só podia ser reproduzida, atendendo demandas em nível simbólico (1990, p. 103).

Para essa autora, essas Instituições tiveram um caráter mais aparente do que real. Em suas palavras, “expressando-se muito mais como uma estratégia política de sustentação do governo, em um momento em que isso se tornava urgente e necessário, frente às perspectivas de reversão do quadro político baiano” (1990, p. 105).

Em suas reflexões, a autora supracitada, enfatiza que, por meio do discurso da interiorização, com a disseminação de faculdades, o Governo assegurou prestígio frente à comunidade interiorana e assegurou novas bases de sustentação política. Em suas palavras, “tal estratégia, mesmo que simbólica, seria, por outro lado, uma forma de prestigiar as lideranças políticas locais, compensando os desequilíbrios regionais, decorrentes da conhecida falta de apoio financeiro do Estado da Bahia a esfera municipal” (Idem, p. 105). Ademais, a análise evidencia a imbricação da educação com o poder do estado e seus interesses político-partidários.

No que concerne ao financiamento do ensino superior, essa autora destaca o “esgarçamento das precárias condições para atendê-las”. Através do PIEC essa informação

pode ser confirmada, pois a soma do montante disponibilizado para a implantação das Faculdades resultou num total de NCr\$ 2.600.000,00 que representou um percentual de 41,2% do crédito especial (NCr\$ 6.307.000) destinado somente para esse nível de ensino. Contudo, a porcentagem do financiamento do ensino superior frente aos demais níveis e outras áreas foi irrisória (2,33%), conforme pode ser observado abaixo:

Ensino Primário .....	116.671.347
Ensino Médio .....	92.785.430
<b>Ensino Superior .....</b>	<b>6.307.000</b>
Cultura.....	30.457.591
Administração Geral .....	5.051.800
Programação e Orçamento .....	3.972.505
Estudos, Pesquisas e Planejamento.....	3.300.000
Programas Especiais .....	11.659.790
Recursos totais para o triênio .....	NCr\$270.205.463

(BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, v. 2, p. 101, grifo nosso)

Mesmo com poucos recursos, a primeira das faculdades a ser instalada foi na cidade de Feira de Santana, em 1968, mediante o Decreto nº 20.647<sup>42</sup>. Segundo o Plano, o critério para escolha desta cidade como precursora se deu por causa das condições favoráveis para o sucesso da iniciativa, especialmente pelo número de escolas e alunos dos cursos primário e médio, bem como pela demanda de candidatos locais aos cursos a serem oferecidos. Num primeiro momento, a Faculdade ofertou o Curso de Licenciatura Curta em Letras e, no segundo ano, foram oferecidos os cursos de Estudos Sociais, Ciências e Matemática, na mesma modalidade(BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, v. 2, p. 69).

Dentre outros motivos, esse Plano tinha uma orientação tecnocrática, conforme a tendência nacional e identificava-se com os pressupostos do capital humano.Tal concepção permeou todos os planos educacionais subsequentes (CHAPANI, 2010, p. 93, apud SILVA, 2007).

As Faculdades de Formação de Professores de Vitória da Conquista (FFPVC) e de Alagoinhas (FFPA) foram criadas mediante Decreto Estadual nº. 21.363, de 30 de julho de 1969. Entretanto, a autorização de funcionamento de ambas se deu através do Decreto Federal de 11 de fevereiro de 1971, com a implantação do curso de 1º grau de Letras.

Oliveira (1983), em pesquisa realizada nessas Faculdades no início dos anos de 1980, notou que a FFPVC e a FFPA tiveram suas primeiras matrículas em 1972, com o objetivo de

---

<sup>42</sup> A Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana foi autorizada a funcionar pela Resolução nº. 07/68 do Conselho Estadual de Educação e foi amparada pela lei nº. 2784, de 24 de janeiro de 1970.

formar professores para o ensino de línguas, especialmente o Português, além de Francês e Inglês, informação ratificada nos depoimentos dos primeiros professores, que será apresentada posteriormente.

Em 1970, o Governo do Estado implantou a Faculdade de Formação de Professores de Jequié (FFPJ), mas suas atividades só iniciaram em 1976, com a autorização de funcionamento do Conselho Estadual de Educação (CEE) do curso de Ciências (NEVES, 1987, p. 114).

Esse autor acrescenta que, nesse mesmo período, foi criada a Faculdade de Filosofia de Itabuna, pela iniciativa privada, com o apoio da Comissão Executiva para a Produção da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Algum tempo depois, essa unidade de ensino incorporou-se a outras instituições, dando origem a Federação de Escola Superior de Ilhéus e Itabuna (FESPI).

Interessante observar que todas essas Faculdades ofereciam cursos de licenciaturas curtas, pois, com essa opção, o governo do Estado, a exemplo do que acontecia no País, estabeleceu políticas educacionais de caráter emergencial e aligeirado, sobretudo nas cidades interioranas. Ademais, com recursos escassos permitia aos professores das faculdades de formação ministrar diferentes disciplinas para regiões carentes destes profissionais ou, ainda, “habilitava” os professores leigos.

Para Midlej (2004), as faculdades buscavam suprir as deficiências regionais na formação de professores para o 2º grau. Além disso, a instalação desses cursos era menos onerosa, dependendo basicamente da disponibilidade docente e de bibliotecas, muitas vezes, precárias<sup>43</sup>, para o reconhecimento junto ao Conselho Federal de Educação<sup>44</sup>.

Como instância normativa e deliberativa dessa orientação, foi criado o Departamento de Ensino Superior e de Aperfeiçoamento de Pessoal da Secretaria de Educação do Estado (DESAP), órgão responsável pela vida acadêmica das novas faculdades baianas. Legalmente, esse Departamento foi amparado pela Lei nº 2.464, de 13 de setembro de 1967 e teve, dentre outras funções concernentes ao ensino superior:

**1- promover em colaboração com o Centro de Estudos e de Planejamento e outros órgãos, estudos e pesquisas visando ao aperfeiçoamento da educação superior a sua adequação ao desenvolvimento econômico do Estado;**

---

<sup>43</sup> A biblioteca da FFPVC, por exemplo, segundo inventário realizado em dezembro de 1974 acusou apenas 1.005 livros e 45 revistas (UESB, 1982).

<sup>44</sup> Segundo o Diagnóstico Estratégico da UESB, as principais dificuldades para a implantação dessa Faculdade, especialmente nos dez primeiros anos, foram: difíceis condições salariais para seus docentes e funcionários, falta de condições estruturais (laboratórios, salas de aula, etc.) e de regulamentação dos profissionais do ensino superior (UESB, 1993).

- 2- levantar e manter atualizados os dados relativos à educação superior no Estado;
- 3- examinar e encaminhar ao órgão competente os pedidos de autorização dos estabelecimentos estaduais e isolados de ensino superior;
- 4- promover a articulação entre os estabelecimentos e entidades de ensino superior no Estado;
- 5- promover intercâmbio com estabelecimentos de ensino superior de que o Estado mantenha convênios;
- 6- promover a assistência social ao estudante (BAHIA, 1967, Art. 20, grifo nosso).

Essa legislação corrobora com a assertiva da imbricação existente entre o ensino superior e projeto desenvolvimentista estadual<sup>45</sup>.

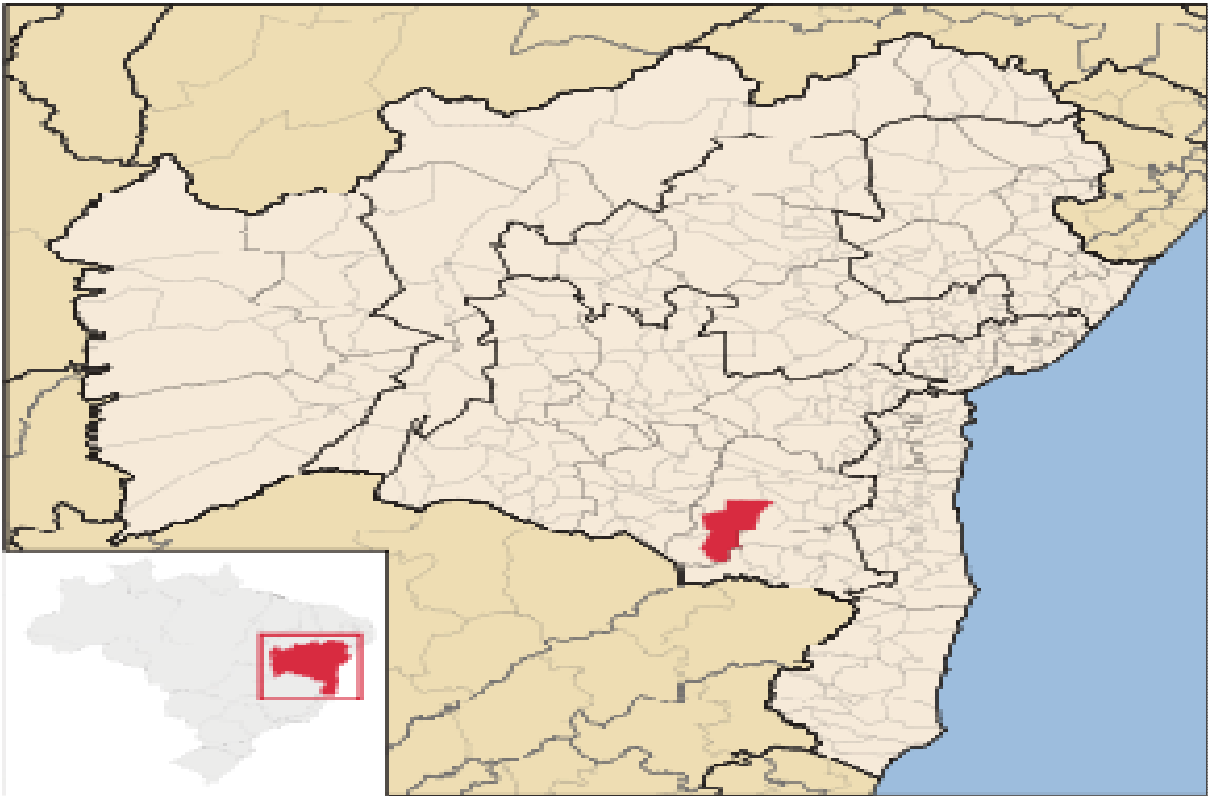
Diante das revisões ora aqui apresentadas, destacamos que os cursos de formação de professores, implantado mediante a interiorização do ensino superior na Bahia, decorreram das novas demandas educacionais criadas pelas Leis nº 5.540/1968 e nº 5.692/1971; dos baixos investimentos demandados pelas licenciaturas curtas e da necessidade de formação de recursos humanos para o projeto desenvolvimentista nacional, com o qual o Estado da Bahia estava vinculado (CHAPANI, 2012).

### 3.3 A EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

O Município de Vitória da Conquista está localizado na região do Planalto de Conquista, na Mesorregião Centro-Sul da Bahia (Mapa 01). Encontra-se a 509 km da capital do Estado e a 110 km da divisa com o norte do Estado de Minas Gerais. Sua população estimada, segundo o IBGE de 2013, é de 336.990 habitantes (IBGE, 2013), o que a torna a terceira cidade mais populosa do Estado.

---

<sup>45</sup> Neste interim, o professor Pedro de Souza Gusmão (2001) destaca que o Governo do Estado se atentou para o fato de que a interiorização seria inevitável e, para isso, daria um estímulo de 30% aos professores licenciados que se deslocassem para o interior, mas assegura: “A bem da verdade, devemos dizer que a iniciativa de interiorizar o ensino superior foi do Governo, mas o interessante é que a comunidade regional viu, com essa iniciativa que poderia ter uma força maior, o ensino superior, por isso começou a incorporar a ideia e a pressionar o Governo para que não ficasse apenas com os cursos de formação de professores” (p. 381).



**Mapa 01:** Brasil, Bahia e Vitória da Conquista

**Fonte:** Vitória da Conquista, 2012.

O município faz divisa com os municípios de Cândido Sales, Planalto, Itambé, Barra do Choça, Anagé, Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Caraíbas, Tremedal e Belo Campo (Mapa 02).

**Mapa 02:** Mesorregião Centro-Sul do Estado da Bahia.



Fonte: Bahia, 2012.

Até a década de 1940, a base econômica desse Município se fundava na pecuária extensiva e agricultura de subsistência. A partir daí, a estrutura econômica e social entraria em um novo estágio, em que o comércio passa a ocupar um lugar de destaque na economia local, especialmente em função de sua privilegiada localização geográfica e graças à abertura da BR-116 (Rio-Bahia) e das rodovias estaduais BA-415 (Conquista-Itabuna) e BA-262 (Conquista-Brumado).

Em relação à população, o jornal *O Fifó*<sup>46</sup>, de 11 de outubro de 1997, na página 09, registra que:

<sup>46</sup> Semanário editado por Flávio Scaldaferré e redigido por Ruy Medeiros. Nele se publicou ensaios sobre a formação histórica de Vitória da Conquista. Circulou até 18 de janeiro de 1978 (TANAJURA, 1992).



**Tabela 01** - Aspectos demográficos de Vitória da Conquista (1940-1970)

Anos	Pop. Rural	%	Pop. Urbana	%	Total
1940	24.910	74,3%	8.644	25,7%	33.554
1950	26.993	58,4%	19.463	41,6%	46.456
1960	31.401	39,3%	48.712	60,7%	80.113
1970	41.569	32,5%	85.959	67,5%	127.528

**Fonte:** Acervo particular de Ruy Medeiros.

Pela tabela acima, podemos observar que a população urbana começou a desenvolver-se em maior escala a partir dos anos de 40, do século passado, o que possibilitou maior conhecimento do município e uma constante migração, acentuada na década de 1970.

Essa conjuntura foi marcada, economicamente, segundo os memorialistas Viana (1982) e Tanajura (1992), pelo crescimento populacional que foi intensificado por causa de dois setores que foram introduzidos na economia local: a cafeicultura e a indústria de transformação. A economia cafeeira<sup>47</sup> seria responsável por um grande dinamismo da economia regional e, que refletiu no aumento substancial da população do Município, no crescimento do comércio e nas atividades de prestação de serviço (especialmente educação e saúde).

O setor bancário também experiência um maior crescimento: em 1930 foi criada a primeira agência bancária na cidade (o Banco Econômico), em 1936 a Caixa Econômica Federal, em 1942 o Banco do Brasil.

Segundo Casimiro (2013), nesse período germinaram também, pequenas fábricas de sabão, casas de farinha, distribuição de cerveja e refrigerante, surgiram os primeiros armazéns de atacado e os primeiros hospitais particulares de médio porte, para competir com a Santa Casa da Misericórdia e com os Hospitais Regional e São Vicente. Além desses, havia a maternidade São Geraldo e umas três clínicas pediátricas. Tal aparato hospitalar, à época, atendia a contento a comunidade local e regional e os casos mais graves eram encaminhados para centros maiores. Também os atendimentos do INPS (depois INSS), eram utilizados, inclusive pela classe média que tinha vínculo empregatício com algum órgão do governo estadual. Atendimento este estendido aos conjugues e aos filhos.

<sup>47</sup> Na década de 1980 caiu sensivelmente a produção de café no mercado exportador (TANAJURA, 1992).

Com o crescimento comercial houve uma ampliação da rede bancária, a expansão de atividades comerciais e de serviços complementares, bem como o aumento da arrecadação tributária, possibilitando o surgimento de unidades industriais de pequeno e médio porte. Frente a esse contexto, em 1972 foi implantado o Distrito Industrial dos Imborés, localizado próximo à Serra do Periperi (localizado a cinco quilômetros da cidade).

Segundo Lopes (2003) a criação deste Distrito está relacionada às políticas do governo federal com vistas à redução dos desequilíbrios regionais, complementadas com as do Estado, para interiorizar o desenvolvimento industrial. Tais políticas se apoiaram em medidas de isenção e renúncia fiscal, dotação de infraestrutura básica e concessão de créditos, dentre outros mecanismos.

Em síntese, essas transformações, caracterizadas pela implantação do polo cafeeiro, desenvolvimento comercial, acrescidas pelo crescimento populacional, pela urbanização e pela criação de novos municípios<sup>48</sup>, são condições materiais que vão definir a busca de soluções para os problemas educacionais mais abrangentes.

Esse cenário de intensificação do capitalismo industrial do país e as exigências de uma sociedade urbano-industrial impunham mudanças no modelo de educação e escola a serem implantadas (ALVES et al, 2006). Em Vitória da Conquista surgem as instituições voltadas, sobretudo à orientação do trabalho, atendendo também às demandas do PIEC, tais como o Centro Integrado de Educação Navarro de Brito (tendo Rafael Spínola Neto como seu primeiro diretor), o Colégio Estadual Polivalente de Vitória da Conquista<sup>49</sup>, além de outras escolas privadas criadas no município, a exemplo, do Colégio Paulo VI.

Além do ensino formal, havia o Orfanato Santa Catarina de Sena, dirigido pela Irmã Aninha, sustentado pela filantropia, e predominava, no setor cultural, muitas escolas e conservatórios, com cursos de música popular e erudita, capitaneadas pelas Igrejas Batistas de Conquista. Havia também ateliês para ensino de artes plásticas, em geral. Muitos cursos de datilografia<sup>50</sup>, costura<sup>51</sup>, culinária. Conquista tinha um clube social, times de futebol, um cineclube, denominado Glauber Rocha e, até a década de 1970, funcionavam nas praças da cidade vários cinemas e emissoras de rádios (CASIMIRO, 2013).

---

<sup>48</sup> Fonte: Carta Consulta, 1986.

<sup>49</sup> Segundo Boaventura (2013), os Centros Integrados ofereciam o primário, o ginásio e o colegial e os Colégios Polivalentes ofertavam apenas os ginásios e, além da formação básica do currículo tinha o acréscimo de quatro disciplinas específicas: educação para o lar, técnica agrícola, técnicas comerciais e artes industriais.

<sup>50</sup> A primeira escola de datilografia foi instalada em Conquista por D. Maria Anita dos Santos Melo no ano de 1933 (VIANA, 1982).

<sup>51</sup> Escola oficialmente instalada em 1934, por Cleonice Gonçalves de Souza e Dulce Mendes Gonçalves, ambas diplomadas pela Escola de Corte e Costura da Bahia (IDEM, 1982).

Especificamente, em 1972, foram criadas na Bahia as zonas de Coordenação Regional do Ensino e Conquista foi beneficiada com uma Coordenadoria Regional de Educação, na época a CR-13 (TANAJURA, 1992). Várias siglas, representativas da política de gestão, foram nomeando esse Órgão ao longo do tempo: CR-13, Surec-20, Sured-20 e, desde 1991, Direc-20. Essa coordenação tem como municípios de circunscrição: Cordeiros, Caetanos, Belo Campo, Piripá, Anagé, Tremedal, Bom Jesus da Serra, Cândido Sales, Encruzilhada, Planalto, Ribeirão do Largo, Caraúbas, Condeúba, Maetinga, Poções, Presidente Jânio Quadros e Barra do Choça.

Além das condições nacionais e estaduais propensas à expansão do ensino superior, a comunidade começou a pressionar o Governo, conforme noticiou o jornal:



Foto 01 - A Tarde, de 27 de novembro de 1968.

Fonte: Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Essa realidade era propícia para a instalação de instituições de ensino superior especialmente para suprir a necessidade de atender às transformações decorrentes do desenvolvimentismo econômico nacional.

### 3.3.1 O pioneirismo da Faculdade de Sociologia e Política: da formação das elites à tentativa de implantação do ensino superior em Vitória da Conquista

No percurso de investigação, observamos que ainda há muito o que explorar em torno desse nível de ensino, no Estado da Bahia, no geral, e nesta cidade, particularmente, uma vez que os antecedentes do ensino superior precedem a existência da Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (FFPVC).

Mais precisamente, remontam a 1965, quando da criação da Faculdade de Sociologia e Política<sup>52</sup>, de caráter independente e liberal, mantida por iniciativa privada, que foi constituída na gestão do prefeito Orlando Leite (1964-1967), e capitaneada pelo Padre José Luiz Soares Palmeira<sup>53</sup>, então, Secretário de Educação e Cultura do Estado. A intenção destes e dos demais interessados era a de criar uma universidade, mas, por questões outras, o Padre Palmeira instituiu essa Faculdade em Vitória da Conquista, a exemplo de Ilhéus e Salvador.

Essa informação pode ser obtida no jornal, que declara:

Sabemos que o Padre Palmeira, ex-Secretário de Educação e Cultura do Estado, foi o maior fator para que Conquista a sua Escola de Sociologia e Política, como já a possui Ilhéus, e por isso rendemos o nosso preito de homenagem ao emérito sacerdote e educador a quem Conquista muito deve no setor de ensino (O FIFÓ, 09 de novembro de 1977, p. 01).

Importante observar que a Escola Livre de Sociologia e Política foi idealizada em um projeto de Fernando de Azevedo, em 1926. Entretanto, sua repercussão só aconteceu em 1933, no governo de Washington Luís, no qual Azevedo ocupou a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal e função similar no governo paulista. Cunha (2007) observa que as elites intelectuais paulistas reconheceram o seu projeto e tomaram duas iniciativas: criar a Escola de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo.

A primeira foi fundada no fim da insurreição das oligarquias paulistas, onde os principais líderes, que foram represados pelo poder central, se reuniram e fundaram a Escola

---

<sup>52</sup> Em alguns documentos aparece o termo Faculdade e, em outros, Escola de Sociologia e Política.

<sup>53</sup> Padre Palmeira participou da fundação da União Democrática Nacional em Vitória da Conquista. Nesta mesma cidade foi eleito vereador em 1950 e 1954; deputado estadual pelo Partido Social Trabalhista (PST, partido do qual era presidente) entre 1959 e 1963; Secretário da Educação do Estado, entre 1963 e 1967, no governo de Lomanto Júnior (fonte: OLIVEIRA, 2009).

Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 27 de maio de 1933. A vinculação da escola com a derrota político-militar aparece no “manifesto dos fundadores”, quando tratava da ausência, no país, de uma elite dirigente “instruída sob métodos científicos”.

Diante disso, os objetivos dessa Instituição foram:

Seus fundadores, impressionados com o malogro de todas as tentativas de reorganização da vida econômica e política do país, examinaram os vários fatores determinantes dessas concepções repetidas e funestas, e chegaram assim a conclusão de que, em parte, os insucessos resultavam do desequilíbrio entre o ritmo acelerado do nosso progresso material, gerador de múltiplos e complexos problemas, e o nosso incompleto aparelhamento de ensino, suficiente para a formação de profissionais e especialistas distintos, mas inapto para inspirar interesse pelo bem coletivo e preparar homens capazes de arcar com as responsabilidades da vida social. Deste exame de consciência nasceu a ideia de se fundar um centro de estudos e pesquisas, organizado nos moldes dos institutos universitários europeus e norte-americanos, e destinados a:

- 1) proporcionar conhecimentos objetivos sobre a origem, funções e necessidades do meio;
- 2) formar assim uma elite numerosa, que possa não só colaborar eficaz e conscientemente na solução dos magnos problemas da administração pública e particular, como também orientar o povo e a nação do reajustamento indispensável ao moderno equilíbrio social (ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1933 apud CUNHA, 2007, p. 237).

Essa Escola, exemplo fundador para outras, como a de Vitória da Conquista, foi constituída como uma fundação de direito privado, com a oferta de um curso livre, com duração de três anos<sup>54</sup>.

Nesse sentido, compreendemos que a lembrança é a sobrevivência do passado e tem como instrumento socializador a linguagem. O testemunho de um representante da comunidade confirmou a existência desta Faculdade conquistense, “na verdade não sabemos quantas pessoas tem ciência de que já existiu na nossa cidade a Faculdade de Sociologia Política, criada em 1965”.

Outro aspecto que se mostra relevante para os depoentes<sup>55</sup> é que os professores eram verdadeiros “representantes da intelectualidade”, ou seja, eram pessoas que “tinham cultura, talento e boa vontade para servir à comunidade do ensino superior”. Assim, o quadro de professores era composto pelos médicos Arthemírio Correia Leite, Luiz Barreto, Hugo de Castro Lima; pelos advogados Orlando da Silva Leite, Nilton Gonçalves, Sebastião Teixeira e

---

<sup>54</sup> Segundo informação de um representante da comunidade.

<sup>55</sup> Representante da comunidade, entrevista realizada dia 06 de novembro de 2012.

Cleomar Silva, além do promotor público Adílson Mehmeri e do juiz José Soares, dentre outros.

O setor administrativo era formado por Esther Augusta Gomes Silva (secretária), Alvinéia Matos e, na direção, Sebastião Teixeira Costa (advogado). Quanto ao corpo discente, a primeira turma, em 1965, era composta por 34 alunos, sendo 24 mulheres. Já na segunda turma, houve apenas 14 matrículas, com apenas cinco mulheres matriculadas.

De acordo com o livro de matrícula<sup>56</sup>, as primeiras turmas eram constituídas por estudantes da região (Itapetinga, Boa Nova, Ibicuí, Jequié, Jaguaquara, Rio de Contas, dentre outras) como também, por discentes oriundos de outros Estados, como: Pernambuco, Ceará e Minas Gerais.



**Foto 02** - Professores, alunos e funcionários da Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista/BA, em 1966. Sebastião Costa (sentado, o primeiro da esquerda para a direita), ao seu lado, o ex-prefeito Nilton Gonçalves e o promotor público, Armindo Ferreira (sentado na extrema direita). Entre os alunos estão Durval Lemos Menezes (sentado ao lado de Armindo), Antônio José Nascimento (em pé atrás de Durval) e Mozart Tanajura (ao lado de Durval).

**Fonte:** Arquivo particular de Durval Lemos Menezes.

As fontes oral e jornalística asseguram que essa Instituição promoveu vários eventos, dentre eles, o “Curso de Expansão Cultural”, organizado pelo diretório acadêmico da Faculdade, que era constituído pelos discentes apresentados na foto abaixo:

<sup>56</sup> Também custodiado pelo Museu Pedagógico/UESB.



**Foto03** – Osvaldo Ribeiro dos Santos, João Nascimento, Durval Lemos Menezes, Palmira Bittencourt Ferraz e Rozendo Ferreira Neto.

**Fonte:** Arquivo particular de Durval Lemos Menezes.

Essa Semana Cultural foi realizada entre os dias 26/09 a 01/10/1966, no atual Fórum João Mangabeira, e abordou temas como: Desquite e Divórcio, Inflação e Deflação, Origem da Vida, Presidencialismo e Parlamentarismo, Socialismo e Capitalismo, Existencialismo, dentre outros. As palestras foram proferidas pelos próprios professores, era aberta à comunidade e contou com o apoio das Bibliotecas Municipal e Monteiro Lobato.



**Foto 04**– Palestrantes/professores da Escola de Sociologia e Política

**Fonte:** Acervo particular de Durval Lemos Menezes.

Parece que essa discussão referente ao contexto econômico, político e social também permeava as demais instituições. A de São Paulo, por exemplo, registrou inclusive a presença de professores norte-americanos, que discutiam, dentre outros assuntos, conceitos do materialismo histórico, o padrão de vida dos operários paulistas, a influência do funcionalismo para a Antropologia Cultural e a Ciência Política (CUNHA, 2007).

No primeiro ano, a Escola de Sociologia de Vitória da Conquista funcionou nas instalações da extinta Escola São José, na Rua Góes Calmon, e, no segundo ano, teve sua sede transferida para o prédio do Colégio Batista Conquistense, na Rua Vivaldo Mendes. Todavia, essa Faculdade só funcionou durante aproximadamente vinte meses e foi extinta em 1967, período em que o presidente general Humberto Castelo Branco (1967-1974) baixou um



decreto presidencial extinguindo algumas instituições desta natureza, a exemplo das Faculdades de Sociologia do Rio de Janeiro e de São Paulo<sup>57</sup>.

Embora essa Instituição tenha sido extinta durante o processo seletivo de admissão da terceira turma, consideramos que “ficou brotado, na comunidade, o gérmen de aspiração por uma escola superior em Vitória da Conquista<sup>58</sup>”. Fica evidente que, como tantas outras instituições de ensino superior, a Faculdade de Sociologia e Política de Vitória da Conquista, gestada durante o regime militar, foi uma tentativa de interiorização que buscava o atendimento à classe média e não exclusivamente à burguesia local.

Sobre tal informação, Cunha (2007) destaca que os cursos de sociologia eram destinados não só aos indivíduos desejosos de aperfeiçoar os estudos já realizados e aprofundar conhecimentos, mas aos que desejavam preparar-se para “ocupar posição de relevo na administração das grandes empresas particulares”, ou para os que buscavam “colaborar na direção dos negócios públicos”, como técnicos ou como “depositários de mandatos eleitorais” (p. 237).

Posteriormente, novas estratégias foram traçadas, via governo estadual, visando atender às exigências do governo federal para interiorização e expansão deste nível de ensino e, finalmente, no final dos anos de 1969, começam as articulações para a implantação da FFPVC.

### 3.3.2 Da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

A história da educação superior pública na região Centro-sul da Bahia iniciou em 1969, período da promulgação do Decreto Estadual nº 21.363, de 30 de julho com a instituição da Faculdade de Educação de Vitória da Conquista. No ano seguinte, o Governo do Estado criou a Faculdade de Formação de Professores, em Jequié, cidade que tinha estreitas relações políticas com o Governo Estadual, mas a FFPJ, só começou a desenvolver suas atividades acadêmicas no ano de 1977.

Em 11 de fevereiro de 1971 através do Decreto-lei nº 68.219 foi concedido à autorização para o funcionamento da Faculdade:

Art. 1º. É concedida autorização para funcionamento da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista autarquia criada pela Lei

<sup>57</sup> Segundo fonte oral e jornalística.

<sup>58</sup> Representante da comunidade.

Estadual nº 2.741, de 11 de novembro de 1969, na cidade de Vitória da Conquista no Estado da Bahia (BRASIL, 1971).

No ano de 1971, Antônio Carlos Magalhães foi nomeado, pelo governo ditatorial, como Governador da Bahia. A partir daquele momento, esse Estado teria um projeto de desenvolvimento respaldado pelos interesses ditatoriais. Nesse ano, o ensino superior passou de fato a funcionar nos municípios escolhidos na agenda do Governo. Instituiu-se, a partir daí, um modelo de interiorização universitária descentralizado, ficando claro que o poder seria exercido sobre essas Instituições, por uma série de mecanismos governamentais.

Nesta oportunidade, foi instituída a Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista – FFPVC, com a implantação do curso de Letras, que foi reconhecido pelo Decreto Federal nº 79.252, de 14 de fevereiro de 1977. Em 11 de fevereiro de 1977, pelo Decreto Estadual nº 80.552 foi autorizado o funcionamento do curso de Estudos Sociais e, em 17 de maio de 1979, também via Decreto Estadual, de nº 83.548, foi autorizado o funcionamento do curso de Ciências (com habilitações em Física e Matemática).

Neste ínterim, em 1981, no mesmo prédio onde funcionava a FFPVC, foram iniciados os cursos técnico-profissionais. Primeiramente o curso de Bacharelado em Administração, que seria, depois, junto com as Faculdades de Formação de Professores de Vitória da Conquista e Jequié, pedra fundamental embrionária da Universidade do Sudoeste, logo seguidos de outros cursos.

Desde sua implantação até à sua autorização como Universidade, 1971 a 1987, respectivamente, essa Instituição desenvolveu uma política de implantação de novos cursos, capazes de atender às demandas apresentadas pelo mercado de trabalho e às necessidades sinalizadas pela comunidade. No ano de 1982, passaram a funcionar, integradas à UESB, a Escola de Agronomia, em Vitória da Conquista, a Escola de Enfermagem e Obstetrícia, em Jequié e a Escola de Zootecnia, em Itapetinga, com cursos de bacharelado com duração plena.

Por conta dessa demanda acadêmica e da comunidade, no início de 1984, a partir de convênio entre a UESB e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão-FAPEX e, sob a coordenação do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público-ISP, da Universidade Federal da Bahia, foi elaborada uma “Carta Consulta”. Após dois anos de trabalho, este Documento foi entregue ao Conselho Estadual de Educação, solicitando autorização de funcionamento da UESB, em sistema *multicampi*, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

Pelos Decretos nº 119/87, do Conselho Estadual de Educação e Decreto nº 94.250, de 22 de abril de 1987, pelo Conselho Federal de Educação é autorizado o funcionamento da UESB, com sede em Vitória da Conquista e em outros dois *campi*: em Jequié e Itapetinga.

Especificamente, o *campus* de Vitória da Conquista foi construído a 3 km da área urbana e, essa distância entre as comunidades local e universitária parece ser uma característica geográfica da maioria das universidades criadas durante o regime militar.

Para a compreensão e explicação da implantação dessa Instituição, consideramos que as narrativas de memória indicam uma teia de relações e conexões que permitem vislumbrar aspectos significativos da história e de sujeitos sociais que se entrecruzam com a história da própria cidade, em seus desejos e ambições educacionais, como uma referência regional.

## 4 A MEMÓRIA COMO RECURSO DE ESTUDO

### 4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAMPO DE ESTUDOS DA MEMÓRIA

Sob a denominação geral de memória podemos compreender sentidos e abordagens diversas. Mormente porque esse termo pode comportar várias acepções e, dependendo do campo de estudos (filosofia, psicologia, psicanálise, história, sociologia, informática, antropologia, dentre outras) em que é aplicado, vai assumir diferentes sentidos. Por isso, a delimitação de um conceito acerca do que é a memória ainda não se constitui uma tarefa fácil, embora o tema seja intensamente explorado, especialmente a partir dos anos de 1970, como um instrumento para falar das ações de construção identitária e uma definição de uma versão compartilhada do passado de determinados grupos sociais.

Um breve retorno ao passado revela que desde a Antiguidade buscava-se entender a memória com o propósito de demarcar seu papel na mente humana. Esse assunto, no período clássico, era parte integrante da arte da oratória e da retórica. E, desde os filósofos, cuja noção vinculava a memória como dados sensoriais retidos, percebia-se que a maneira de se entender o que seja memória foi se transformando no decorrer do tempo.

Grande parte das abordagens clássicas priorizava a noção de memória como sendo exclusivamente uma faculdade da mente, ou seja, uma capacidade individual de reter informações<sup>59</sup>. Com o tempo, esse postulado começou a ser questionado e, já nas primeiras décadas do século XX, essa noção vai cedendo lugar a uma visão da memória como construção, onde o social intervém significativamente nesse processo. A memória deixa de ser vista apenas como “um receptáculo passivo, mas sim um processo de reestruturação ativa”, tomando as palavras de Fentress e Wickham (1992, p. 58).

Então, é a partir do século XX, a memória assume um tratamento de caráter social e vai sendo apropriada por uma multidisciplinaridade de campos do saber. Os estudos empreendidos por Maurice Halbwachs (1877-1945), na área da Sociologia, e de Frederic Charles Bartlett (1886-1969), no campo da Psicologia, mostraram pela primeira vez a

---

<sup>59</sup> No século XIX a memória já era objeto de investigação científica especialmente nos estudos empreendidos por Henri Bergson (1859-1941) e Sigmund Freud (1856-1939). Para Bergson, a memória deve ser compreendida enquanto intuição humana em contraposição ao avanço das investigações biológicas. Ele trouxe então para o corpo humano a dualidade entre matéria e espírito. Já Freud não conceituou sistematicamente a temática da memória, contudo, destacou que todo o aparato psíquico pode ser concebido como um “aparelho de memória”. A memória seria então a própria essência do aparelho psíquico e não apenas uma de suas propriedades ou funções. Sendo assim, a memória neste momento estava relacionada a contextos filosóficos e psicológicos.

importância das estruturas coletivas e processos interativos nas formas individuais do lembrar. Conforme Santos (2003) para tais autores, a memória faz parte de uma construção social, onde os indivíduos interagem uns com os outros, a partir de estruturas sociais determinadas.

Para Santos (2003), os estudos sobre a memória coletiva tornaram-se parte constituinte seja das práticas reflexivas ou das construções sociais e, “a memória – tanto através dos testemunhos quanto de textos constituídos – foi resgatada como sendo o caminho mais eficaz de acesso aos impasses travados no passado” (idem, p. 25).

Mesmo que Halbwachs tenha construído sua teoria da memória em termos sociológicos<sup>60</sup>, consideramos que algumas questões trazidas por ele são imprescindíveis neste trabalho. Influenciado marcadamente pela visão durkheimiana, ele se contrapôs à ideia de que a memória é um fenômeno eminentemente individual ou biológico, ideia dominante nas pesquisas até então.

Na obra “*A memória coletiva*”, publicada postumamente em 1950, Halbwachs propõe um sistemático percurso sociológico da memória e assegura que uma memória individual existe, sempre, a partir de uma memória coletiva, que, por sua vez, constitui as lembranças:

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Para este autor, a memória, mesmo sendo individual, abrange as dimensões coletivas, já que as lembranças individuais se amparam nas lembranças de outras pessoas ou do grupo de pertencimento, isto é, se desenvolve a partir de laços de convivência sejam eles familiares, profissionais, religiosos, etc. Em outras palavras, os grupos compartilham experiências comuns, circundadas por determinados quadros sociais que, por sua vez, estão relacionados a lugares, tempos, valores etc.

Sobre o conceito halbwachiano de “quadro social da memória”, Namer assegura que Halbwachs o utilizou inicialmente em 1912 para se referir a uma estrutura que unifica o pensamento de um grupo ou de uma classe social, portanto, se caracteriza por um sistema de representações de valores e necessidades centrais: “o quadro social é um conjunto de

---

<sup>60</sup> Desde o século XIX a memória já era objeto de investigação científica ainda que fosse estudada no âmbito da filosofia (BERGSON, 1999) ou no âmbito da psicologia (FREUD, 1973) e em contextos laboratoriais e isolados do meio social.

mecanismos que permitem um conhecimento; num primeiro plano para Halbwachs é uma visão de mundo animada por um sistema de valores”<sup>61</sup> (NAMER, 2004, p. 375). E acrescenta, “o quadro é um sistema de valores que unifica todos os pensamentos como as memórias coletivas” (idem, p. 390).

Desse modo, podemos inferir que, para Halbwachs, os quadros sociais são imprescindíveis no processo de recordações individuais, pois, correspondem à combinação de recordações individuais de muitos membros sociais. Além disso, os homens pertencem, ao mesmo tempo, a diversos grupos e a recordação de um mesmo ato pode apresentar-se em vários quadros, que dependem de memórias coletivas diferentes (HALBWACHS, 2004, p. 173).

Para este autor, a memória coletiva se solidifica na continuidade, porque só retém do passado o que está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém e, deve ser vista sempre no plural – pois, são memórias coletivas múltiplas, de diferentes grupos sociais situados num contexto espacial e temporal.

Em relação ao contexto físico, Halbwachs assegura que ele é uma realidade que dura, assim, não há um grupo ou um gênero de atividade coletiva que não tenha nenhuma relação com o lugar, com o espaço, com a imagem de permanência, ou seja,

[...] o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda (HALBWACHS, 2006, p. 170).

Contraopondo-se à noção de estabilidade, que permite a continuidade da memória dos grupos sociais, Halbwachs assegura que, na trama da temporalidade, “não há um tempo universal e único, mas a sociedade se decompõe em uma multiplicidade de grupos, cada um com sua própria duração” (HALBAWCHS, 2006, p. 137-156), uma vez que, os tempos são diferentes e não há nenhum que se imponha a todos os grupos. Nas palavras do autor:

[...] são as repercussões, não o acontecimento, que entram na memória de um povo que passa pelo evento, e somente a partir do momento em que elas o atingem. Pouco importa que os fatos tenham ocorrido no mesmo ano, se esta simultaneidade não foi observada pelos contemporâneos. Cada grupo localmente definido tem sua própria memória e uma representação só dele de seu tempo. (HALBWACHS, 2006, p.130)

---

<sup>61</sup>Tradução nossa.

Diante do exposto, nos apoiamos nas assertivas de Halbwachs ao destacar que toda recordação<sup>62</sup> individual é sustentada pela memória coletiva, ou seja, por um contexto social constituído pela linguagem e pelas noções e representações do tempo e do espaço e, há tantas maneiras de representar o espaço quantos grupos existem. Assim sendo, é o grupo social que garante a continuidade do passado no presente.

Fentress e Wickham (1992) teceram algumas críticas sobre esse privilégio que Halbwachs concede ao coletivo em detrimento do individual, deixando em segundo plano a questão do relacionamento entre a consciência individual e a das coletividades que os indivíduos construíram (p. 08). Por isso, preferem usar a designação “social” ao invés de “coletiva” para designar a memória, pois, acreditam que o adjetivo social contempla também a participação do indivíduo na construção da memória.

#### 4.2 AS PESQUISAS SOBRE O CAMPO DA MEMÓRIA NO BRASIL: UMA APROXIMAÇÃO

A partir desse panorama aqui apresentado, referente à categoria memória coletiva, não tivemos a pretensão de abarcar a vasta influência dos autoressupracitados para as Ciências Humanas e Sociais, uma vez que seus postulados serviram de referência para muitos estudos posteriores relacionados à memória. Entretanto, por ser pioneiro, consideramos imprescindível considerar o pensamento halbwachiano concernente à memória coletiva, que é construída a partir de referências e lembranças próprias do grupo, ou seja, na memória de um grupo se destacam as lembranças e as experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que se relacionam com os grupos mais próximos,

[...] é claro que a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos. Nada escapa à trama sincrônica da existência social *atual*, é da combinação desses diversos elementos que pode emergir aquela forma que chamamos lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> Para Halbwachs recordar significa voltar a evocar, mediante a interação social, a linguagem, etc., ou seja, reatualizar a memória do grupo social de pertencimento (2006, p. 42).

<sup>63</sup> Idem, p. 12.

Considerando que os indivíduos estão imersos nesta trama social e compreendendo que, à medida que cada sujeito considera importante alguma lembrança do passado, ele passa a ter uma representação coletiva, logo, a memória se constitui numa memória social.

No Brasil, as pesquisas que dialogam com o campo da memória datam do final da década de 70, do século passado. Alguns estudos como os de Ecléa Bosi, inauguram neste país esse diálogo abrindo esse debate no campo da memória. Na obra “Memória e Sociedade: lembranças de velhos” a autora relaciona as histórias de vida com as memórias individuais, fundamentando suas discussões teóricas com os postulados de Halbwachs e Bergson para tratar da memória social, coletiva e individual a partir de transcrições de depoimentos sobre a trajetória das pessoas idosas.

Contrapondo-se ao pensamento de coletividade halbwachiano, Bosi (1994) prioriza a memória individual, atribuindo-lhe um caráter autônomo. Entretanto, tal autora enfatiza a influência dos grupos institucionais como a família, a classe social, a escola, a igreja, a profissão, isto é, os grupos de referência para os sujeitos na construção da memória,

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história (BOSI, 1994, p. 66-67).

Desse modo, a memória individual se baseia nos grupos de convivência e nos grupos de referência. A elaboração grupal comum seria, portanto, decisiva.

Este trabalho de Bosi norteou diversos outros estudos no Brasil, sobretudo na relação entre fonte oral, lembranças e memória individual. Outras produções, como é o caso de Myriam Sepúlveda dos Santos (2003) e Celso Pereira de Sá (2007, 2011), dentre outros, buscaram aprofundar discussões no campo da memória, sobretudo em seu caráter coletivo/social e tem evidenciado uma tendência para esta denominação, uma vez que, compreendem que a memória social abrange tanto as memórias individuais quanto as coletivas, pois:

[...] a adjetivação “social” parece ser a mais adequada, embora, para isso, se deva destituir o termo de sua caracterização sociológica como uma “memória da sociedade”, a qual, a rigor, já é grandemente – se não inteiramente – contemplada pelas variadas noções de acervo e de patrimônio – cultural e histórico, material e imaterial (SÁ, 2007, p. 292).



É imprescindível destacar que ambos os autores discutem dentro do campo da representação social. Santos (2003) prioriza a sociologia da cultura e Sá (2011) desenvolve pesquisas na área psicossocial da memória. Para Sá, a memória coletiva seria então uma das diversas “categorizações temáticas” da memória social, que abriga ainda as memórias: pessoais, comuns, históricas (subdivididas em documentais e orais), práticas e públicas. Contraditoriamente, na perspectiva halbwachiana, a memória coletiva seria uma categoria totalizante, pois, já inclui as memórias individuais.

Apoiando-se nas assertivas deste autor, vislumbramos a existência de uma relação dialógica entre a memória coletiva e a memória social, visto que as memórias coletivas se relacionam com os diferentes grupos sociais, que, por sua vez, estão integrados na sociedade.

Naturalmente, não desprezamos outras abordagens, como as mais recentes, de Magalhães e Almeida (2011) quando ressaltam que as memórias coletivas ocorrem em meio às tensões, conflitos e mecanismos de controle da transmissão da memória social. As memórias coletivas são mantidas por interesses de grupos de referência social e, por isso, são marcadas pelas visões de mundo dos diferentes sujeitos. Para os autores supracitados, as memórias coletivas e/ou social, dialeticamente se cruzam no processo de transmissão social, seja pela tradição escrita, prática ou oral, estabelecendo vínculos entre presente e passado.

A propósito, mesmo que do ponto de vista da hermenêutica, Ricoeur (2007) assinala que as memórias coletivas são reconstruções sociais, que podem ser transformadas em narrativas para uma adaptação das necessidades do presente.

Complementam essa discussão, os estudos de Peralta (2007) os quais ratificam que a categoria “memória social” envolve as tensões e os conflitos existentes entre o indivíduo e a coletividade.

A partir dessas considerações, compreendemos que o percurso dinâmico da pesquisa indicou que não podemos prescindir da concepção dialógica da memória coletiva e/ou social, uma vez que não podemos separar o todo das partes, nem quando abordamos o social, o coletivo ou as particularidades. Foi sob essa perspectiva que situamos a implantação e evolução da FFPVC, tomando como recurso de pesquisa a memória coletiva e/ou social.

Para tanto, nos embasamos nas narrativas de memória, para compreender as memórias coletivas construídas pelos diferentes agentes institucionais acrescidas de representantes da comunidade, a fim de estruturarmos, com o auxílio das fontes documentais, a memória social que permaneceu no tempo sobre a FFPVC.

Partimos do princípio de que as instituições são vivenciadas por grupos sociais e constituem quadros sociais que demarcam o lugar e tempo dessas experiências, dando

estabilidade aos grupos que compartilham particularidades mais comuns e outros representantes sociais (ou observadores), que, mesmo externamente, partilham da representação social da Instituição. Por isso, elegemos os seguintes grupos para esse estudo: primeiros funcionários, professores e alunos.

Consideramos que as recordações de valores e de normas, comuns a esses grupos de sujeitos indicam que os mesmos testemunharam determinadas vivências passadas a partir de um contexto específico de tempo, espaço e relações sociais ocorridas na implantação da Instituição em estudo. Tomando como entendimento que memória coletiva pode ser entendida como “emprego e representação do tempo por parte de um grupo, de uma instituição, de uma sociedade” (MONTESPERELLI, 2004, p. 77).

Nessa perspectiva, os relatos orais abstraídos desses sujeitos sociais sobre suas funções na Instituição revelaram valores, interações sociais, dentre outros aspectos. São, pois, as permanências e continuidades de valores dos grupos (HALBWACHS, 2006). Consideramos que os testemunhos constituem importantes mecanismos da memória, uma vez que através do relato é possível perceber as permanências nos traços de lembranças. Desse modo, pretendíamos investigar (através das informações guardadas pelos indivíduos) o que assegurou a coesão do grupo e o sentimento de pertencimento, ou seja, a valoração desta Instituição no tempo.

Compreendendo a memória individual como um ponto de vista da memória coletiva, conforme assegurava Halbwachs (2006), buscamos apreender as particularidades e as diferenças de observações sobre os cotidianos da Instituição, bem como, sua relação com o meio ambiente econômico, social e político. Já que a memória coletiva pode ser entendida como “emprego e representação do tempo por parte de um grupo, de uma instituição, de uma sociedade” (MONTESPERELLI, 2004, p. 77).

Naturalmente, buscamos neste estudo “[...] discernir e integrar os diversos testemunhos, levando em consideração que as informações encontradas em fontes institucionais podem ser selecionadas segundo critérios de poder”<sup>64</sup> (Idem, p. 47-48). E, nos apoiamos em entrevistas realizadas com sujeitos sociais que, direta ou indiretamente, acompanharam o processo de implantação da Instituição. Em vista disso, as fontes orais adquiriram extrema relevância em nosso trabalho; Foram ouvidos alunos, agentes pedagógicos e pessoas da comunidade que vivenciaram este acontecimento.

---

<sup>64</sup> Tradução nossa.

Essa tarefa não ocorreu sem dificuldades, tendo em vista a resistência de alguns sujeitos em conceder a entrevista. Em alguns casos, a resistência inicial foi quebrada pelo compromisso assumido de preservação da identidade dos entrevistados, o que nos levou a fazer a opção por não identifica-los nominalmente, mas, de acordo com a posição profissional que os sujeitos pertenciam.

#### 4.3 ORIGEM E EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DA FFPVC: OS RELATOS DE MEMÓRIA

Por meio dos relatos orais, dos diferentes sujeitos da FFPVC, podemos perceber que, mesmo com o ingresso de novas pessoas, independentemente de sua função na Instituição, havia uma continuidade valorativa nas interações sociais do grupo, conforme Halbwachs assegura. Por isso, destacamos a importância dos testemunhos como mecanismos da memória, uma vez que por meio do relato é possível perceber as permanências nos traços de lembranças e no sentimento de pertencimento entre os membros do grupo.

Complementando as fontes documentais, recorreremos também aos relatos abstraídos dos sujeitos institucionais e de alguns representantes da comunidade, para compreendermos os valores, as interações sociais, dentre outros aspectos, que conforme assegurava Halbwachs (2006), seriam as permanências e continuidades valorativas dos grupos. A nosso ver, os testemunhos constituem importantes mecanismos da memória, pois, através deles é possível perceber quais as permanências nos traços de lembranças.

Para Halbwachs, a linguagem é o marco mais estável da memória porque é por meio dela que se constroem seus conteúdos, que estes se mantêm e são transmitidos. Aspecto esse que contribui para o entendimento da memória como sendo social e construtiva,

Os homens que vivem em sociedade usam palavras, cujo sentido eles compreendem: é a condição do pensamento coletivo. Ora, cada palavra que é compreendida se faz acompanhar de lembranças; e não há lembranças às quais nós não possamos fazer corresponder palavras. Nós expressamos nossas lembranças antes de evocá-las; é a **linguagem**, e é todo o sistema de convenções sociais a ele solidárias, que nos permite a cada instante, reconstruir nosso passado (HALBWACHS, 2006, p. 279, grifo nosso).

Convém destacar que aquilo que é lembrado e expressado pela linguagem é aquilo que tem algum sentido, que é particularmente significativo do ponto de vista do grupo de pertencimento.

O papel da linguagem é também reforçado por Sá (2013), o qual põe em relevo o aspecto da comunicação ao afirmar que “a construção, a manutenção e atualização da memória social, mesmo em suas manifestações mais individualizadas, dependem estritamente da interação social ou da comunicação intra/intergrupar”, o que remete para a importância que a linguagem assume nesse contexto. Assim sendo, vejamos o que revelam os professores e/ou outros protagonistas que avaliam o processo de implantação da Faculdade, por entrevistas ou depoimentos impressos<sup>65</sup>.

Por meio de uma primeira aproximação com esses testemunhos, podemos destacar que os protagonistas formularam interpretações diversificadas sobre a origem da FFPVC, mas, como ponto em comum, observamos a centralidade da Faculdade na Formação de Profissionais para o magistério.

Alguns depoentes nos asseguram que as atividades da FFPVC iniciaram, oficialmente, em 02 de março, já o Jornal de Conquista<sup>66</sup>, datado em 14 de março de 1972, destaca que a aula inaugural aconteceu no Fórum João Mangabeira, onde compareceram “representantes da sociedade e da intelectualidade conquistense”<sup>67</sup> e o diretor do Departamento da Educação Superior e da Cultura, o professor Remy de Souza, conforme recorte do jornal abaixo:

---

<sup>65</sup> Encontrados, especialmente, no livro UESB: memória, trajetória e vivências, organizado pela profa. Elzir da Costa Villas Boas.

<sup>66</sup> Datado em 25 de março de 1972.

<sup>67</sup> Palavras do redator.



**Foto 05** - O Jornal de Conquista, de 14 de março de 1972.

**Fonte:** Acervo particular de Ruy Medeiros.

Os registros escritos e orais nos asseguram que a Faculdade iniciou suas atividades no prédio onde funcionou, entre os anos de 1940 a 1960, o antigo Ginásio de Conquista, dirigido pelo Padre Palmeira, imóvel que atualmente abriga o Museu Pedagógico/UESB. Segundo depoimentos, esse lugar foi escolhido devido a:

A imagem emblemática do ginásio do Padre, que era símbolo da cultura e da educação na região, então era uma forma de chamar a atenção e valorizar né? Então colocou provisoriamente no Ginásio do Padre que ali representava a imagem da educação em Conquista<sup>68</sup>.

<sup>68</sup> Entrevista realizada dia 06 de novembro de 2012.

Uma aluna confirmou esse relato, em suas palavras, “eu acho que foi por causa da representatividade cultural do local, é como hoje quando se ocupa um prédio antigo. Ele nesse tempo já era histórico, porque muitas personalidades conquistenses passaram por ali, alguns alunos, inclusive, se tornaram professores<sup>69</sup>”. As aulas começavam às 17 horas e terminavam entre 20:30 a 21 horas. Segundo relatos, esse horário era para favorecer os professores que ensinavam nos colégios de Vitória da Conquista e região.

No que concerne à direção da Faculdade, O Jornal de Conquista, de 13 de maio de 1972, veiculou que:

Conforme Decreto de 20 de abril publicado no “Diário Oficial” de 21, o Governador do Estado nomeou o Dr. Jesiel Norberto da Silva para o cargo de Diretor, símbolo 5-C., da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista.

Jesiel Norberto, dentista, pastor, foi vereador por três mandatos (1966, 1970 e 1976), presidente da Câmara Municipal em Vitória da Conquista, era filiado ao partido governista, naquele momento, liderado por Luís Viana Filho. Essa filiação política foi a justificativa apresentada pela maioria dos testemunhos para a sua escolha na direção da Faculdade<sup>70</sup>, nas palavras de um depoente “ele tinha expressão política e educacional e comungava com os ideais da extrema direita, a Arena”. Era professor, função comumente exercida por profissionais liberais, e já havia implantado dois colégios, um em Nova Canaã, sua cidade de origem e outro em Vitória da Conquista, o Colégio Batista Conquistense.

Os discursos, de forma geral, enaltecem a figura desse diretor, pelo fato de ele ser muito respeitado, um líder religioso exemplar, que fazia da FFPVC uma “verdadeira família, com muita comunhão e de profissionais de boa índole”, conforme nos assegurou um dos primeiros professores da Instituição. Por causa dessas características, ele teria sido escolhido para ser o primeiro diretor da Faculdade (contratou os primeiros professores, providenciou as instalações, etc.).

A propósito, Cunha (2007) assegura que, na moderna sociedade industrial, o povo deixou de ser fermento de coesão social e os sistemas educacionais tem essa função que é a de homogeneizar os indivíduos pela formação, e a partir de ideologias comuns.

---

<sup>69</sup> Entrevista realizada no dia 08 de novembro de 2013.

<sup>70</sup> É importante frisar que Jesiel Norberto foi diretor do Movimento Brasileiro de Alfabetização/Mobral em Vitória da Conquista. Esse projeto propunha erradicar o analfabetismo no Brasil e foi resultado dos conhecidos acordos MEC/USAID, de assessoria para a expansão e aperfeiçoamento do quadro de professores de ensino médio no Brasil (MEDEIROS, 2013).

Segundo o depoimento do professor Ruy Medeiros, em 1973, na gestão de Jadiel Matos iniciou-se um movimento para criar outra instituição de ensino superior, uma vez que, naquele tempo não se acreditava que o Estado tivesse qualquer interesse em transformar a FFPVC, já existente, em universidade. Então, foi criada uma fundação a partir da qual seriam criados cursos superiores que resultariam na efetivação de uma instituição universitária.

Com esse intuito, foi criada a Fundação Educacional de Vitória da Conquista, fruto da união de vinte empresas da cidade<sup>71</sup>, por convocação do então prefeito municipal Jadiel Matos (MDB). Entende-se geralmente que a criação da fundação, aquisição de prédio escolar para esta e montagem de carta-consulta/projeto de cursos foi fundamental para que o governador do Estado resolvesse criar a Autarquia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Havia disputa política em jogo e era grande a demanda de jovens por cursos superiores e a família de muitos não podia mantê-los fora de Vitória da Conquista.

O jornal O Fifó, de 09 de novembro de 1977, informou que visando atender a esse objetivo, em 1974, foi contratado um técnico, o professor José Muriel Cardoso<sup>72</sup> que montou um projeto com três possibilidades de cursos: Estudos Sociais, Pedagogia e Ciências, com habilitação em Matemática e Biologia. O projeto<sup>73</sup> foi então encaminhado ao Conselho Federal de Educação e ao Governador do Estado, o qual assegurou que iria analisar a viabilidade da implantação da Faculdade, entretanto, não respondeu à solicitação. Logo depois, o Governo baiano autorizou o funcionamento dos cursos de Estudos Sociais<sup>74</sup>, em 1976, e Ciências<sup>75</sup> na FFPVC.

Na busca por mais espaço físico, em 1976, a Faculdade teve suas instalações transferidas para o atual Colégio Adélia Teixeira, prédio que estava ocioso naquele momento.

---

<sup>71</sup>As empresas foram: Telebahia, Casa de Saúde São Geraldo, Acal, Samur, Empla, Tyresoles, Codisman, Copeve, Saboaria Conquistense, Café Conquistense, Supermercado Jequié, Superlar, Casa Luna, Óticas Teixeira, Farmácia Figueira, Sinfonia Móveis, Comag, Eletrogás e cinematográfica Nivaldo Araújo.

<sup>72</sup> José Muriel Cardoso possuía uma empresa prestadora de serviços com fins de implantação de Instituições superiores, em Belo Horizonte e já havia prestado inúmeras consultorias à FFPVC (CASIMIRO, 2013).

<sup>73</sup> Tinha como membros da comissão: Jadiel Matos (Prefeito), Ilza Matos (Presidente da Câmara de Vereadores), Sebastião Castro (Presidente da Fundação), Vicente Casimiro (Presidente da Casa da Cultura), Fernando Eleodoro (Secretário Municipal de Educação), Otávio Luna (Presidente da Associação Comercial), Leodegário de Jesus (Presidente do Clube de Diretores Lojistas), Gilberto Correia (Primeiro Secretário da Fundação), Rômulo Rocha e Mosvaldo Queiroz (Representantes do Centro dos Estudantes Universitários e Secundaristas de Vitória da Conquista/CEUSC).

<sup>74</sup> Decreto nº 80.552, de 11 de outubro de 1977.

<sup>75</sup> Decreto nº 83.458, de 17 de maio de 1979.



Foto 06 - O Fifó, de 18 de outubro de 1977, p. 03

Fonte: Arquivo particular de Ruy Medeiros.

Sobre as condições físicas, uma professora afirmou que, “não podíamos dizer que as instalações eram precárias, mas, também não serviriam por muito tempo para abrigar cursos em expansão”. Nesse período, quem assumiu a direção da Faculdade, foi o professor Pedro de Sousa Gusmão, que havia chegado em 1973, quando a Faculdade ainda estava instalada no “Ginásio do Padre”. Foi sucedido pela professora Maria Eugênia Reis de Melo, nomeada em dezembro de 1980 pelo então secretário de Educação Eraldo Tinoco.

Nesse contexto, a Faculdade recebeu uma considerável quantidade de professores, muitos deles provenientes do curso oferecido pelo DESAP. Foi o período em que começaram a estruturar os cursos existentes por áreas de concentração<sup>76</sup>, que posteriormente, foram transformadas em departamentos, visando o atendimento da Lei da Reforma Universitária.

<sup>76</sup> Na área de Comunicação e Expressão (Anadete Mota Gusmão, Rilda Menezes Cardoso), Educação (Maria Laura Veloso, Pedro de Souza Gusmão, Rubem Soares Cavalcante), Estudos Sociais (Albertina Lima



Nas palavras de uma professora contratada nesse período,

Para ser contratado como professor da FFPVC, haviam alguns caminhos:

1) Inicialmente, para os professores fundadores dos cursos, aconteceu alguma indicação por pessoas de influência ou considerada “respeitável” nos meios educacionais, como o próprio professor Jesiel Norberto. Se tais professores fossem considerados aptos e de boas referências, o próprio DESAP oferecia o curso de especialização.

2) Os professores contratados, já com o curso em andamento, para preenchimento das vagas e para atender às especificidades das disciplinas, estes passavam por uma seleção com uma análise do currículo e uma entrevista, feita pelos próprios professores fundadores. Já contratados, a Instituição pagava-lhes uma curso de especialização *lato sensu*.

3) Com a criação da UESB passou-se a exigir concurso público com análise do currículo, aula pública e entrevista.

4) Com a consolidação da UESB e a explosão dos cursos de pós-graduação passou-se a exigir previamente especialização *lato sensu*, depois mestrado. Hoje a maioria dos cursos só abre concurso com exigência *stricto sensu*.

Conforme mencionado anteriormente, em 23 de maio de 1980, foi instituída uma Fundação para manter a Universidade do Sudoeste que tinha como objetivo “implantar e manter uma Universidade no Sudoeste, incorporando ao seu patrimônio os bens e direitos pertencentes às Faculdades existentes em Vitória da Conquista e Jequié” (CARTA CONSULTA, 1986, p. 31).

Nesse mesmo ano, através da Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro, a Fundação foi extinta e criada a Autarquia Universidade do Sudoeste, como mantenedora da Universidade. Logo em seguida, em 25 de agosto de 1981, mediante o Decreto nº 28.169, foi aprovado, pelo governo estadual, o regulamento de implantação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Nesse ano, a Faculdade teve suas instalações transferidas para a Estrada do Bem Querer, km 04, sem número, local onde funciona seu *campus* atual.



**Foto 07** - Sede oficial da FFPVC.

**Fonte:** Arquivo público do Museu Pedagógico/UESB.

Desde sua implantação até a sua autorização enquanto Universidade, 1972 a 1987, respectivamente, essa Instituição desenvolveu uma política de implantação de novos cursos. No ano de 1982, passaram a funcionar, integradas à Universidade, a Escola de Agronomia, em Vitória da Conquista, a Escola de Enfermagem e Obstetrícia, em Jequié e a Escola de Zootecnia, em Itapetinga. De acordo com o professor João Cardoso Filho (2001) esse último curso foi criado por uma imposição política, para atender à região da pecuária, sem saber se era esse curso que a população desejava<sup>77</sup>.

Nesse período, foi regulamentada a implantação da Universidade do Sudoeste/U.S, administrada por um Conselho Administrativo e por uma Superintendência. Em 1983, o seu quadro administrativo estava composto por Walquiria Leda de Albuquerque (superintendente) e Sahid Sufi (Gerente administrativo), Cleófano Lamego (Gerente Financeiro), Maximiliano Coelho Machado (Gerente Acadêmico) e Uady Barbosa Bulos (Chefe de Procuradoria).

A Universidade do Sudoeste, então, tinha como unidades de ensino a Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (e já contava com 47 professores e 24 funcionários), a Faculdade de Formação de Professores de Jequié (27 docentes e 28

---

<sup>77</sup> Até a implantação dos cursos de Agronomia (em Vitória da Conquista), Enfermagem (Jequié) e Zootecnia (Itapetinga), o critério de contratação era por indicação política ou por titulação na área. A partir daí, nos anos de 1982-1983, passou-se ao critério de concurso público mediante edital.

funcionários), a Escola de Administração (21 professores e 08 funcionários), a Escola de Agronomia (15 docentes e 15 funcionários), a Escola de Zootecnia (em Itapetinga – com 18 professores e 38 funcionários) e a Faculdade de Enfermagem, em Jequié (22 docentes e 16 funcionários) (VIANA, 1982).

Um ex-professor, Valter Pereira (2001) destaca que, no início dos anos de 1980, existia uma luta nacional para extinguir aqueles cursos que decorriam dos remanescentes acordos MEC/USAID, que tinham por objetivo preparar professores para um determinado tipo de escolaridade que já começava a se extinguir (p. 467). Além disso, o professor Maximiliano Machado assegurou que havia um interesse, especialmente político, na legalização das faculdades e dos cursos existentes na época.

Vale lembrar que, naquele tempo, a existência do professor licenciado ainda era muito rara em Vitória da Conquista, uma professora afirmou que “podia-se contar a dedo o número de licenciados disponíveis”. Mas, com a proliferação das licenciaturas plenas, nas capitais, e a implantação paulatina dos cursos de especialização *lato e stricto sensu*, os contratados da FFPVC e UESB passaram a se deslocar para Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e Paraíba para se pós-graduarem. Aos poucos, o que era exceção passou a ser regra.

Em relação a essa transição jurídica, Melo (2001) comenta que a FFPVC nasceu por uma contingência política, mas, a UESB foi uma consequência da semente que a FFPVC plantou e fez germinar, ou seja, a constituição de uma Universidade foi consequência natural do empenho da comunidade, dos egressos e também dos docentes.

A propósito, Pedro Gusmão (2001) assevera que a comunidade fez uma pressão muito grande para que o então candidato a governador do Estado, Antônio Carlos Magalhães, transformasse a Faculdade em uma Universidade e contou com o apoio de:

[...] representantes da comunidade, como os clubes de serviço, a Maçonaria, a Associação Comercial, a Associação Industrial, os órgãos de classe; houve manifestações públicas e então o candidato garantiu transformar a Faculdade em uma Universidade (p. 389-390).

Interessante observar que a primeira aproximação com a história de uma instituição se obtém a partir de um olhar externo, contudo, à medida em que mergulhamos na sua interioridade, a partir de uma análise sistemática, é que podemos estabelecer hipóteses-problema e esboçar de forma mais clara o objeto (MAGALHÃES, 2004).

No nosso entendimento, as diversas narrativas e/ou as memórias individuais resumem a concepção dos diferentes grupos sociais, mesmo que reconheçamos a ênfase depreendida

para alguns fatos e o silenciamento para outros, mas, por meio deles podemos vislumbrar o contexto sócio educacional e político que perpassa o nosso objeto.

#### 4.3.1 Os funcionários

Segundo Halbwachs (2006), os testemunhos por si só não bastam, pois também é preciso que existam muitos pontos de contato entre uma e outras versões para que uma lembrança venha a ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Na memória de parte deste grupo se destaca um enaltecimento do diretor, um dos testemunhos se recorda com grande satisfação de que, mesmo se desligando da direção da Faculdade<sup>78</sup>, o referido diretor já havia cumprido a sua missão que era implantar e promover um grupo de valores “familiares” comuns,

Havia muita coesão entre os sujeitos, em suas palavras, havia um “vestir a camisa da Faculdade”, não tinha interesses particulares, eram todos por todos, todos queriam o crescimento de todos porque queríamos o avanço daquilo que estávamos fazendo.

Outra funcionária também destaca essa união,

Naquela época não havia muitas pessoas com vaidades, o espaço da Faculdade era de formação, de reflexão, de criação, com muito mais harmonia, muito mais equilíbrio, onde todo mundo buscava conhecimento como uma forma de viver melhor.

Podemos inferir que esta é a memória que faz parte de uma outra memória mais abrangente, de toda a trajetória da Universidade. É uma visão saudosista de quando a Instituição estava nascendo e na memória presente ficou essa ideia de pessoas abnegadas, harmônicas, sem vaidades e pertencentes a um espaço de reflexão.

A primeira secretária se recorda que a FFPVC surgiu por iniciativa da Família Spínola (Fernando, Geraldo e Orlando – representantes da elite conquistense). Em suas palavras, “depois de tantas dificuldades, a Faculdade foi fundada. Esta saiu por conta de esforços da família Spínola, porque, os “Spínolas” trabalhavam muito”. Outra funcionária ratifica essa informação: “Esta família comandava os empregos, porque naquela época não tinha concurso, somente indicação”.

---

<sup>78</sup> Por questões pessoais.

É importante observar que Fernando Spínola foi prefeito desta cidade entre os anos de 1967 a 1971. Já Orlando Spínola, naquele momento era deputado estadual e tinha como base eleitoral a cidade de Vitória da Conquista e, a política de distribuição de cargos fortalecia os deputados locais, inclusive Orlando Spínola. Sempre a indicação de professores perpetuava o clientelismo (MEDEIROS, 2013).

Na gestão de Nílton Gonçalves (1971-1973) foi realizado um convênio entre o Estado e o Município, onde o primeiro era responsável pelos pagamentos dos professores e, em contrapartida, o Município arcava com as despesas dos funcionários. Essa observação foi confirmada nos primeiros relatórios dos diretores, localizados no acervo do Museu Pedagógico. Contudo, essa informação foi refutada pelo Secretário de Educação do Estado da Bahia<sup>79</sup>, da época, que assegurou que todos os recursos eram oriundos do Governo Estadual, ou seja, não havia contrapartida municipal.

As primeiras funcionárias mencionam o comprometimento dos professores, “eles eram assíduos, estavam sempre presentes” e havia muita interação entre os sujeitos institucionais. Esse sentido de harmonia também foi recorrente nos depoimentos dos professores, inclusive, um dos primeiros professores do curso de Estudos Sociais enfatizou que, “

havia um engajamento muito grande tanto por parte dos funcionários como dos professores, havia uma comunhão, éramos poucos, mas muito ativos extremamente comprometidos.

Outra professora depoente, remanescente da FFPVC, argumenta que a participação política, o engajamento e as atividades acadêmicas eram tímidas, estreitas e, muitas vezes, equivocadas, uma vez que a perspectiva acadêmica também ainda era estreita. Só aos poucos aquela mentalidade inicial foi sendo substituída por outra acadêmica e política mais universal. Começaram a surgir os grupos de estudos<sup>80</sup>.

Observamos também que, apesar de ficar configurada uma memória coletiva, muitos dos depoentes não vivenciaram inteiramente a FFPVC e as transformações históricas da UESB. Daí ficarem explicadas as visões românticas de engajamento, dedicação total ou de

---

<sup>79</sup> Edivaldo Boaventura.

<sup>80</sup> Para a referida professora, havia docentes que liam Dermeval Saviani, Moacir Gadotti, Paulo Freire, Neidson Rodrigues, Carlos Roberto Jamil Cury, Luís Antônio Cunha, educadores cujos pensamentos estavam em voga como críticos da ditadura. Outros professores liam e discutiam Marx e Gramsci e alguns deles participaram da fundação do cineclubes Glauber Rocha – que depois deu origem ao Projeto Janela Indiscreta. Outros mais, com o sangue da política correndo nas veias, começaram a manter contato com associações de classe e, daí, surgiu a ADUSB, mais ou menos em 1982. Também, aos poucos, passou a ser comum a organização de seminários, encontros e eventos sobre economia, política, educação e história.

atividade acadêmica extrema. Poderíamos falar, portanto, em memória de vários grupos intersectados.

Aqui, cabe ressaltar que, consideramos que existem fragilidades nas entrevistas, como por exemplo, lapsos de memória, etc., porém, confrontamos os testemunhos, e, principalmente estamos “reconstruindo” uma memória.

#### 4.3.2 O corpo docente

Como a memória coletiva consiste no grupo visto por dentro, onde as semelhanças passam para o primeiro plano, buscamos nos relatos os seus aspectos de conteúdo idêntico, ou seja, os diversos traços essenciais ao próprio grupo, conforme afirmava Halbwachs (2006).

Em vista disso, foram recorrentes as informações referentes ao processo de implantação da Faculdade, para os professores, naquele momento histórico, a perspectiva era a de cuidar da preparação e capacitação de recursos humanos, em função do grande crescimento da rede pública de ensino, decorrente da urbanização e crescente demanda dos setores assalariados e da classe média baixa pelo acesso à educação universitária.

Complementarmente, segundo o Diagnóstico Estratégico da UESB, os anseios da classe média interiorana, manutenção da estabilidade social através do atendimento de demandas de setores médios que acompanham e participam do processo de modernização urbana (UESB, 1993).

Frente a esse cenário, uma professora destacou que foi o momento em que começou a acentuar a exigência de professores “qualificados” então, para preparar essa mudança e inclusive “adestrá-los” didaticamente e pedagogicamente e, essa iniciativa foi promovida no governo de Luís Viana Filho.

Em vista disso, os primeiros professores contratados para lecionar na Faculdade eram oriundos de cidades circunvizinhas, pois havia poucos professores graduados na cidade e na região, conforme ratifica um professor:

A professora Laura é de Ilhéus, eu vim de uma cidade chamada Coaraci – sul da Bahia, o professor Moura já morava aqui há muitos anos, mas era de Livramento, se não me engano. O professor Tanajura também é dessa mesma área, não tinha ninguém nascido aqui. Moura já trabalhava aqui, Tanajura e nós outros viemos por concurso e Zélia foi importada de Iguai, porque já havia feito o curso antes em Salvador e estava em Iguai trabalhando.

Essa informação pode ser confirmada no relatório produzido pelo então diretor. No ano de 1972, o curso de Letras foi estruturado por cinco disciplinas e ministrada pelos seguintes professores: Antônio de Moura Pereira, que ministrava a disciplina Literatura Brasileira, José Antônio de Castro Tanajura (Francês)<sup>81</sup>, Maria Laura Veloso da Silva (Didática), Rubem Soares Cavalcanti (Psicologia) e Zélia Chéquer Freire (Língua Portuguesa)<sup>82</sup>. Esse mesmo relatório destacou que, em 1973, já havia outros três professores, que já lecionavam (Gerson de Oliveira, Thelma da Conceição Diniz Correia Leite e Zélia Saldanha), mas, aguardavam a liberação do contrato junto a Secretaria de Educação. Segundo depoimentos todos esses professores foram convidados, pessoalmente pelo diretor, para integrar o corpo docente da Faculdade e não tinham experiência com o ensino superior<sup>83</sup>.

Em 1976, começou a ser programada a oferta do curso de Estudos Sociais e Ciências. Visando atender essa solicitação, o Governo do Estado, por meio do DESAP, começou a recrutar candidatos licenciados em Letras, Educação, História, Geografia, Ciências Sociais, dentre outros, para compor o quadro docente como também ampliar os cursos de algumas faculdades de formação de professores já existentes. Uma professora relata que todas as despesas com passagens e hospedagem eram pagas pela Secretaria de Educação.

De acordo com um professor, o processo seletivo realizado pelo DESAP consistia na análise do currículo, entrevista e a participação num curso de aperfeiçoamento, inclusive com bolsa de estudos concedida pelo Ministério da Educação. Os alunos aprovados neste curso eram direcionados para lecionarem nas Faculdades existentes.

Na avaliação dos professores, havia um preconceito quanto à modalidade dos cursos ofertados, não no nível local, mas, em geral, especialmente dentro das comunidades científicas. Entretanto, para a realidade da Bahia, essas Faculdades representaram um avanço, porque, a partir daquele momento um professor formado em Letras, mesmo que em licenciatura curta, representava mais do que um professor leigo.

A esse respeito uma professora destacou que:

Então, por dentro da estrutura nós fomos mudando a estrutura nos métodos nas práticas e nas próprias finalidades. Transformamos a finalidade de só capacitar professores num espaço de convivência com a sociedade, num

---

<sup>81</sup> O professor José Tanajura, natural de Caetitê, licenciado em Letras Neolatinas pela Universidade do Rio de Janeiro (1959), possuía dois certificados obtidos na França (inclusive um da Universidade de Nancy).

<sup>82</sup> Zélia Chéquer é formada em Letras pela UFBA (1969) e tinha curso completo em francês realizado em Salvador e concluído em Vichy, cidade da França (TANAJURA, 1992).

<sup>83</sup> Vale lembrar que todos estes docentes fizeram especialização *lato sensu* por custas da Instituição, o que significava o padrão normal daquele tempo, onde eram pouquíssimos os programas *strico sensu*.

espaço de crítica, de autocrítica, de lutas, de reivindicações, de questionamento da ordem vigente, de participação política na cidade.

Complementarmente, o professor Pedro Gusmão (2001) escreveu que:

A origem da Faculdade foi uma iniciativa governamental, mas a sua expansão se deveu a pressão da comunidade por reconhecer que ela traria, como tem trazido, benefícios para a região, para o seu crescimento, para a sua expansão (GUSMÃO, 2001, p. 391).

Em vista disso, a comunidade regional começou a pressionar o Governo para que a Faculdade não oferecesse apenas os cursos de formação de professores.

Desde a FFPVC e depois, com a UESB, os professores já tomavam posicionamentos radicais quanto às questões políticas que subordinavam professores e alunos aos propósitos do governo ditatorial e, logo nos primeiros anos da Universidade, foram criadas as categorias sindicais dos professores (Associação de Docentes da UESB/ADUSB), alunos (Diretórios Acadêmicos) e funcionários (Associação de funcionários da UESB/AFUS), a exemplo do que acontecia nas outras Faculdades de Formação de Professores, Instituições de Ensino Superior e no restante do país. Ao lado disso, havia um acirramento muito forte entre o que naquela época era chamado de “esquerda” e a chamada “direita” (que predominava entre os partidos e eleitores que apoiavam a ditadura).

No tempo da FFPVC, os professores realizaram, junto com os alunos e funcionários, semanas de cultura, com palestra e manifestações de arte nas praças da cidade e, em momentos de tensão com o Governo, pediam apoio às entidades de classe e sindicatos, coparticipando, inclusive, com o sindicato de professores municipal e estadual, de movimentos contra as administrações municipais e estaduais. Nessa época, o partido dos trabalhadores – PT estava se organizando em Conquista, muitos professores da FFPVC, depois UESB foram parte do seu quadro fundador e ao lado do PCdo B, formavam a ala mais radical da “esquerda” conquistense, rivalizando-se às vezes entre si e, às vezes associando-se em movimentos contra a ditadura.

Nesse contexto, a FFPVC e a UESB foram palco e alvo das disputas entre grupos políticos dos quais faziam parte alunos, funcionários e professores, mas, que juntos enfrentavam o governo nas questões salariais e de infraestrutura para melhoramento da educação. Ao lado desses, havia inúmeros professores que comungavam na mesma taça do governo, sendo estes geralmente os escolhidos para o preenchimento de cargos de confiança na cidade e na Autarquia recentemente criada.



Em relação à repercussão social e educacional da FFPVC, a maioria dos docentes afirmou que, naquela época, a questão do ensino superior na Bahia começava a engatinhar e muitos alunos mudaram sua visão de mundo, sua consciência política e seus conhecimentos por causa da oportunidade que tiveram em frequentar uma faculdade. Nas palavras de uma professora,

Deve ter sido bom para os professores, para seus alunos, para seus filhos, para a família, para a cidade, mas, não podemos superdimensionar uma coisa cuja dimensão era ainda muito pequena. Eu poderia dizer que ela era pequena e insuficiente se formos comparar com as faculdades da capital, naquela época, ou com as faculdades do sul do País, com a USP, UNICAMP, etc., mas, esta foi a que nos coube, ou seja, antes com ela do que sem nada. Entretanto, acho que o embrião germinou e graças às facilidades de comunicação, transporte, telefonia, informática que temos hoje. Aos poucos a UESB, apesar de todas as dificuldades por que passa pode dialogar, de igual para igual com outras universidades que já eram árvores frondosas quando a FFPVC era um simples embrião.

A mesma depoente reforça a ideia ao dizer que:

Apesar de todas as dificuldades iniciais apresentadas na criação da FFPVC e transformação em UESB, podemos afirmar que o Governo atendeu, em parte, às necessidades de capacitação dos seus quadros. Quem quis sair para a pós-graduação teve ajuda de custo, dispensa das atividades docentes com prorrogação de até cinco anos, e outros emendaram o processo do mestrado com o curso do doutorado. Só não saiu para se pós-graduar aqueles que não quiseram ou não puderam. Aliás, naquele tempo alguns consideravam que tinham vocação para docência, mas não tinham para pesquisa.

#### 4.3.3 O alunado

A busca de informações sobre o corpo discente se deu pelo nosso entendimento de que, além de ajudar na definição do perfil institucional acrescentaria indicações importantes sobre a sua relevância e o impacto sócio educacional dessa Instituição.

Chamou-nos a atenção à informação contida no Jornal de Conquista, de 28 de agosto de 1971, referente ao “Edital de abertura de inscrição para o concurso de habilitação”, a saber, para o vestibular. Dentre os requisitos para a inscrição estavam:

**de de Educação de Vit. da Conquista**

**EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÃO PARA O CONCURSO DE ABILITAÇÃO.**

PROFESSOR JESIEL NORBERTO DA SILVA,  
das atribuições que lhe são concedidas pela  
nº 5.264 de 19 de julho do corrente, na  
Lei e das condições abaixo:

Saber a quem interessar possa que se a-  
bertas, a partir desta data e pelo prazo de  
dias, as inscrições para o concurso de ves-  
do curso de Letras da Faculdade de Forma-  
Professôres de Vitória da Conquista.

1. Os candidatos deverão apresentar, no ato da inscrição os seguintes documentos:
  - a) - Certificado de conclusão de curso do 2º ciclo ou equivalente
  - b) - Título do eleitor.
  - c) - Carteira de identidade.
  - d) - Atestado de idoneidade moral.
  - e) - Atestado médico expedido pelo serviço público.
  - f) - Atestado de vacina.
  - g) - Atestado de gozo de direitos políticos expedido pelo Juiz Eleitoral
  - h) - Fôlha corrida.
  - i) - Quitação do Serviço Militar
2. Poderão inscrever-se os alunos que es-  
cursando, comprovadamente, a última série do  
2º ciclo ou equivalente, obrigando-se, contu-  
comprovação do certificado de conclusão do  
no ato da matrícula da Faculdade.
3. As matrículas deverão ser feitas no pré-  
Faculdade de Educação de Vitória da Con-  
sisto na rua Sá Barreto s/nº.
4. No ato da matrícula será cobrada uma  
Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros).
5. Os programas e demais esclarecimentos  
torneados no expediente da tarde, pela Secre-  
o Curso no referido prédio.

VITÓRIA DA CONQUISTA, 15 de agosto de 1971  
Prof. Jesiel Norberto da Silva  
publicação, feita por cortesia da Direção.

Foto 08 - Jornal de Conquista, de 28 de agosto de 1971.

Fonte: Acervo particular de Ruy Medeiros.

A essas exigências, é particularmente interessante observar o artigo 16 da Lei 4.024/1961 que vigorava no período, e assegurava que uma das condições necessárias para a concessão de financiamento a qualquer estabelecimento de ensino superior era a prova de

idoneidade moral e pedagógica das pessoas ou entidades responsáveis pelos estabelecimentos para que fosse feita a solicitação de crédito. Para Cunha (2007), essas exigências aos candidatos de cursos superiores eram tão antigas quanto os próprios exames vestibulares.

No final da década de 70, do século XX, o vestibular se tornou unificado<sup>84</sup>, ou seja, os candidatos concorriam às vagas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), das Faculdades de Formação de Professores de Vitória da Conquista (FFPVC), Alagoinhas (FFPA) e Jequié (FFPJ), além da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), para a cidade de Juazeiro (TRIBUNA DO CAFÉ, 1977)<sup>85</sup>.

A empresa responsável pelo processo seletivo era a Fundação Carlos Chagas. Todas as FFP's ofertavam o curso de Letras e, em segundo lugar, Estudos Sociais e Ciências. A Famesf já oferecia vagas para Agronomia e a UEFS<sup>86</sup> oferecia os cursos de graduação em Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Enfermagem, Letras e Ciências (não mais de curta duração nesta Instituição).

O referido jornal registra o valor da inscrição, de Cr\$ 370,00 (trezentos e setenta cruzeiros) acrescido de Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros do manual do candidato). No concurso constavam as seguintes provas: Comunicação e Expressão (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira), Redação, Matemática e Física, Estudos Sociais (Organização Social e Política do Brasil, Geografia e História), Língua Estrangeira (Inglês ou Francês) e Química e Biologia que eram realizadas em quatro dias consecutivos (p. 03).

No que concerne ao perfil do alunado, a grande parte deste já era formada por professores ou exerciam atividades ligadas ao ensino (direção, orientação, etc.), já tinham família constituída, inclusive com filhos. Informação relatada pela primeira secretária, que assegurou: “os primeiros alunos eram geralmente adultos, senhoras na sua quase totalidade, muitas por vezes casadas”. Alguns relatos inclusive dão conta de que os alunos, especialmente as primeiras turmas, tinham mais experiência do que os seus professores, como por exemplo: “os professores eram jovens, era gente começando a vida acadêmica que tinham muito orgulho do que faziam e procuravam estudar”.

Outra aluna destacou que:

---

<sup>84</sup> Conforme previsto no Decreto-lei nº 464, de 11/02/1969, no art. 4º: “O Ministro da Educação e Cultura atuará junto às instituições de ensino superior, visando à realização, mediante convênio, de concursos vestibulares unificados em âmbito regional”.

<sup>85</sup> Teve como nome inicial “Fantástico Regional”, depois, em abril de 1975, mudou o nome para Tribuna do Café. Foi o primeiro jornal com circulação diária em Conquista. Sobreviveu sem circulação regular até meados dos anos de 1980. O “Tribuna do Café” era um jornal político, com destaque, inclusive, para as colunas “Política & Políticos” (p. 2) (TANAJURA, 1992).

<sup>86</sup> Essa foi à primeira instituição a se tornar Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Os professores eram jovens e estudavam muito pra dar conta dessa turma nossa que era tida como intelectual, aluno naquela época era visto assim. Porque de certa forma tinha experiência e muitos de nós éramos muitos estudiosos, não era de estudar apenas o programa cobrado na Faculdade não, o que caísse no rodapé de qualquer artigo a gente ia buscar, foi assim que eu formei uma biblioteca razoável.

Alguns relatos de professores confirmam essa assertiva de que as primeiras turmas eram constituídas de pessoas mais amadurecidas, na sua experiência de vida e na sua história, “era gente que sabia o que queria e nós nos empenhávamos para ministrar o melhor curso”.

É revelador o fato: quase uma inversão (parcial) a geração mais velha ocupava as cadeiras de alunos, professores jovens, quase da idade de seus alunos ou mais jovens que alguns, indica a distribuição desigual de oportunidades em cursos superiores concentrados em grandes centros, formadores de professores, e o atraso de sua chegada à região conquistense.

Uma professora destaca que:

Muitos alunos eram tão capacitados que quanto ao conteúdo da disciplina poderiam até ser dispensados. Cito somente os exemplos da Madre Josefa da Sacramentinas e o professor Jarbas do Instituto São Tarcísio, que foram alunos da UESB e que conheciam todo o conteúdo ministrado.

Segundo outros relatos, o grau de aceitação, para os professores que já lecionavam, eram casados e pais de família, sem dúvida, era o mais alto possível. A FFPVC foi a solução para senhoras e senhores que não teriam condição financeira e/ou emocional de passar por um vestibular na capital e depois ficar fora de Conquista por uns 4 ou 5 anos, cursando uma faculdade.

Entretanto, o acesso aos registros dos livros de matrícula nos mostra que as mulheres representaram maioria do curso de Letras, com taxas de 1972 (84%), 1973 (98%), 1974 (95%), 1976 (89%) e 1979 (81%). Porém, em relação à faixa etária, prevalece um alunado jovem<sup>87</sup>, retificando as informações anteriormente mencionadas, com taxas de 56%, 64%, 67%, 57% e 72%, respectivamente. Quando se esgotou a necessidade de titulação desses “professores leigos” os cursos passaram a ser procurados pela maioria jovem.

Em relação ao estado civil e a profissão dos alunos, os dados são imprecisos, por conta disso, resolvemos não incluir essas informações nas tabelas abaixo. No que concerne à naturalidade, grande parte dos alunos são de Vitória da Conquista e cidades circunvizinhas,

---

<sup>87</sup>O termo jovem costuma ser utilizado para designar a pessoa entre 15 e 29 anos, seguindo a tendência internacional.

com poucas exceções de estudantes dos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Piauí.

Segundo o relatório do diretor, no primeiro processo seletivo, datado de 1971, com ingresso para o ano seguinte, registrou 295 candidatos inscritos<sup>88</sup>, foram classificados 44 discentes, sendo 37 mulheres e apenas 07 homens, conforme tabela abaixo:

**Tabela 02** - Distribuição de alunos por curso, sexo e faixa etária - Curso de Letras.

Curso de Letras	Quantidade de alunos matriculados	Sexo		Faixa etária	
1972	44	MASCULINO	07	15 a 19 anos	02
				20 a 24 anos	12
				25 a 29 anos	11
				30 a 34 anos	08
		FEMININO	37	35 a 39 anos	02
				40 a 44 anos	03
				45 a 49 anos	01
				Acima de 49 anos	00
1973	42	MASCULINO	01	15 a 19 anos	02
				20 a 24 anos	13
				25 a 29 anos	12
				30 a 34 anos	07
		FEMININO	41	35 a 39 anos	07
				40 a 44 anos	01
				45 a 49 anos	00
				Acima de 49 anos	00
1974	42	MASCULINO	02	15 a 19 anos	02
				20 a 24 anos	15
				25 a 29 anos	11
				30 a 34 anos	10
		FEMININO	40	35 a 39 anos	04
				40 a 44 anos	00
				45 a 49 anos	00
				Acima de 49 anos	00
1976	42	MASCULINO	05	15 a 19 anos	01
				20 a 24 anos	16
				25 a 29 anos	08
				30 a 34 anos	07
		FEMININO	37	35 a 39 anos	07
				40 a 44 anos	02
				45 a 49 anos	01
				Acima de 49 anos	01

<sup>88</sup> Fonte: Secretaria da FFPVC, 1972.

1979	32	MASCULINO	06	15 a 19 anos	01
				20 a 24 anos	09
				25 a 29 anos	13
				30 a 34 anos	05
		FEMININO	26	35 a 39 anos	03
				40 a 44 anos	00
				45 a 49 anos	01
				Acima de 49 anos	00

**Fonte:** Arquivo público do Museu Pedagógico/UESB.

Os quadros refletem a busca as vagas (preenchimento) por parte de mulheres acima de 20 anos. Isso é revelador e confirma os depoimentos orais: a predominância de mulheres na profissão de magistério. Nas primeiras turmas, há majoritariamente mulheres (grande desproporção em relação a homens) e muitas dessas já trabalhavam como professoras. A aprovação em vestibular indica nível de preparo para acesso ao curso superior. Convém lembrar que não havia cursos de preparação ao vestibular na cidade e, até 1979 essa situação persistiu.

No que se refere ao curso de Estudos Sociais, tivemos acesso a três livros de matrícula e as mulheres também representam grande maioria (89%, 88% e 85%, respectivamente) e os jovens também são maioria (59%, 68% e 54%, consecutivamente).

**Tabela 03** - Distribuição de alunos por curso, sexo e faixa etária - Curso de Estudos Sociais.

Ano	Quantidade de alunos matriculados	Sexo	Faixa etária
1977	39	MASCULINO	15 a 19 anos 00 20 a 24 anos 13 25 a 29 anos 10 30 a 34 anos 10 35 a 39 anos 02 40 a 44 anos 02 45 a 49 anos 02 Acima 49 anos 00
		FEMININO	
1978	25	MASCULINO 03	15 a 19 anos 03 20 a 24 anos 08 25 a 29 anos 06 30 a 34 anos 04 35 a 39 anos 04 40 a 44 anos 00

		FEMININO	22	45 a 49 anos	00
				Acima de 49 anos	00
1979	41	MASCULINO	06	15 a 19 anos	01
				20 a 24 anos	15
				25 a 29 anos	06
				30 a 34 anos	07
				35 a 39 anos	06
				40 a 44 anos	03
		FEMININO	35	45 a 49 anos	03
				Acima de 49 anos	00

**Fonte:** Arquivo público do Museu Pedagógico/UESB.

Em relação ao curso de Ciências, só existe um livro de registro de matrícula, datado de 1980. As matrículas de mulheres também sobressaem e 56% do alunado é considerado jovem (56%).

**Tabela 04** – Distribuição de alunos por curso, sexo e faixa etária - Curso de Ciências.

Ano	Quantidade de alunos matriculados	Sexo	Faixa etária	
1980	39	MASCULINO	15 a 19 anos	00
			20 a 24 anos	11
			25 a 29 anos	11
			30 a 34 anos	11
		FEMININO	35 a 39 anos	06
			40 a 44 anos	00
			45 a 49 anos	00
			Acima de 49 anos	00

**Fonte:** Arquivo público do Museu Pedagógico/UESB.

Relativo à modalidade dos cursos, os alunos relatam que prestaram vestibular e sabiam da limitação existente quanto aos cursos de licenciatura (curta no início), mas, também tinham consciência de que estavam em um curso e que teriam um diploma em nível superior, principalmente com a plenificação dos cursos. E isso se dava a um custo razoável, uma vez

que não precisariam viajar, pagar hospedagem e alimentação, uma vez que eram moradores da cidade ou das imediações.

Por outro lado, convém lembrar que, mesmo não podendo se mudar para a capital, havia aqueles que queriam um pouco mais. Estes, que formavam um grupo considerável, faziam os chamados “cursos de fins de semana” na cidade de Teófilo Otoni, ao norte de Minas Gerais (principalmente os cursos de Direito e de Pedagogia) ou nas cidades de Itabuna e Ilhéus, onde cursavam Pedagogia, Sociologia ou Filosofia. Ambos cursos plenos.

Muitos aspirantes ao ensino superior pleno viajavam mais de 600 km semanalmente, ou mensalmente, para obterem o diploma em Filosofia, Sociologia, Pedagogia e Direito. Ou cursaram as licenciaturas curtas oferecidas pela FFPVC. Tratando das licenciaturas curtas, muitos deles, voltaram para a plenificação do curso, com acréscimo de mais dois anos de estudos.

Novamente, nos deparamos com a tenacidade de algumas mulheres, umas já de idade avançada, mães de família, cujo desejo de reconhecimento intelectual, vontade de verem aumentadas suas rendas ou pela simples necessidade de mais escolarização (em um tempo que Conquista não lhes oferecia oportunidade maior do que o curso normal), não mediram esforços para enfrentar as estradas e sacrificarem seus fins de semanas com a família, por quatro anos consecutivos. Vale a pena nos perguntarmos quais as motivações subjacentes.

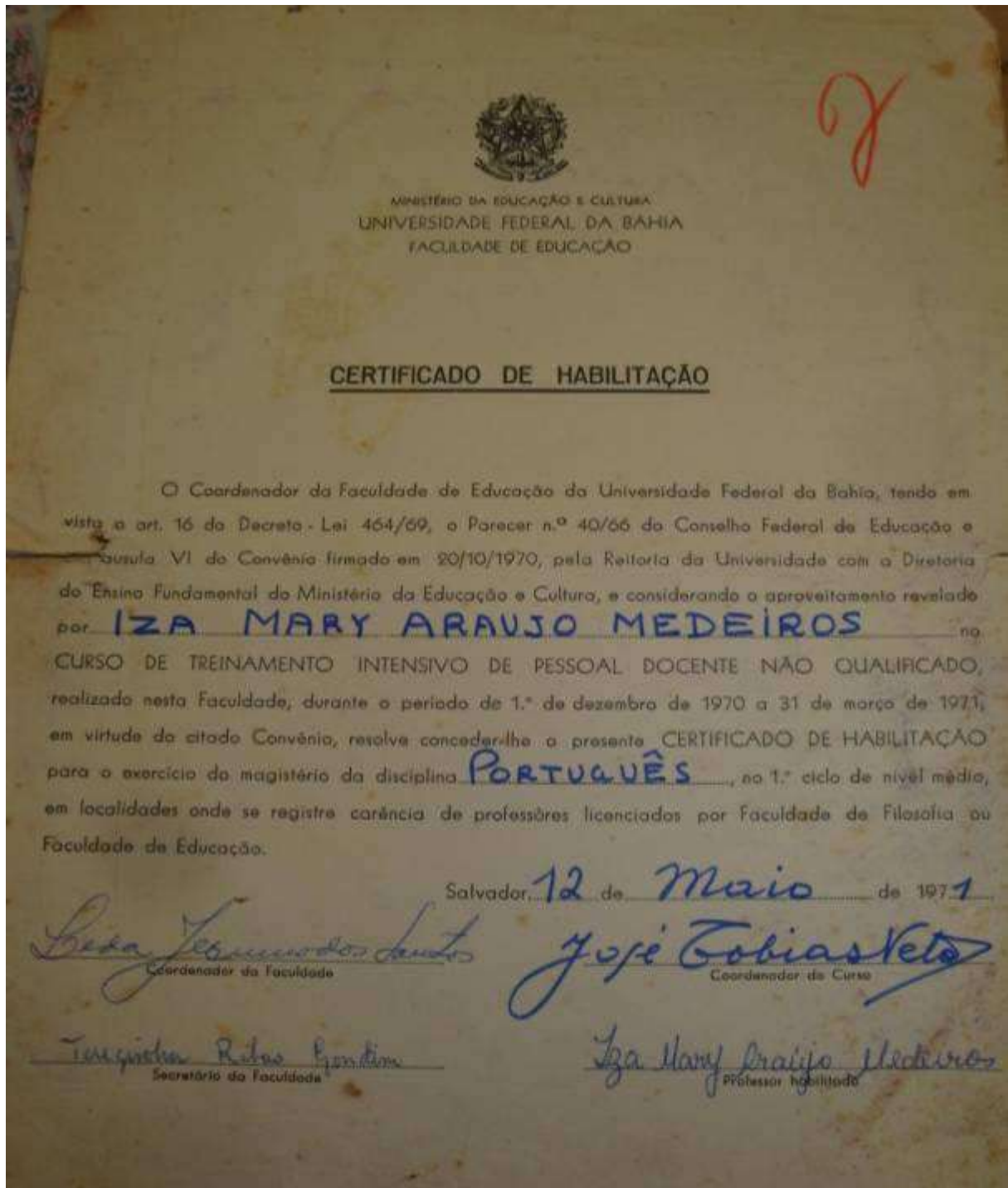
Alguns dos nomes desses alunos, adultos e já firmados profissionalmente, que viajavam em busca de um diploma, eram e ainda são bastante conhecidos, por pertencerem a famílias tradicionais<sup>89</sup> e, principalmente, porque Conquista era uma cidade pequena.

Antes da FFPVC, a ausência de uma formação em nível superior, o Governo do Estado oferecia cursos de aperfeiçoamento ou habilitação para ministrar disciplinas aos professores leigos, conforme apresentado na fotografia abaixo:

---

<sup>89</sup>Casimiro (2013) destaca: no campo do Direito Evandro Brito, João Nascimento, Solange Paranhos, que fizeram o Curso de Direito em Teófilo Otoni e, depois de aprovados pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, exerceram advocacia na cidade. Na Pedagogia (Dona Rosália Figueira - fundadora e proprietária do Educandário Juvêncio Terra, sua irmã Dona Almerinda Figueira - esposa do conhecido Pastor Valdomiro Oliveira, da Segunda Igreja Batista e dona da mais importante Escola de Música de Conquista àquela época). Ambas também com emprego público no Centro Integrado de Educação Navarro de Brito. Lembramos ainda das filhas de Dona Almerinda: Dulcinéa Figueira Oliveira Spínola, professora no Centro Integrado, dirigido pelo seu cunhado Rafael Spinola Neto, e professora de música; e Vanilda Figueira, também professora de música. Além dessas de laços estreitos com a mencionada família Spinola, lembramos das professoras: Edite Tavares, professora de Estatística da Escola Normal, Arlene Filadelfo, esposa do obstetra Dr. Ademário Filho, e a Professora Amélia Barreto de Souza, esposa do Dr. Arlindo Martins, que já formada, fez parte do quadro fundador da Faculdade de Administração da UESB (Amélia, não satisfeita com o curso de fim de semana, fez vestibular para Sociologia na Faculdade Federal da Bahia, pediu uma licença sem remuneração à UESB e cursou integralmente o bacharelado em Salvador). Outros nomes importantes são os da Profa. Maria da Conceição Meira Barros, que ocupou cargo de confiança na administração da UESB, foi Diretora da Escola Normal, Coordenadora da Direc, supervisora no Educandário Juvêncio Terra e hoje possui uma escola infantil.





**Foto 09** – Certificado do Curso de Habilitação  
**Fonte:**Arquivo particular de Iza Mary Araújo Medeiros.

Muitos professores e professoras da Escola Normal (IEED) fizeram esses cursos modulados para se qualificarem como professores de “ensino secundário”. A oferta desses cursos era amparada pela legislação vigente naquele período, conforme o texto, a seguir:

**Art. 78. Quando a oferta de professôres licenciados não bastar para atender às necessidades do ensino, os profissionais diplomados em outros cursos de nível superior poderão ser registrados no Ministério da Educação e Cultura, mediante complementação de seus estudos, na mesma área ou em áreas afins, onde se inclua a formação pedagógica, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação.**

Art. 79. Quando a oferta de profissionais legalmente habilitados para o exercício das funções de direção dos estabelecimentos de um sistema, ou parte dêste, não bastar para atender as suas necessidades, **permitir-se-á que as respectivas funções sejam exercidas por professôres habilitados para o mesmo grau escolar, com experiência de magistério.**

Art. 80. Os sistemas de ensino deverão desenvolver programas especiais de recuperação para os professôres sem a formação prescrita no artigo 29 desta Lei, a fim de que possam atingir gradualmente a qualificação exigida (BRASIL, 1961, grifo nosso).

Uma professora entrevistada, da FFPVC, mas, de origem conquistense, lembra, mais ou menos, como era a oferta desses cursos e a receptividade dos beneficiados:

O primeiro destes cursos acontecidos por aqui foi feito por iniciativa do MEC. Era uma espécie de “curso-concurso”, pois servia para regularizar a situação de professores de curso normal e científico que não possuíam curso superior. Chamava-se “Curso da CADES” e beneficiou professores da Escola Normal. Me lembro que cursaram as professoras Alita Quadros Ferraz, Marinês Barcelar e Terezinha Pithon, como exemplos. Era de natureza multidisciplinar e aconteceu bem antes do regime militar, talvez no início até meados da década de 1960. Mais tarde, já para solucionar a demanda dos cursos técnicos, surgiram o PREMEM (com um ano de duração) e o CETEBA (com dois anos de duração), ambos de natureza polivalente. Lembro-me de algumas professoras que se deslocaram para Salvador para cursarem essas modalidades, como as professoras Marizete Ferraz Silva, Tereza Lúcia Bittencourt Ferraz, Sônia Bittencourt Ferraz e Adélia Nogueira, dentre outras.

Então esses eram alguns dos mecanismos de aperfeiçoamento dos professores leigos. Quando aconteciam esses programas, toda a cidade tomava conhecimento e era motivo de muito orgulho para os participantes, além de assegurar mais ainda seus vínculos empregatícios.

A FFPVC promovia alguns cursos de extensão, dentre eles o apresentado na fotografia abaixo, com um convênio com a Faculdade de Filosofia de Itabuna.



**Foto 10** – Certificado de Extensão Universitária  
**Fonte:**Arquivo particular de Iza Mary Araújo Medeiros.

Isso leva a crer que tanto os alunos da FFPVC, das licenciaturas curtas, quanto aqueles que faziam cursos plenos nas mencionadas cidades, obtinham uma melhoria no seu nível de escolaridade, sendo que aqueles que viajavam se sacrificavam mais um pouco para que esse nível fosse mais alto. Além disso, as habilitações oferecidas pelos cursos de Pedagogia preparavam o aluno para cargos gestores (direção, vice direção, coordenação escolar, supervisão, orientação) ou para ministrarem aulas no curso da Escola Normal de Vitória da Conquista<sup>90</sup>.

<sup>90</sup>Na época da FFPVC eram essas as maiores expectativas, tanto dos professores quanto dos alunos da Instituição – além daqueles das redes municipal e estadual. Como já foi dito, neste contexto pouco se falava em cursos stricto sensu e, mesmo as especializações lato sensu eram raras.

A Licenciatura Curta tinha um caráter aligeirado, como o próprio nome e a própria carga horária denunciavam. Mas, convém lembrar que a promulgação da Lei nº 5.692/1971 estava posta e necessitava serem cumpridos os pré-requisitos do corpo docente. Uma professora menciona que:

Como as mudanças do governo ditatorial tinham sido muito rápidas, a qualificação de um corpo docente “adestrado” para as funções educacionais também tinham que ser rápidas. Foi uma solução apressada que prejudicou muito a qualidade do ensino, pois os professores eram polivalentes, mas, os conteúdos aprendidos não tinham condição de serem aprofundados.

Então, só no início dos anos de 1980, é que começaram a plenificar as licenciaturas e desdobrar os cursos para atender a cada *campus*. Se, como sabemos, o curso de Ciências Exatas foi desdobrado em cursos de Matemática, Física, Química e Biologia, cada um com quatro anos de duração, devemos imaginar que quando todos esses cursos eram oferecidos condensados em um só, por dois anos, os conteúdos deveriam ser ministrados, de fato, muito superficialmente. Da mesma forma, o Curso de Estudos Sociais, com carga horária de dois anos foi desdobrado em Licenciatura Plena em História e Licenciatura Plena em Geografia, com carga horária desdobrada e currículo bem mais enriquecido com disciplinas para suprir o aligeirado curso de Estudos Sociais.

Os alunos entrevistados relembram como uma experiência singular o seu ingresso na FFPVC. O entusiasmo e a emoção que perpassam os seus discursos são marcantes. Na foto abaixo, a solenidade de formatura da primeira turma do curso de Letras, em 1974, no Clube da Associação Atlética do Banco do Brasil/AABB:



**Foto 11:** Solenidade de formatura da primeira turma do curso de Letras da FFPVC.

A primeira da esquerda para a direita é Dyone Vieira Matos da Paz, seguida por Terezinha Lima de Brito, Ana Luiza dos Santos Rocha, Osvaldina Landulfo Miranda e Núbia Nadja Santos Pereira. Do outro lado, Neuza Vieira Silva, Mariza Carvalho Silva e Adeilda Silva (na extrema direita). No fundo e na extrema esquerda Helita Figueira (primeira secretária da Faculdade), em seguida Jesiel Norberto (primeiro diretor), Antônio Tanajura, Pedro Gusmão (de óculos), Antonino Meira Lessa e, na extrema direita, Fernando Eleodoro. Logo abaixo, no centro e de lilás, Adeny Bittencourt Santos Mendes, tendo à esquerda, Antônia Maria Lima Loureiro, seguida de Ivone Alves Rocha e Nilzete Maria Alves Fagundes e, à direita, Maria Lúcia Cajazeira Mendes, Ana Margarete Cardoso da Silva e Verbens Rodrigues Santos (a primeira da direita para a esquerda da segunda fila).

**Fonte:** Arquivo público do Museu Pedagógico/UESB.

A foto é reveladora daquilo que os quadros estatísticos e as entrevistas demonstraram: maioria feminina e formada por professoras que já lecionavam. Poucos homens, também professores, como Antonino Meira Lessa, docente da rede pública e privada, e Fernando Eleodoro Santana, professor do Colégio Batista Conquistense e Secretário Municipal de Educação de Vitória da Conquista no período de 1974-1976. Revela também a presença de

professores que prosseguiram estudos em curso de formação plena, como Ana Margarete Cardoso da Silva.

Havia ainda aquelas pessoas que optavam por completar o Curso Normal com o chamado Curso de Estudos Adicionais, também chamado de “quarto ano pedagógico”, conforme era previsto em Lei, com um ano a mais de disciplinas a serem cursadas, com vista a docência até a 8ª série.

Interessante observar que, enquanto a comunidade de Conquista contava com apenas essas principais oportunidades de obter o diploma de nível superior, o que não seria uma grande coisa se compararmos com as capitais do país que possuíam instituições já consolidadas<sup>91</sup>, candidatos advindos da região da mata e da caatinga, predominantemente de lugarejos de origem rural e arcaica, almejavam vir estudar em Conquista e era para esta cidade que se dirigiam, pensando em obter um ao menos um diploma de Curso Pedagógico ou Licenciatura. Cabe observar que, de início, era um acontecimento raro.

Destarte, a Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista que permanece na memória dos diferentes grupos foi perpassada por uma multiplicidade de ações e vozes. Na busca dessas inúmeras possibilidades de significados, consideramos que a memória indicou uma teia de relações e conexões que nos possibilitou vislumbrar aspectos significativos da história de uma Instituição e de sujeitos sociais, que cruzam com a história da própria cidade, em seus desejos e ambições educacionais, como uma referência regional. Pessoas já conhecidas (a maioria) indicava o caminho do estudo, a insatisfação quanto ao estágio de sua formação e, por isso, o retorno à sala de aula, com repercussão posterior em sua ação profissional.

O valor simbólico do ensino superior para as camadas que almejavam a ascensão profissional, fossem eles professores ou alunos, também é um dos indicativos da realização deste nível de ensino no interior do Estado, ou seja, havia também uma preocupação em subir na carreira, com a mudança de nível.

A par disso, num amplo espaço geográfico do interior da Bahia, a FFPVC era uma exceção: curso superior, algo inatingível para muitos. Distante do litoral, onde se situavam algumas instituições desse nível de ensino, e de Belo Horizonte (outro centro educacional), foi a oportunidade única para pessoas que já ensinavam em cursos médio e secundário ou pessoas que buscavam o magistério como profissão, como decorreu alguns depoimentos.

---

<sup>91</sup>Universidades federais bem instaladas, universidades católicas e algumas de natureza particular, mas cujos pré-requisitos atendiam às exigências legais.

As condições reais de realização das aspirações de alguns segmentos sociais foram, desta forma, facilitadas superando as barreiras da falta de condições financeiras, através da redução dos custos de deslocamento para outros centros de formação superior.

Do exposto, destacamos que a política educacional que caracterizou esse período reflete a política de desenvolvimento industrial capitalista. E teve como modelo a teoria do capital humano com base no enfoque da análise ocupacional - binômio emprego/educação escolar – relacionando-a ao desenvolvimento socioeconômico e a necessidade de planejar os investimentos em educação, ou seja, planejar as carreiras para atender as demandas do mercado ocupacional e dos postos de trabalho.

Em síntese, a FFPVC (depois UESB) foi fruto de interesses contraditórios de ordem econômica, social, política, ideológica, religiosa e cultural, dentre outros. Assim sendo, apresenta aspectos importantes que sustentam a memória individual, coletiva e social constituída sobre a educação superior nesta cidade.

## 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A história de uma Instituição é uma pequenina parte da História. Nesta pesquisa apresentamo-la por meio de documentos e memória, como processo de transformação da sociedade. Muito embora o estudo tivesse objetivo definido, analisar o início da educação superior em Vitória da Conquista – Bahia, na década de 1970, tendo como eixo central a implantação da Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (FFPVC) e o impacto desta sobre a comunidade, optamos por estudá-la no processo de transformação da sociedade e não apenas em sua história interna e as suas narrativas de memória como um fato isolado. Especialmente porque, a nosso ver, uma instituição não pode e não deve ser identificada como uma estrutura a parte da sociedade, mas, sim, como mais um espaço a ela pertencente.

Partimos do entendimento de que a Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista foi constituída a partir do movimento e dos interesses da sociedade. Isso se deu em uma cidade politicamente organizada, ocupando determinado território e dirigida por um determinado governo, estabelecendo desta forma as relações que absorvem as tendências dominantes em cada momento da história.

Com base nos documentos, legislações e depoimentos de memória, podemos afirmar que se tratou de um governo ditatorial orientado para um determinado projeto econômico, social e educacional. Eles pretendiam um desenvolvimento atrelado aos princípios capitalistas, uma sociedade ordeira e pacífica e uma educação que atendesse a uma demanda cada dia mais crescente – porém, uma educação conformadora, cujos conteúdos fossem capazes de catalisar os conflitos e manter o *status quo*. E, de fato, as leis educacionais evidenciam isso quando determinam disciplinas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Estudos Sociais – em detrimento da Sociologia, Filosofia, História e Geografia, que facultariam o conhecimento integral e o livre pensar. Alguns relatos passaram em branco, mas outros recuperaram essas questões.

Neste sentido, a pesquisa evidenciou que, desde a década de 1960, o Estado visava à “modernização do país”, concatenado com requerimentos do capital internacional e o sistema educacional sempre foi considerado um elo necessário para o desenvolvimento econômico e social.

Sob essa ótica, ao concluirmos essa dissertação, podemos afirmar que a expansão do ensino público superior na Bahia, na década de 1970, se articulou dialeticamente com a



sociedade estruturada sob o modo de produção capitalista e com a função coercitiva que o Estado assumiu neste período ditatorial.

Na verdade, desde os anos de 1960, já existia o interesse da população interiorana para a implantação de uma instituição de ensino superior em Vitória da Conquista, o que aconteceu, com a criação da Faculdade de Sociologia, entretanto, ela não teve êxito, dentre outros motivos, por causa do contexto militar imediato, conforme relataram alguns depoentes.

Ao lado disso, no final da década de 60, do século passado, pressões, inclusive situadas nos grandes centros e política urbana de consolidar cidades de médio porte, necessidades de expansão do capital, fez com que o governo passasse a articular o processo de implantação das Faculdades de Formação de Professor, dentre elas a de Conquista. A trajetória da FFPVC compõe um fenômeno importante pelas imbricações na vida do município e da região. Esse fato é bastante expressivo, sobretudo sob as lentes dos relatos de memória.

Para a maioria dos sujeitos, a Faculdade foi significativa, mesmo que num primeiro momento ela não tenha se estendido a toda a população, nem tenha cumprido o papel acadêmico que hoje se exige, mas, mesmo assim a sua contribuição não se restringiu ao campo educacional.

A apreensão das memórias coletivas nos obrigou a compreender essa Instituição como uma construção social, o que implicou, compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos se constituem agentes ativos diante da estrutura, ou seja, em contínua construção, permeada de tensões e conflitos.

Assim, além das fontes escritas, as fontes orais possibilitaram novas perspectivas de leitura e de interpretação. As narrativas, especialmente, tornaram possível o processo de recuperação da memória social de uma época, visto que os múltiplos relatos só podem ser compreendidos a partir de um contexto sedimentado historicamente. Em síntese, a combinação de fontes informativas com os relatos de memória nos permitiu, neste trabalho, juntar as visões individuais, lembradas com os números frios de dados ou notícias impressas.

Os quadros estatísticos informaram um início de curso com preponderância de mulheres, que regionalmente já ocupavam a maioria de cargos de professores, nos ensinos primário, secundário e médio. A distribuição da faixa etária complementa a informação.

A relevância das lembranças é particularmente acentuada quando elas são articuladas pelas “memórias partilhadas”, uma vez que, nesse processo “toma forma dentro do quadro de significado que lhes é dado pelo grupo”. Assim, acreditamos que “há memória social porque

há significado para o grupo que recorda” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 112). Assim, o sentido dos discursos passa por uma grande afirmação do papel significativo que a Instituição desempenhou para o exercício profissional, contribuindo para que essa experiência ficasse marcada nas memórias coletivas, dos diferentes grupos, que por ali passaram, com muita intensidade. Afinal, eram professores com interesse no prosseguimento de sua formação, não acomodados com o patamar alcançado, disposto a concorrer com jovens. As entrevistas também ajudaram a perceber o lado humano-individual: expectativas, interesses e sentimento de realização.

Assim sendo, acreditamos imprescindível uma ampliação dos espaços onde o campo da memória seja discutido à luz da teoria, principalmente por educadores e pesquisadores das Ciências Sociais e Humanas, sobretudo, porque tal assunto também envolve transmissão de valores, saberes e conflitos de uma sociedade, ou seja, é possível construir outras faces da história por meio da memória.

Por questões outras, em termos numéricos, foram ouvidos quinze sujeitos, sendo quatro observadores e/ou representantes da comunidade, sete professores, duas funcionárias e duas alunas. A correlação entre os diferentes olhares lançados sobre a Instituição, em seu interior e fora dele, garantiu a perspectiva de articulação do objeto com o contexto, bem como sua dinâmica histórica, o que permitiu o movimento do particular ao geral.

É válido lembrar que desde o processo de implantação da FFPVC, em 1969, as aulas de sua primeira turma, em 1972, a transformação em Universidade, até os dias atuais, mais de quarenta anos se passaram. Além disso, cada depoente teve um tempo de vida profissional diferenciado dos outros. Apesar de contemporâneos na FFPVC, o tempo de cada um variou na UESB. Aconteceram aposentadorias precoces, passagens efêmeras pela Instituição e, ao contrário, longevidades profissionais. Alguns conheceram a FFPVC e as exigências mínimas em relação à titulação *stricto sensu*, outros, mais longevos na Instituição precisaram avançar em estudos verticais para atenderem às necessidades de novas fases.

Podemos, então, dizer que se trata de uma memória coletiva no sentido de um monobloco, ou deveríamos dizer que são memórias de grupos que originalmente, formavam uma só coletividade? Ou seriam de grupos sociais? Talvez, as memórias sabiamente colecionadas por Elzir Villas Bôas no livro “UESB: Memória Trajetória e Vivências” sejam a síntese do que de melhor encontramos na memória coletiva dos sujeitos da UESB.

O percurso dessa pesquisa possibilitou-nos uma experiência singular, extremamente rica de significados, cujo desenvolvimento, marcado pelo entrelaçamento de fontes diferenciadas, permitiu que pudéssemos adentrar na trajetória de uma instituição que se

mostrava cada vez mais instigante. Trajetória essa que foi rememorada desde a sua origem até a sua transformação em Universidade.

Após a realização deste estudo - que aqui não se fecha, mas que apenas abre outras perspectivas para estudos futuros, não temos dúvida ao afirmar que a FFPVC representou um marco na história sócio educacional conquistense e – aspecto nunca desprezível – viabilizou desejo de professores, que, até então, não haviam galgado curso superior.

Assim, com esse trabalho tentamos descobrir as múltiplas determinações da realidade estudada. Nesse percurso, outras perguntas surgiram, tais como: quais os grupos ou instituições da sociedade civil que se mobilizaram em favor da extinção de algumas formas de ensino superior e a criação de outras formas? Que papel desempenhavam esses grupos no equilíbrio de forças da conjuntura regional? Quais os ideais predominantes desses grupos e o que pensavam sobre as políticas implementadas para o ensino superior? Como e porque determinados cursos foram extintos e algumas disciplinas foram excluídas dos currículos e substituídas por outras no período ditatorial? Mas a resposta que pode estar no horizonte de preocupações, não foi objeto deste estudo.

Enfim, chegamos até aqui, ainda com essas lacunas a serem respondidas e pesquisadas e com forte intenção de dar continuidade a essa temática, considerando que as fontes escritas e orais encontradas nos possibilitam outros levantamentos correspondentes à memória e à história do ensino superior nesta cidade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 1984.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano** – São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1982.

BAHIA, Universidade Estadual do Sudoeste da. **Relatório Geral das Atividades**. Vitória da Conquista: BA, 1999.

\_\_\_\_\_. Universidade Estadual do Sudoeste da. **Carta Consulta**. Vitória da Conquista, 1986.

\_\_\_\_\_. **Plano Integral de Educação e Cultura**. Salvador/SEC, 1969.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Lei n. 1.802**, de 25 de outubro de 1962. Cria as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Lei n. 2.464**, de 13 de setembro de 1967. Dispõe sobre a organização da Secretaria da Educação e Cultura e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Lei n. 2.852**, de 09 de novembro de 1970. Autoriza a instituição da Fundação Faculdade de Educação de Jequié.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Lei n. 3.810**, de 30 de junho de 1980. Autoriza o Poder Executivo a Cria a Faculdade de Formação de Professores em Santo Antônio de Jesus, neste Estado.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Lei n. 3.825**, de 19 de setembro de 1980. Cria a Faculdade de Formação de Professores de Jacobina e dá outras providências.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória** – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 464** – de 11 de fevereiro de 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10464.htm)>. Acesso em: 28/03/2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.024** – de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm)>. Acesso em 10/12/2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 5.540** – de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm)>. Acesso em: 28/03/2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 5.692** – de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <[http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692\\_71.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm)>. Acesso em: 20/02/2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior.** Rio de Janeiro, Ministério da Educação e da Cultura, 1969.

BOAVENTURA, Edvaldo M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência.** Salvador: EDUFBA, 2009.

BOMENY, Helena. **Newton Sucupira e os rumos da pós-graduação no Brasil.** Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2001.

CARVALHO, Maria Aparecida Vivian de. **Avaliação da pesquisa na universidade brasileira.** Campinas, 2003. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP: UNICAMP, 2003.

CHAPANI, Daisi Terezinha. A formação de professores na gênese do sistema estadual de ensino superior da Bahia. **Revista Brasileira Histórica de Educação.** Campinas – SP, v. 12, nº 01, p. 145-166, jan./abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas e história da formação de professores em Ciências: uma análise a partir da Teoria Social de Habermas.** Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2010.

CHAUÍ, MARILENA. Folha de São Paulo, 06 jul. 1977. In: PILETTI, N. **História da Educação no Brasil.** São Paulo: Editora Ática, 1990.

CONTI, J. B. A reforma do ensino de 1971 e a situação da Geografia. **Boletim Paulista de Geografia.** Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo, nº 51, un, 1976.

CUNHA, Maria Couto. **A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos da educação superior no Estado da Bahia.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na República Populista.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

\_\_\_\_\_. **A universidade temporã: O ensino superior, da colônia à Era Vargas.** 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Universidade reformada: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Universidade Brasileira: reformas e desafios.** In: Entrevista à Coryntho Baldez, Jornal da UFRJ, Rio de Janeiro, Dezembro de 2005.

CUNHA, Luíz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

DIAS, José Alves. **A subversão da ordem: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia: 1964-1968.** 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2001.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991. 150 p.

\_\_\_\_\_. **Universidade no Brasil**: da origem à construção. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Inep, 2000, v.1.

\_\_\_\_\_. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Curitiba: **Educar** n° 28, p. 17-36, 2006.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1977. 224 p.

FERREIRA JR, Amarílio e BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 27, n° 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

FLAVO, Lícia Queiroz. Crescimento do ensino superior estadual na Bahia e seus significado sócio-político. **Caderno CRH UFBA**, volume 03, número 13, 1990.

FONTES, José Raimundo. A grande revolução da minha vida. In: VILAS BÔAS, Elzir da Costa (Org.). **UESB**: memória, trajetória e vivências. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001. p. 247-256.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil**: da ideologia da interdição do corpo, ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. – 2. ed. rev. aumentada – São Paulo: Cortez, 1993.

FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Centauro, 1980.

FREUD, Sigmund. Psicopatologia de la vida cotidiana. In: **Obras completas**. Madrid: Biblioteca Nueva, vol. VI, 1973.

GERMANO, José Wellington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

GUSMÃO, Pedro de Souza. É muita coisa para contar. In: VILLAS BÔAS, Elzir da Costa (Org.). **UESB: memória, trajetória e vivências**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001. p. 359-363.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LIMA-TAVARES, D. A. **Trajetórias da formação docente: o caso da licenciatura curta em ciências das décadas de 1960 e 1970**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2006.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003.

MAGALHÃES, Livia Diana R.; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas. Relações simbióticas entre Memória, Ideologia, História da Educação. In: CASIMIRO, Ana Palmira B. S. Casimiro; LOMARDI, José Claudinei (Org.) **História, Memória e Educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MAGALHÃES, Justino P. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista, EDUSF, 2004.

\_\_\_\_\_. Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino (Org.). **Para a História do Ensino Liceu em Portugal: Actas dos Colóquios do Primeiro Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)**. Braga, Portugal: Universidade de Minho, 1999.

MARTINS, Carlos B. **Ensino Superior no Brasil - transformações e perspectivas**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MEDEIROS, Ruy Hermann de Araújo. **História Local e Memória: corografia, revista e crônica em Vitória da Conquista**. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2012.

\_\_\_\_\_. Memória e Cultura – Denúncia da Memória: a questão da cultura escolar. In: CASIMIRO, Ana Palmira B. S. Casimiro; LOMARDI, José Claudinei (Org.) **História, Memória e Educação**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MELO, Maria Eugênia Reis de. A FF era um encantamento. In: VILLAS BÔAS, Elzir da Costa (Org.). **UESB: memória, trajetória e vivências**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001. p. 319-322.

MENEZES, Albene M. Ferreira. Crônica de um florescer. In: VILLAS BÔAS, Elzir da Costa (Org.). **UESB: memória, trajetória e vivências**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001. p. 31-36.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. O Projeto Colúmbia, o Projeto Unesco e os Estudos da década de 1950 na Bahia e em São Paulo: preconceitos e discriminações sobre o negro no Brasil. In: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha & LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Projeto Colúmbia: Anísio Teixeira e o desenvolvimento nacional**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Habrasco, 1999.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. **Universidade e região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

MONTESPERELLI, Paolo. **Sociología de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. A Universidade de Darcy Ribeiro e o Nacionalismo Desenvolvimentista. In: TUBINO, Manoel José Gomes (Org.) **A Universidade Ontem e Hoje**. São Paulo: IBRASA, 1985.

MOROSINI, Marília Costa. **O ensino superior no Brasil**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. – vol. III: século XX. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

NAMER, Gérard. Posfácio. In: **Os marcos sociais da memória**. Universidade Central da Venezuela, 2004.

NIELSEN NETO, Henrique. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1980. 363 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, dez 1993. n° 10.

OLIVEIRA, Edileusa Santos. **O Ginásio de Conquista – Memória de uma instituição escolar (1940-1960)**(Dissertação). Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Vitória da Conquista, 2009.

OLIVEIRA, Lucia Maria Costa. **Licenciaturas curtas: uma avaliação da experiência no estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1983.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. In: **Revista arquivos da memória**. Lisboa: Nova série, n°. 02, 2007.

RABELO, M. A. A história que ultrapassa os limites do tempo. In: Vilas BÔAS, E. C. (Org.). **UESB: memória, trajetória e vivências**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001. p. 359-363.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1986.



SÁ, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. In: **Revista Psicologia Reflexão e Crítica**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007. V. 20. Disponível em < www.scielo.br/prc >. Acesso em 18/02/2013.

\_\_\_\_\_. O “Making Of” de uma perspectiva psicossocial no estudo da memória. In: **História, Memória e Educação**. José Claudinei Lombardi, Ana Palmira B. S. Casimiro e Lívia Diana Rocha Magalhães (Org.). Campinas, SP: Alínea, 2011.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. **Instituições escolares no Brasil** - conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. – (Coleção Memória da Educação).

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura et al. **Instituições escolares no Brasil** - conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. – (Coleção Memória da Educação).

\_\_\_\_\_. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas, SP: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. O legado educacional do Regime Militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez, 2008.

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil: Reforma no Estado e mudança na produção**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)**. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, 2003.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira. **LDB e Educação Superior: estrutura e funcionamento**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: crônica de uma cidade**. Vitória da Conquista: PMVC (ed. comemorativa). Brasil Artes Gráficas Ltda., 1992.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UESB. **Catálogo geral da Autarquia Universidade do Sudoeste, em 1982**.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico estratégico para a ampliação da Uesb na perspectiva da criação de novos cursos**. Vitória da Conquista: UESB, 1993.

VASCONCELOS, Albertina Lima. A FF – Um caso de amor. In: VILAS BÔAS, Elzir da Costa (Org.). **UESB: Memória Trajetória e Vivências**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

VIANA, Aníbal Lopes. **Revista histórica de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista. Ed. do autor. Brasil Artes Gráficas LTDA. vol. I, 1982 e v.2, s/d.

VIANA FILHO, Luís. Introdução. In: TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: FGV, 1989. p. 1-53.

VIEIRA, Sofia Lerche. A Democratização da Universidade e a socialização do Conhecimento. In: FÁVERO, Maria de Lourdes (Org.). **A Universidade em Questão**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

VIEIRA, Sofia Lerche. Ensino e pesquisa na universidade: retrospectiva de uma associação problemática. In: Reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. *Anais*. Caxambu: ANPED, 1991.

VILAS BÔAS, Elzir da Costa (Org.). **UESB: Memória Trajetória e Vivências**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

VITÓRIA DA CONQUISTA: história. **Lista de municípios baianos**, Vitória da Conquista. Disponível em: <[www.wikipédia.com.br](http://www.wikipédia.com.br)>. Acesso em: 12 jan. 2012.

## **FONTES**

### *Fontes impressas:*

Arquivo da Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista – Museu Pedagógico da UESB, Vitória da Conquista – BA.

Arquivo Público de Vitória da Conquista – BA.

Arquivo particular de Durval Lemos Menezes, Vitória da Conquista – BA.

Arquivo particular de Ruy Hermann Araújo Medeiros, Vitória da Conquista – BA.

Arquivo particular de Iza Mary Araújo Medeiros, Vitória da Conquista – BA.

Arquivo particular de Maximiliano Coelho Machado, Vitória da Conquista – BA. Carta Consulta da UESB.

Diagnóstico estratégico para a ampliação da UESB na perspectiva da criação de novos cursos – UESB.

## **FONTES ORAIS (Ver o apêndice A).**

**APÊNDICE A: Quadro de entrevistados**

<b>Nome do entrevistado / Tipo de vínculo com a FFPVC / Data e local da entrevista<sup>92</sup></b>	
<b>01</b>	Durval Lemos Menezes. Representante da comunidade. Vitória da Conquista – BA, 06 de novembro de 2012 e 16 de abril de 2013.
<b>02</b>	Rubem Soares Cavalcante. Professor. Vitória da Conquista – BA, 14 de abril de 2012.
<b>03</b>	Maria do Carmo Gomes Cândido. Funcionária. Vitória da Conquista – BA, 20 de abril de 2013.
<b>04</b>	Elzir Villas Bôas. Professora. Vitória da Conquista – BA, 14 de maio de 2013.
<b>05</b>	Ubirajara Brito. Representante da comunidade. Vitória da Conquista – BA, 24 de setembro de 2013.
<b>06</b>	Maximiliano Coelho Machado. Professor. Vitória da Conquista – BA, 16 de junho de 2013.
<b>07</b>	Edivaldo Machado Boaventura, Secretário Estadual de Educação. Salvador – BA, 23 de outubro de 2013.
<b>08</b>	José Raimundo Fontes. Professor. Vitória da Conquista – BA, 28 de outubro de 2013.
<b>09</b>	Ruy Hermann Araújo Medeiros. Professor. Vitória da Conquista – BA, 29 de outubro de 2013.
<b>10</b>	Fernando Eleodoro de Santana. Representante da comunidade. Morador de Salvador – BA, 30 de outubro de 2013 (entrevista concedida por telefone).
<b>11</b>	Iza Mary Araújo Medeiros. Aluna. Vitória da Conquista – BA, 05 de novembro de 2013.
<b>12</b>	Núbia Nadja Ferraz. Aluna. Vitória da Conquista – BA, 08 de novembro de 2013.
<b>13</b>	Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro. Professora. Vitória da Conquista – BA, 10 de novembro de 2013.

<sup>92</sup>Nesta lista não constam as pessoas que recusaram a sua identificação.

## APÊNDICE B:

<b>Acontecimento</b>	<b>Lei</b>	<b>Governante</b>	<b>Data</b>
<b>Lei da Reforma Universitária</b> (Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências)	5.540	Arthur da Costa e Silva	28/11/1968
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	5.692	Emílio G. Médici	11/08/1971

<b>Acontecimento</b>	<b>Decreto-Lei nº</b>	<b>Governante</b>	<b>Data</b>
São criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória da Conquista, Ilhéus, Jequié, Caetité, Feira de Santana e Juazeiro	1.802	João Goulart	25/10/1962
Fundação da FFPVC	21.363	Arthur da Costa e Silva	30/07/1969
Concedida autorização para o funcionamento da FFPVC	68.219	Emílio G. Médici	11/02/1971
Autorização para funcionamento do curso de Estudos Sociais	80.552	Ernesto Geisel	11/10/1977
Autorização para funcionamento do curso de Ciências	83.458	João B. Figueiredo	17/05/1979
Plenificação do curso de Letras	85.362	João B. Figueiredo	17/11/1980
Fundação Educacional do Sudoeste	27.450	João B. Figueiredo	12/08/1980
Autorização para funcionamento da Faculdade de Administração	85.363	João B. Figueiredo	17/11/1980
Autarquia Universidade do Sudoeste	28.169	João B. Figueiredo	25/08/1981
Plenificação do Curso de Ciências	91.101	João B. Figueiredo	12/03/1985
Elaboração da Carta Consulta para autorização de funcionamento da UESB, em sistema <i>multicampi</i> , vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado.	Documento institucional	Transição entre os governos de João Figueiredo e José	1984-1986

		Sarney	
Autorização para funcionamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	94.250	José Sarney	22/04/1987

**Fonte:** Dados da pesquisa.

**ANEXOS**

## Leis e Decretos

[Voltar](#)



Imprimir

"Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado."

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, PROMULGA E FAZ PUBLICAR NOS TERMOS DO [PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 25 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO](#), A SEGUINTE:

### LEI Nº 1.802 DE 25 DE OUTUBRO DE 1962

**cria as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro e dá outras providências.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

**DECRETA:**

Art. 1º - São criadas pela presente Lei, nas cidades de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro "Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras" com o objetivo de preparar professores para o magistério secundário, incrementar a pesquisa científica e difundir a cultura universitária no interior do Estado.

Art. 2º - As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras a que se refere o artigo 1º desta Lei serão organizadas e funcionarão segundo a legislação federal em vigor obedecidos os padrões, currículos, seriação e normas gerais vigentes para estabelecimento congêneres.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos sindicados no presente artigo poderão utilizar como campo de observação e métodos, os educandários oficiais de ensino secundário e normal, existentes naquelas cidades, até que se efetive a sua implantação segundo as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a abrir o crédito até o valor de sessenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 60.000.000,00) para ocorrer às despesas decorrentes desta Lei, podendo, para tanto, utilizar quaisquer dos recursos da Consignação 1.6.00 - subconsignação 8.07.4 - 1.6.21 do Orçamento em vigor.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, EM 25 DE OUTUBRO DE 1962.

**João Carlos Dantas**

**Presidente**

**José Medrado**

**1º Secretário**

**Raimundo Reis**

**2º Secretário**

Publicada no Diário Oficial de 26 de outubro de 1962

---

1.802

25.10.1962

[Voltar](#)



Imprimir

"Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado."

**LEI Nº 2.741 DE 11 DE NOVEMBRO DE 1969**

**Constitui sob forma de autarquia os estabelecimentos oficiais de ensino superior que menciona.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, faço saber a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam constituídas sob a forma de autarquia, nos termos da presente Lei a Faculdade Estadual de Educação de Alagoinhas e a Faculdade Estadual de Educação de Vitória da Conquista em instalação conforme Decreto nº 21.363, de 30 de julho de 1969.

Art. 2º - Além das normas estabelecidas no [artigo 8º da Lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966](#) para as entidades de administração descentralizada, fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a estrutura e o funcionamento das escolas a que se refere a presente lei.

Art. 3º - O pessoal docente e administrativo de necessário a cada estabelecimento de ensino será recrutado de acordo com a legislação em vigor e em número bastante para o seu funcionamento regular.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 11 de novembro de 1969.

**LUIZ VIANA FILHO**

**Governador**

Hilton Rodrigues

2.741

11.11.1969

LEI Nº 2.741 - 11/11/1969



Imprimir

"Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado."



## Legislação

### Legislação Informatizada - Decreto nº 68.219, de 11 de Fevereiro de 1971 - Publicação Original

Veja também: \_\_\_\_\_

#### Dados da Norma

---

## Decreto nº 68.219, de 11 de Fevereiro de 1971

Concede autorização para funcionamento da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47, da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei número 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 243.920-70 do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

**Art. 1º.** É concedida autorização para funcionamento da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista autarquia criada pela Lei Estadual nº 2.741, de 11 de novembro de 1969, na cidade de Vitória da Conquista no Estado da Bahia.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1971; 151º da Independência e 83º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI  
Júlio Ribeiro Gontijo

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 12/02/1971

#### Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 12/2/1971, Página 1159 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1971, Página 156 Vol. 2 (Publicação Original)

## Legislação

### Legislação Informatizada - Decreto nº 80.552, de 11 de Outubro de 1977 - Publicação Original

Veja também:

Dados da Norma

## Decreto nº 80.552, de 11 de Outubro de 1977

Autoriza o funcionamento do curso de Estudos Sociais da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, com sede na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei número 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o Parecer do Conselho Estadual de Educação da Bahia, conforme consta do Processo número 233.570, de 1977, do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

**Art. 1º.** Fica autorizado o funcionamento do curso de Estudos Sociais da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, com sede na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, mantida pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de outubro de 1977; 156ª da Independência e 87ª da República.

ERNESTO GEISEL  
Ney Braga

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 13/10/1977

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/10/1977, Página 13779 (Publicação Original)

## Legislação

### Legislação Informatizada - Decreto nº 83.458, de 17 de Maio de 1979 - Publicação Original

Veja também:

Dados da Norma

## Decreto nº 83.458, de 17 de Maio de 1979

Autoriza o funcionamento do curso de Ciências de Formação de Professores de Vitória da Conquista, com sede na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando as atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista parecer do Conselho Estadual de Educação nº 266/77, conforme consta do Processo nº 315/77-CEE e 222.573/78 do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

**Art. 1º.** Fica autorizado o funcionamento do Curso de Ciências, licenciatura de 1º grau, ministrado pela Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, mantida pelo o Governo do Estado da Bahia.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 17 de maio de 1979 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO B. FIGUEIREDO  
E. Portella

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 18/05/1979

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/5/1979, Página 6993 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1979, Página 99 Vol. 4 (Publicação Original)

**LEI Nº 3.799 DE 23 DE MAIO DE 1980**

Autoriza o Poder Executivo a instituir fundação para criar e manter universidade no Sudoeste do Estado e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma fundação, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, com sede na cidade de Vitória da Conquista, que se regerá pelas disposições desta lei, dos seus estatutos e da legislação que disciplina e regula a organização e o funcionamento do ensino superior.

Art. 2º - A fundação a que se refere o artigo anterior terá por finalidade criar e manter, no Sudoeste do Estado da Bahia, uma universidade com as funções de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 3º - Constituirão patrimônio da fundação de que cuida a presente lei:

I - bens e direitos que lhe destine o Estado;

II - bens e direitos que, sob a forma de doações, legados, auxílio ou subvenções, lhe conferirem quaisquer pessoas de direito público ou privado, nacional, estrangeira ou internacional, inclusive particulares;

III - o que venha a ser formado de modo legal.

Art. 4º - O patrimônio, capitais e rendas da fundação não poderão ter aplicação diversa da prevista nos fins da entidade expressamente indicados nesta lei e em seus estatutos.

Art. 5º - Os bens e direitos da fundação somente poderão ser alienados, excepcionalmente, na forma dos seus estatutos, mediante autorização do Governador do Estado.

Art. 6º - No caso de extinguir-se, os bens e direitos da fundação, gravados de inalienabilidade, reverterão aos doadores e os demais serão incorporados ao patrimônio do Estado ou da entidade pública que fez a doação, conforme as respectivas origens, destinando-se o remanescente a instituições similares.

Art. 7º - O orçamento estadual consignará, anualmente, sob a forma de dotação global, recursos para atender às despesas de implantação e manutenção da universidade a que se refere esta lei.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a praticar os atos necessários:

I - para constituir o patrimônio inicial da fundação mediante a incorporação dos bens e direitos da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista ou por esta utilizados, se pertencentes ao Estado;

II - para promover a extinção regular da entidade autárquica Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista e a absorção de suas funções pela universidade do sudoeste;

III - para promover a extinção regular da entidade autárquica Faculdade de Formação de Professores de Jequié e a absorção de suas funções pela universidade do sudoeste;

IV - para efetuar as modificações orçamentárias decorrentes do disposto na presente lei;

V - que decorram, explícita ou implicitamente, das disposições desta lei, inclusive os que se relacionem com redistribuição do pessoal, material e patrimônio, sejam de natureza regulamentar, regimental ou estatutária.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 23 de maio de 1980.

**ANTONIO CARLOS MAGALHÃES- Governador**

Eraldo Tinoco de Melo

## Legislação

### Legislação Informatizada - Dados da Norma

# Decreto nº 85.362, de 17 de Novembro de 1980

**EMENTA:** Autoriza o funcionamento do curso de Letras, licenciatura plena, da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

#### TEXTO - PUBLICAÇÃO ORIGINAL

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/11/1980, Página 23017 (Publicação Original)

**Origem:** Poder Executivo

**Situação:** Revogada

#### Vide Norma(s):

- Decreto de 25 de Abril de 1991 (Poder Executivo) - (Revogação).

#### Indexação

## Legislação

### Legislação Informatizada - Decreto nº 85.363, de 17 de Novembro de 1980 - Publicação Original

Veja também:

Dados da Norma

## Decreto nº 85.363, de 17 de Novembro de 1980

Autoriza o funcionamento do curso de Administração da Faculdade de Administração de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 09 de setembro de 1969, e tendo em vista o Parecer do Conselho Estadual de Educação da Bahia nº 156/80, conforme consta do Processo nº 239.357/80 do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

**Art. 1º.** Fica autorizado o Funcionamento do curso de Administração, a ser ministrado pela Escola de Administração de Vitória da Conquista, mantida pela Fundação Educacional do Sudoeste, com sede na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 17 em novembro de 1980; 159º da Independência e 92º da República.

JOÃO FIGUEIREDO  
E. Portella

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 18/11/1980

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/11/1980, Página 23017 (Publicação Original)

## **Lei Delegada nº 12 de 30 de dezembro de 1980**

Extingue e cria entidades de Administração Descentralizada e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no exercício da competência que lhe foi delegada pela Resolução nº 1.164, de 24 de setembro de 1980, da Assembléia Legislativa do Estado, promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam extintas as seguintes entidades da Administração Descentralizada do Estado: Ver tópico

**I** - FUNDAÇÕES Ver tópico

**a)** FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - FUSEB; Ver tópico

**b)** FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES DO ESTADO DA BAHIA - FUNDESCO; Ver tópico

**c)** FUNDAÇÃO BAIANA PARA O TRABALHO - FUNTRAB; Ver tópico

**d)** FUNDAÇÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DA BAHIA - CETEBA; Ver tópico

**e)** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE FEIRA DE SANTANA; Ver tópico

**f)** FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO SUDOESTE; Ver tópico

**g)** FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - FPACB; Ver tópico

**h)** FUNDAÇÃO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL - CEDEC; Ver tópico

**i)** FUNDAÇÃO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - CEDIN; Ver tópico

**j)** INSTITUTO RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB; Ver tópico

**l)** FUNDAÇÃO CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA - CEPLAB; Ver tópico

**m)** FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS - CPE; Ver tópico

**n)** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DA BAHIA. Ver tópico

**II** - EMPRESAS PÚBLICAS Ver tópico

**a)** EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DA BAHIA - EPABA; Ver tópico

**b)** EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ARTICULAÇÃO MUNICIPAL - INTERURB. Ver tópico

**III** - AUTARQUIAS Ver tópico

**a)** FACULDADE DE AGRONOMIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO; Ver tópico

**b)** FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ALAGOINHAS; Ver tópico

**c)** FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE JUAZEIRO; Ver tópico

**d)** FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE JACOBINA; Ver tópico

**e)** FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS; Ver tópico

**f)** FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CAETITÉ. Ver tópico

**Art. 2º** - As atividades afetas às entidades indicadas nos incisos I, letras a, b, c, d, e, f, g, h e i, e II, letras a e b, do artigo anterior, passam, respectivamente, à competência das seguintes autarquias, ora criadas: Ver tópico

**I** - INSTITUTO DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - ISEB; Ver tópico

**II** - SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES DO ESTADO DA BAHIA - SUDESCO; Ver tópico

**III** - SUPERINTENDÊNCIA BAIANA PARA O TRABALHO - SUTRAB; Ver tópico

**IV** - UNIVERSIDADE DE FEIRA DE SANTANA - UFS; Ver tópico

**V** - UNIVERSIDADE DO SUDOESTE - US; Ver tópico

**VI** - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA - IPAC; Ver tópico

**VII** - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL - CEDEC; Ver tópico

**VIII** - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - CEDIN; Ver tópico

**IX** - INSTITUTO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DA BAHIA - IPABA; Ver tópico

**X** - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ARTICULAÇÃO MUNICIPAL - INTERURB. Ver tópico

**Art. 3º** - Ficam criados, sob forma autárquica: Ver tópico

**I** - A SUPERINTENDÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DA BAHIA - SESEB, que funcionará como instituição mantenedora das Faculdades indicadas no inciso III do artigo 1º e outras que venham a ser instituídas como unidades de ensino universitário, bem como dos cursos mantidos pela extinta Fundação Centro de Educação Técnica do Estado da Bahia - CETEBA; Ver tópico

**II** - O CENTRO DE PLANEJAMENTO E ESTUDOS - CPE, que absorverá as atividades das extintas Fundações Centro de Pesquisas e Estudos e Centro de Planejamento da Bahia. Ver tópico

**Art. 4º** - As atividades a cargo da extinta Fundação Instituto Rádio-Difusão Educativa do Estado da Bahia passam à competência de órgão em regime especial de administração centralizada, sob a mesma denominação. Ver tópico

**Art. 5º** - As entidades e órgãos criados nesta lei vinculam-se às mesmas Secretarias a que pertenciam as entidades extintas. Ver tópico

**Art. 6º** - O patrimônio das entidades extintas, revertido ao Estado, fica, de logo, afetado às entidades que as substituírem. Ver tópico (1 documento)

**Art. 7º** - Os dirigentes das entidades extintas ficam autorizados a praticar, em nome das entidades criadas, os atos necessários à continuidades dos serviços, até a definitiva estruturação das novas entidades, que deverá ocorrer no prazo de 90 (noventa) dias. Ver tópico (1 documento)

**§ 1º** - Incumbe-lhes, também, no mesmo prazo, adotar as providências destinadas à ultimação do processo de extinção, tais como inventário, tombamento dos bens e atos correlatos. Ver tópico

**§ 2º** - As atribuições previstas neste artigo serão exercidas, em relação à autarquia Centro de Planejamento e Estudos - CPE, conjuntamente, pelas Diretorias das extintas Fundações Centro de Planejamento da Bahia - CEPLAB e Centro de Pesquisas e Estudos - CPE. Ver tópico

**Art. 8º** - Com vistas ao aproveitamento dos dirigentes e empregados das entidades extintas, em exercício na data de publicação desta lei, ficam criados os cargos em comissão e efetivos necessários, observadas as normas da Lei Delegada nº 11, de 29 de dezembro de 1980. Ver tópico

**Art. 9º** - O Poder Executivo, mediante decreto e no prazo de 90 (noventa) dias, promoverá a estruturação das entidades e órgãos criados, definindo-lhes, inclusive, os respectivos quadros de pessoal. Ver tópico

**Art. 10** - O Poder Executivo promoverá as modificações de ordem orçamentária necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei, mediante decretos de abertura de créditos suplementares ou especiais ao Orçamento Estadual para o exercício de 1981, respeitados os valores globais nele consignados às entidades extintas. Ver tópico

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Ver tópico

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 30 de dezembro de 1980.

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Governador

Plínio Mariani Guerreiro



## Legislação

### Legislação Informatizada - Decreto nº 91.101, de 12 de Março de 1985 - Publicação Original

Veja também: \_\_\_\_\_

Dados da Norma

---

## Decreto nº 91.101, de 12 de Março de 1985

Autoriza o funcionamento do curso de Ciências da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista - BA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 09 de setembro de 1969, e tendo em vista o Parecer do Conselho Estadual de Educação da Bahia nº 008/85, conforme consta do Processo nº 208/81 CEE/BA e número 23000.002694/85-88 do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

**Art. 1º.** Fica autorizado o funcionamento do curso de Ciências, licenciatura plena, com habilitações em Física e Matemática, a ser ministrado pela Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, com sede na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

**Art. 2º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 12 de março de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOÃO FIGUEIREDO  
Esther de Figueiredo Ferraz

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 13/03/1985

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/3/1985, Página 4298 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1985, Página 561 Vol. 2 (Publicação Original)

## Legislação

### Legislação Informatizada - Decreto nº 94.250, de 22 de Abril de 1987 - Publicação Original

Veja também: \_\_\_\_\_

**Dados da Norma**

## Decreto nº 94.250, de 22 de Abril de 1987

Autoriza o funcionamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000004303/87-21 do Ministério da Educação,

DECRETA:

**Art. 1º.** Fica autorizado o funcionamento da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, mantida pela Antarquia Universidade do Sudoeste da Bahia, com sede em Vitória da Conquista, Estado da Bahia, na modalidade de multicampi, instalados em Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga.

**Art. 2º.** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY  
Jorge Bornhausen

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 23/04/1987

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/4/1987, Página 5703 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1987, Página 168 Vol. 4 (Publicação Original)